

**TVR**  
**N.º 56, DE 2020**  
**(Do Poder Executivo)**  
**MSC 105/2020**  
**OF 109/2020**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 857, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas - SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tijucas , Estado de Santa Catarina.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- ✓ 1 - Portaria nº 470, de 7 de agosto de 2014 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria / RN (ACCCSM-RN), no município de Santa Maria - RN;
- ✓ 2 - Portaria nº 2.627, de 29 de junho de 2015 - Associação Comunitária de Comunicação Manairama, no município de Ouro Branco - RN;
- ✓ 3 - Portaria nº 3.605, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Feira Nova, no município de Feira Nova - PE;
- ✓ 4 - Portaria nº 3.630, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária 29 de Dezembro, no município de Santa Cruz do Capibaribe - PE;
- ✓ 5 - Portaria nº 4.685, de 1 de dezembro de 2015 - Associação Comunitária e Cultural Ipanemense, no município de Ipanema - MG;
- ✓ 6 - Portaria nº 6.154, de 1 de dezembro de 2015 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Uraí, no município de Uraí - PR;
- ✓ 7 - Portaria nº 6.156, de 1 de dezembro de 2015 - Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto, no município de Planalto - BA;
- ✓ 8 - Portaria nº 6.166, de 1 de dezembro de 2015 - Associação Comunitária Cultural de Tanque Novo, no município de Tanque Novo - BA;
- ✓ 9 - Portaria nº 174, de 1 de fevereiro de 2016 - Fundação Educativa e Cultural de Inhumas, no município de Inhumas - GO;
- ✓ 10 - Portaria nº 250, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba, no município de Carmo do Paranaíba - MG;
- ✓ 11 - Portaria nº 538, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Dom Oscar Romero, no município de Santa Luzia - MA;
- ✓ 12 - Portaria nº 768, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural de Engenheiro Caldas, no município de Engenheiro Caldas - MG;
- 13 - Portaria nº 857, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas - SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, no município de Tijucas - SC;



✓ 14 - Portaria nº 873, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz, no município de Luz - MG;

15 - Portaria nº 1.007, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária Ana Roberto, no município de Missão Velha - CE;

16 - Portaria nº 1.012, de 9 de maio de 2016 - Associação Rádio Comunitária FM Cidade, no município de Formosa do Rio Preto - BA;

✓ 17 - Portaria nº 1.022, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Jamacaru - ACJ, no município de Missão Velha - CE;

✓ 18 - Portaria nº 1.030, de 10 de maio de 2016 - Rádio Comunitária Nativa FM, no município de Tabuleiro do Norte - CE;

✓ 19 - Portaria nº 1.822, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Esperança de Ruy Barbosa, no município de Ruy Barbosa - BA;

✓ 20 - Portaria nº 1.825, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura e Educação Social, no município de Santa Luzia - MG;

✓ 21 - Portaria nº 1.938, de 10 de maio de 2016 - Associação Rádio Aliança FM de São Miguel Arcanjo, no município de São Miguel Arcanjo - SP;

✓ 22 - Portaria nº 1.107, de 7 de junho de 2017 - União Municipal das Associações Comunitárias de Curvelo, no município de Curvelo - MG;

✓ 23 - Portaria nº 1.092, de 7 de junho de 2017 - Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas, no município de Campo Grande - MS;

✓ 24 - Portaria nº 1.833, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Religiosa e Recreativa de Itanhomi, no município de Itanhomi - MG;

✓ 25 - Portaria nº 1.840, de 7 de junho de 2017 - Associação Mercesana de Integração e Cultura, no município de Mercês - MG;

✓ 26 - Portaria nº 1.877, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes, no município de Boquim - SE;


27 - Portaria nº 1.888, de 7 de junho de 2017 - Associação Assistencial da Chapada, no município Utinga - BA;

✓ 28 - Portaria nº 1.925, de 7 de junho de 2017 - Associação da Comunidade de Janaíba de Radiodifusão, no município de Verdelândia - MG;

29 - Portaria nº 1.999, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Bodoquena - ACB - Denominada FM Comunitária de Bodoquena, no município de Bodoquena - MS;

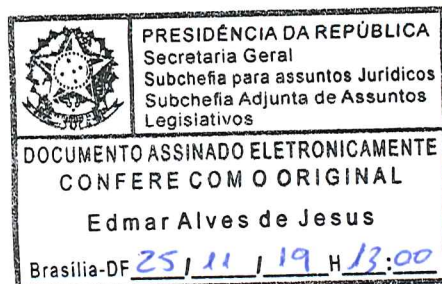
- ✓ 30 - Portaria nº 2.613, de 7 de junho de 2017 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Taiúva - ARCT, no município de Taiúva - SP;
- ✓ 31 - Portaria nº 3.053, de 7 de junho de 2017 - Associação Civil Filantrópica Asilo Vila do Sol, no município de Patos de Minas - MG;
- ✓ 32 - Portaria nº 3.054, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Planalto Timbaúba, no município de Nova Russas - CE;
- ✓ 33 - Portaria nº 6.164, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária dos Moradores de Juruaia, no município de Juruaia - MG;
- ✓ 34 - Portaria nº 1.029, de 14 de março de 2018 - Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária FM - AMCRC/FM, no município de Taquarussu - MS;
- ✓ 35 - Portaria nº 1.430, de 22 de março de 2018 - Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular da Paraipaba, no município de Paraipaba - CE;
- ✓ 36 - Portaria nº 2.169, de 2 de maio de 2018 - Associação Comunitária de Comunicação Social - ACCS, no município de Macaúbas - BA;
- ✓ 37 - Portaria nº 3.893, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária Educativa Rádio Tropical FM, no município de Angélica - MS;
- ✓ 38 - Portaria nº 6.842, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária dos Melos, no município de Lagoa Dourada - MG;
- ✓ 39 - Portaria nº 6.854, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Padre Nestor, no município de Japoatã - SE; e
- ✓ 40 - Portaria nº 7.232, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Itaguarense de Radiodifusão, no município de Itaguara - MG;

Brasília, 18 de março de 2020.



Port. 857/16

EM nº 00083/2019 MCTIC



Brasília, 4 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.041034/2013-43, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas-SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, inscrita no CNPJ nº 02.585.767/0001-55, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 07 de Agosto de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Tijucas, estado de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 26587/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 857, de 09 de Maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*

**PORTARIA Nº 857/2016/SEI-MC**

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.041034/2013-43 e nº 53820.000525/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tijucas/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ FIGUEIREDO**  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1001336** e o código CRC **E72B5CB9**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Protocolo nº: 53000.041034/2013-43

(Processo de Outorga nº 53820.000525/1998)

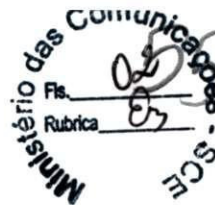
1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RÁDIO-DIFUSÃO DE TIJUCA – SC – ACCRT, BAIRROS JOAIA XV DE NOVEMBRO CENTRO AREIAS E PRAÇA** sediada na localidade de **Tijucas/SC**, tem validade até 14/05/2013, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 22 de Julho de 2013.

---

**VALKIRIA FERREIRA MACHADO**  
Chefe de Divisão

formalizar



Ao

Ministério das Comunicações.

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SSCE

Departamento de Outorga de Serviços.

**Dr. Samir Amando Granja Nobre Maia**

Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária.

Assuntos: a) Renovação da Outorga para Execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, b) Resposta ao Ofício nº. 3212/2013/CGRC/SCE-MC.

- A) Estamos encaminhando todos os documentos solicitados para a Renovação da Outorga da Associação Cultural Comunitária e Radiodifusão de Tijucas-ACCRT conforme o item 20 da Norma 01/2011.
- B) Em relação ao Ofício, o item 1.1 o Estatuto Social da nossa entidade com todas as alterações estão todas devidamente registradas no Cartório de Registro Civil Helio Vanunci Baixo, Oficial Titular, inclusive nossa ultima alteração estatutária, está registrada na data de 08 de agosto de 2011. Item 1.2 o mandato realmente expirou no dia 14 de maio de 2013, e no dia 13 de maio de 2013 a Associação Cultural Comunitária e Radiodifusão de Tijucas reuniu-se em assembléia geral para eleição de nova diretoria e também para assuntos gerais, conforme previa o estatuto. Os documentos que comprovam os dois itens acima estão em anexo com os documentos para o pedido da outorga.

Nestes Termos,

Pede Deferimento a letra “B”.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 041034/2013-43

SEAPA/SCE

0010712013-08:06

Tijucas, 01 de julho de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
JONNHY MAX MOREIRA  
PRESIDENTE-ACCRTSlaro  
1367



## ANEXO 12

### REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas – SC - ACCRT, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, inscrita no CNPJ sob o n. 02.585.767/0001-55, com sede na Rua Atílio Campos Filho, n. 123, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, CEP 88.200-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizados conforme Portaria n. 484, datada de 22/08/2001, e Decreto legislativo n. 678, publicado no Diário Oficial da União datado de 26/06/2003, vêm por seu Presidente Jonnhy Max Moreira, portador do CPF nº. 785.026.599-87 vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária em atendimento ao subitem 20.1 da Norma n. 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma n. 1/2011 aprovada pela Portaria MC n. 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Tijucas, 28 de junho de 2013.



---

Jonnhy Max Moreira  
Presidente

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3  
 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE  
 2011.**

1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações ( Anexo 12);
2 -Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
7 - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora: <p>7.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;</p> <p>7.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;</p> <p>7.3) Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;</p>
8 - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;
9 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora
10 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede
11 - laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
12 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1



13 - Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente deste ato.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

(assinatura do representante legal da entidade)

Endereço para correspondência: RUA ATILIO CAMPOS FILHO, na cidade de

TISUCAS,

Estado

S. C,

CEP

88200-000.

Telefone para contato: OXX-48-3263-7575.

Correio eletrônico (e-mail) PRIMEIRA FM @ PRIMEIRA FM . COM.

## DECLARAÇÃO

A Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas – SC - ACCRT, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, inscrita no CNPJ sob o n. 02.585.767/0001-55, com sede na Rua Atílio Campos Filho, n. 123, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, CEP 88.200-000, por seu Presidente Jonnhy Max Moreira, portador do CPF nº. 785.026.599-87 declara que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na Regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Tijucas, 28 de junho de 2013.



---

Jonnhy Max Moreira

Presidente



Agência Nacional de Telecomunicações

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS  
ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO CULT.COM.E RD. DE TIUCAS-SC-ACCRT, BAIRROS JOAIA  
**CNPJ:** 02.585.767/0001-55

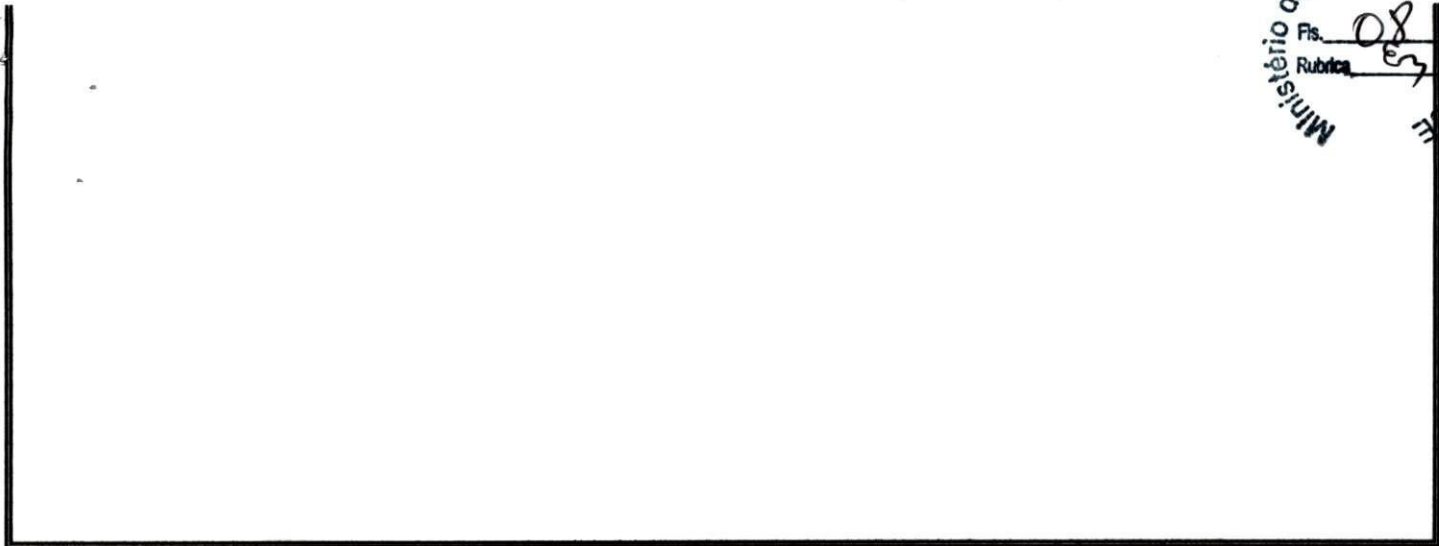
Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:10:51 do dia 25/06/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/07/2013.

Certidão expedida gratuitamente.





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.585.767/0001-55</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>04/06/1998</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSC CULT COMUNIT E RADIODIFUSAO DE TIJUCAS SC BAIROS JOAIA XV DE NOVENBRO CENTRO AREIAS E PRACA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ACCRT</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-8-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>		
LOGRADOURO <b>R ATILIO CAMPOS FILHO</b>	NÚMERO <b>123</b>	COMPLEMENTO <b>CASA</b>
CEP <b>88.200-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>TIJUCAS</b>
UF <b>SC</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>04/06/1998</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.



**"ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO  
DE TIJUCAS - SC - BAIRROS JOÁIA, XV DE NOVEMBRO,  
CENTRO, AREIAS E PRAÇA - ACCRT**

HELIO VANINCI BA  
Oficial/Trailer  
DEGO BAIXO  
Oficial/Substituto  
Comunica  
Tijucas SC 10  
Rubrica 67  
Ministério

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I  
DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS**

ART. 1º - A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS - SC - ACCRT, BAIRROS JOÁIA, XV DE NOVEMBRO, CENTRO, AREIAS E PRAÇA, sem fins lucrativos, fundada no dia 07 de junho de 1998, com sede no município de Tijucas - SC, situada na rua Guilherme Varela, 350, Centro, CEP 88200-000, Bairro Centro, é constituída com a finalidade de incentivar, promover e defender as atividades CULTURAIS, EDUCACIONAIS, ARTÍSTICAS, ESPORTIVAS, CIENTÍFICAS, INFORMATIVAS ECOLÓGICAS E DE COMUNICAÇÃO em seu mais amplo aspecto, inclusive, na defesa da DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO e suas práticas, com propósito de promover a democracia, fazendo uso dos meios de comunicação existentes e os que estarão por ser inventados, para incentivar a informação comunitária e a produção cultural local, valorizando os bons costumes, a ética e a civilidade moral; bem como a defesa dos direitos do consumidor, do meio ambiente, da moralidade administrativa e dos contribuintes.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Associação tem duração por tempo indeterminado.

ART. 2º - Os objetivos que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

Promover atividades artísticas, culturais, educacionais, científicas, esportivas, de comunicação e de informação.

Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para este fim, atividades, movimentos e organismos.



0282872  
0323V 04

**Estado de Santa Catarina**

Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

Hélio Vanunci Baixo - Oficial

Rua Pedro Teodoro Geraldo, 98, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6396 -  
rcivil@tijucas@hotmail.com

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,90 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DCB40346-R96D) = R\$ 1,36 | Total = R\$ 3,26 | Recibo Nº 12662

Dou fê, Tijucas - 01 de julho de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto





## AUTENTICAÇÃO NO VERSO

DIEGO BAIXO  
Oficial Substituto

TRUCAS - SC  
Fis. 11  
Publica 07

Manter convênios ou associar-se a entidades similares para prestação de serviços e assessoria.  
Manter convênios ou associar-se a entidades governamentais nacionais, não-governamentais nacionais ou internacionais, legalmente constituídas.  
Divulgar e promover suas atividades através de órgãos de imprensa escrita, radiodifusão e outros meios.  
Prestar serviços compatíveis com suas atividades, com fim de arrecadar fundos para a manutenção da Associação.  
Receber doações em caráter de apoio cultural e divulgar doadores.  
Administrar os fundos arrecadados aplicando-os no sentido de alcançar os objetivos da Associação.  
Usar de todos os meios necessários legais, administrativamente ou na esfera judicial, para defender os direitos do consumidor, do meio ambiente, da cultura, da democracia, da ética, da moralidade administrativa e dos contribuintes.

## CAPÍTULO II

### DA FILIAÇÃO, DIREITOS E DEVERES

ART. 3º - Podem filiar-se à Associação todas as pessoas residentes ou que exerçam atividades profissionais e econômicas neste município, sem limitação de número de associado, poderão participar desta Associação.

PARÁGRAFO 1º - Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste estatuto, assinando-o como prova de concordância com as suas condições.

PARÁGRAFO 2º - Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

PARÁGRAFO 3º - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

FUNDADORES - Os que participarem da Assembleia de instalação da Associação.

COLABORADORES - Os que se inscreverem após o encerramento do livro de fundação e mantenham suas participação.





NO VERSO  
AUTENTICAÇÃO

**Estado de Santa Catarina**

Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas  
Hélio Vanunci Baixo - Oficial

Rua Pedro Teodoro Geraldo, 98, Centro, Tijucas - SC, 86200-000 - 48 3263 6396 -  
rciviltijucas@hotmail.com

**Autenticação:** Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,90 | 1 Selo de Fiscalização Pago  
(DCB40344-CG2F) = R\$ 1,35 | Total = R\$ 3,25 | Recibo Nº 12862

Dou fé, Tijucas - 01 de julho de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto



**AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO**

**SÓCIOS HONORÁRIOS** - Cidadãos que tenham prestado ou ainda prestarem relevante serviços à Associação ou à comunidade, ao município, ao Estado e à sociedade.

**SÓCIOS ATIVOS**, são os sócios que participam ativamente da associação que contribuem com serviços ou financeiramente, que tem direito de votar e serem votados, para os cargos de direção.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A qualidade de sócios ativos, serão concedido pelo presidente da associação, devendo ser ouvido os demais membros da diretoria, legalmente constituída, mediante requerimento por escrito da parte interessada.

**ART. 4º** - São direitos inalienáveis e intransferíveis do associado, sócio ativo:

Votar e ser votado, para qualquer cargo da Associação.

Gozar dos benefícios oferecidos pela Associação na forma prevista deste estatuto.

Recorrer à Assembléia contra qualquer ato lesivo ao seu direito.

**ART. 5º** - São deveres de todos os associado:

Aceitar como seus objetivos os objetivos fundamentais da Associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir Estatuto Social, o programa de atividades e as instruções da Diretoria aprovadas pelos Conselhos ou Assembléias.

Prestigiar com sua presença ou com representação eventos e atividades programadas, justificando de alguma forma, o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade dos trabalhos e atividades.

Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas Assembléias indicando, a tempo, quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à Diretoria no cumprimento e obrigações assumidas em nome da Associação.

**ART. 6º** - Ao associado que infringir o Estatuto Social e as normas regimentais, os planos de atividades e as decisões aprovadas em Assembléias ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades.

Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;



NO VERSO  
AUTENTICAÇÃO

**Estado de Santa Catarina**

Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

Hélio Vanunci Baixo - Oficial

Rua Pedro Teodoro Geraldo, 98, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6396 -  
rcivil@tijucas@hotmail.com

**Autenticação:** Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,30 | 1 Selo de Fiscalização Pago  
(DCB40343-2437) = R\$ 1,35 | Total = R\$ 3,25 | Recibo Nº: 12662

Dou 16, Tijucas - 01 de julho de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto





## AUTENTICAÇÃO NO VERSO



Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;  
Afastamento do Quadro Social.

PARÁGRAFO 1º - O desligamento de um associado do Quadro Social só poderá ser aplicado após denúncia da Secretaria ou Tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, que poderá recorrer e apresentar defesa.

PARÁGRAFO 2º - Será excluído automaticamente, sem a necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas.

### CAPITULO III

#### DOS ÓRGÃOS CONSTITUÍDOS

ART. 7º - São órgãos constituídos da Associação:

Assembléia Geral

Diretoria

Conselho Fiscal

#### DA ASSEMBLÉIA GERAL

ART. 8º - A Assembléia Geral é o órgão máximo e soberano da Associação e é constituída pelos associados no gozo dos seus direitos. Ela se reunirá ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.

PARÁGRAFO 1º - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á uma vez por ano, no mês de junho, com o objetivo de prestação de contas do exercício anterior e de previsões orçamentárias e planejamento para o exercício corrente.

PARÁGRAFO 2º - A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivo e Fiscal, ou por um terço, no mínimo, dos associados ativos, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.



NO VERSO  
AUTENTICAÇÃO

**Estado de Santa Catarina**

Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

Hélio Vanunci Baixo - Oficial

Rua Pedro Teodoro Geraldo, 98, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6396 -  
rcivil@tijucas@hotmail.com

**Autenticação:** Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,90 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DCB40342-UY3T) = R\$ 1,36 | Total = R\$ 3,26 | Recibo N°: 12852

Dou fé, Tijucas - 01 de julho de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto





**AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO**

PARÁGRAFO 3º - As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, serão convocadas com antecipação de sete (07) dias mediante edital a ser afixado na sede social, além de comunicação por radiodifusão, aos associados em dias com suas obrigações.

PARÁGRAFO 4º - O Presidente da Assembleia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

PARÁGRAFO 5º - A Assembleia Geral deliberará, validamente, com a presença da maioria dos seus associados.

ART. 9º - Compete à Assembleia Geral:

Decidir em última e definitiva instância.

Eleger a Diretoria e Conselhos Consultivo e Fiscal.

Reformar o Estatuto com dois terços dos votos presentes.

Aprovar o balanço e as contas do exercício anterior.

Analisar e definir o planejamento dos trabalhos do período seguinte.

Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Fiscal e Consultivo, mediante a aprovação da assembleia.

Deliberar sobre os demais assuntos constantes na Ordem do Dia.

ART. 10 - Na falta de quorum (maioria simples), ela se reunirá em segunda convocação uma hora após a primeira convocação, e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto no Art. 9º

**DA DIRETORIA**

ART. 11 - A Diretoria é o órgão máximo da administração da Associação e se compõe de seis (06) membros eleitos pela Assembleia Geral que terá mandato de três (03) anos, podendo ser reeleita por igual período, não sendo permitida a acumulação de cargos.

ART. 12 - São legítimos dirigentes:

Presidente;

Vice-presidente;

Secretário (a)

2º Secretário

NO VERSO  
AUTENTICAÇÃO



**Estado de Santa Catarina**

Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas  
Hélio Vanunci Baixo - Oficial

Rua Pedro Teodoro Geraldo, 98, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6396 -  
rcivil@tijucas@hotmail.com

**Autenticação:** Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,90 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DCB40341-LRHF) = R\$ 1,36 | Total = R\$ 3,26 | Recibo Nº: 12852

Dou fê, Tijucas - 01 de Julho de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto





## AUTENTICAÇÃO NO VERSO

Tesoureiro (a)  
2º Tesoureiro



### ART. 13 - Compete ao Presidente:

Representar a Associação em todos os atos públicos, em juízo e fora dele;  
Presidir as reuniões da Diretoria e convocá-las para os atos decorrentes das atividades associativas;  
Convocar e presidir as Assembléias Gerais Extraordinárias;  
Presidir conferências, debates, palestras, reuniões, sessões e atividades públicas da Associação.  
Dar posse aos membros da Diretoria;  
Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;  
Supervisionar quaisquer atividades da Associação;  
Assinar contratos, convênios, acordos e praticar atos de administração em geral;  
Assinar com o Secretário as atas de reuniões e assembléias;  
Assinar com o Tesoureiro todo e qualquer tipo de movimentação financeira.

### ART. 14 - Compete ao Vice-Presidente:

Cooperar com o Presidente no desempenho de suas atribuições, bem como substituí-lo nos seus impedimentos.

### ART. 15 - Compete ao Secretário:

Redigir e manter transcrições em dia das atas da Assembléia Geral e da Diretoria;  
Redigir as correspondências da Associação;  
Manter e ter sob guarda o arquivo da Associação.

### ART. 16 - Compete ao Tesoureiro:

Zelar pelo patrimônio da Associação;  
Manter em contas bancárias, juntamente com o presidente, os valores da Associação;  
Efetuar pagamentos e recebimentos autorizados pela Diretoria;  
Substituir o Presidente na ordem da Presidência;  
Apresentar ao Conselho Fiscal balancetes periódicos e balanço anual.

## DO CONSELHO FISCAL

ART. 17 - Ao Conselho Fiscal, que será composto por três (03) membros efetivos e três (03) suplentes, compete:

*[Handwritten signatures and stamps are present in this section, including a circular stamp of the Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, and a signature of Helio Vanunci Baixo.]*





ATENTICAÇÃO  
NO VERSO

**Estado de Santa Catarina**

Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

Hélio Vanunci Baixo - Oficial

Rua Pedro Teodoro Geraldo, 98, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6396 -

rcviltijucas@hotmail.com

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,90 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DCB40340-HWG) = R\$ 1,35 | Total = R\$ 3,25 | Recibo N°: 12852

Dou fé, Tijucas - 01 de julho de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto



Vistar toda a documentação contábil da Associação, fiscalizando-a;  
Emitir parecer sobre a previsão orçamentária e sobre o balanço anual;  
Opinar sobre as despesas extraordinárias e sobre os balancetes periódicos.

## CAPÍTULO IV

### DAS ELEIÇÕES

ART. 18 - A Assembléia para as eleições será convocada por edital público em jornal de circulação no município, afixado na sede da Associação e/ou pela emissora, rádio comunitária, com no mínimo 04 (quatro) inserções diárias, com um prazo mínimo de 15 dias de antecedência, excetuando-se a eleição para a primeira diretoria, cujos membros serão escolhidos durante a Assembléia Geral de Fundação.

ART. 19 - Expedido o Edital de Convocação, fica automaticamente aberta o prazo de dez (10), para o registro das chapas que deverão ser apresentadas à Secretaria da Associação, acompanhadas de documentos.

PARÁGRAFO ÚNICO - As chapas deverão ser assinadas por todos os integrantes, contendo a nominata dos candidatos para cada vaga, sendo que o associado (a), deverá ter seis (06) meses nessa qualidade, até a data de inscrição.

ART. 20 - As eleições serão secretas, em caso de apresentação de mais de uma chapa; ou por aclamação caso ocorrer a apresentação de chapa única.

ART. 21 - Somente terão direito a voto os sócios ativos, que estiveram em dia a com a associação, até o último dia de inscrição das chapas, tendo os demais participantes somente direito a voz.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### DO PATRIMÔNIO SOCIAL

ART. 22 - A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

Da arrecadação feita pela entidade.

**Estado de Santa Catarina**

Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

Hélio Vanunci Baixo - Oficial

Rua Pedro Teodoro Geraldo, 98, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6396 -  
rcivil@tijucas@hotmail.comAutenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma  
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,90 | 1 Selo de Fiscalização Pago  
(DCB40339-CGVV) = R\$ 1,36 | Total = R\$ 3,26 | Recibo Nº: 12852

Dou fé, Tijucas - 01 de julho de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto





**AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO**



Doações e subvenções.  
Dos bens e valores adquiridos e suas receitas cabíveis.  
Das prestações de serviços e/ou assessorias.  
Das contribuições provenientes de apoio cultural.

ART. 23 - As atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, serão destinados exclusivamente a realização de seus objetivos e fins sociais.

**CAPÍTULO VI**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

ART. 24 - A Associação criará um Conselho Comunitário Consultivo, composto por um mínimo de 5 (cinco) pessoas, representantes de entidades da comunidade local, com objetivo de acompanhar a programação dos trabalhos das atividades de radiodifusão da associação, com vista ao atendimento de interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, do Decreto 2.615 de 03 de junho de 1998 e demais regulamentos ou alterações legais que posam advir, para tais atividades.

ART. 25 - A Presidência poderá autorizar a Secretaria e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas a Associação para assessorá-las.

ART. 26 - O atual Estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembléia.

ART. 27 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da entidade.

ART. 28 - A Associação poderá ser extinta, desde que seja convocada uma Assembléia pelo Presidente e especificamente para este fim, e conforme maioria de 2/3 (dois terços), e após se dará destino ao seu patrimônio.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os membros da associação não respondem nem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

ART. 29 - O presente estatuto entra em vigor nesta data.



ATENTICAÇÃO  
NO VERSO

**Estado de Santa Catarina**

Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas  
Hélio Vanunci Baixo - Oficial

Rua Pedro Teodoro Geraldo, 99, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6398 -  
rcviltijucas@hotmail.com

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma  
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,90 | 1 Selo de Fiscalização Pago  
(DCB40336-F0YB) = R\$ 1,35 | Total = R\$ 3,25 | Recibo N°: 12852

Dou fê, Tijucas - 01 de julho de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto





**AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO**



Tijucas, aos 07 de junho de 1998.

**ASSINAM ABAIXO TODOS OS PARTICIPANTES DA  
ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO.**

Roberto C. Vailati

José Renato Silva

Alvanete Maria Giacomossi

Valdeci Machado

Kátia Santos

Valmor João Umbelino

Maurici de Souza

Paulo R Tamasia

Mário C Santana

Deivid de O Martins

Luiz Carlos dos santos

Marcenela da Silva

Elo José Rebelo Junior

Adalto Gomes

Sálvio Pereira

Renato Silva

Irineu P Battisti

Paula Laudelina Marcelino

Ilson Westphal

Matheus Martins

Elias da Cunha

Maurini de Souza

Paulo Roberto Floriano

DELMINDO MILIORINI

**HÉLIO VANUNCI BAIXO**

**CERTIDÃO**

Certifico e dou fé, que nesta data, registrei

no livro competente e de nº. 597 à fls. 191-0  
Tijucas, 10 de junho de 1998  
Escrivão: Hélio Baixo

**HELIO VANUNCI BAIXO**

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
TIJUCAS - Santa Catarina



0233V OM  
AUTENTICAÇÃO

**Estado de Santa Catarina**

Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas  
Hélio Vanunci Baixo - Oficial

Rua Pedro Teodoro Geraldo, 98, Centro, Tijucas - SC. 88200-000 - 48 3263 6396 -  
rciviltjucas@hotmail.com

**Autenticação:** Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,90 | 1 Selo de Fiscalização Pago  
(DCB40337-JFGZ) = R\$ 1,35 | Total = R\$ 3,25 | Recibo N°: 12852

Dou fé, Tijucas - 01 de junho de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto



**"ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RÁDIO DIFUSÃO DE TIJUCAS - SC  
- BAIRROS JOÁIA, XV DE NOVENBRO, CENTRO, AREIAS E PRAÇA - ACCRT"**

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**

**DO CAPÍTULO I**

**DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS**

**ART. 2 – mesmo...**

**§ 1º - A associação, dentre os objetivos já nominado em seu estatuto de fundação, também objetiva a execução de radiodifusão, com a implantação da rádio comunitária, devendo funcionar de acordo com as normas do Ministério das Comunicações.**

**CAPÍTULO V**

**DISPOSICÕES GERAIS**

**DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

**ART. 23 – o mesmo...**

**§ 1º - Em caso de extinção da pessoa jurídica, os Bens Patrimoniais da Entidade, terá a destinação prevista no art. 28, § 1º, deste estatuto.**

**CAPÍTULO VI**

**DAS DISPOSICÕES FINAIS**

**ART. 28 – o mesmo..**

**§ 1º - O patrimônio da entidade, em caso de extinção da pessoa jurídica, será destinada à uma ou mais entidade(s) congêneres.**

Todos as pessoas e entidades, presentes nesta assembléia, legalmente pelo estatuto da entidade convocadas, nesta data de 04 de fevereiro de 2001, cumprimento a exigência legal, aprovam esta primeira alteração do estatuto, pelo termos e condições acima nominadas.

Tijucas, 04 de fevereiro de 2001.

**ROBERTO C. VAILATI**  
Presidente.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL - TÍTULOS,  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
HÉLIO VANUCCI BAIXO  
Oficial Titular  
DIEGO BAIXO  
Oficial Substituto  
TIJUCAS - SC

**Estado de Santa Catarina**  
Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas  
Hélio Vanucci Baixo - Oficial  
Rua Pedro Teodoro Geraldo, 98, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6396 -  
rciviltijucas@hotmail.com  
Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma  
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.  
Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,90 | 1 Selo de Fiscalização Pago  
(DCB40336-COY3) = R\$ 1,35 | Total = R\$ 3,25 | Recibo Nº: 12862

Dou fe, Tijucas - 01 de julho de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto



# HÉLIO VANUNCI BAIXO

## CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que nesta data, registrei  
**A VERBEI ÀS MARGEM DO TERMO Nº 597**  
ao livro competente e de nº. A-4 à fls. 191-v  
Tijucas, 23 de fevereiro de 2001  
O Escrivão: Velloso

**Hélio Vanunci Baixo**

Oficial do Registro Civil,  
Títulos e Documentos

**Leonardo Baixo**

Oficial Substituto

**TJUCAS - SANTA CATARINA**



### Estado de Santa Catarina

Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

Hélio Vanunci Baixo - Oficial

Rua Pedro Teodoro Geraldo, 98, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6396 -

rciviltijucas@hotmail.com

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma  
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,90 | 1 Selo de Fiscalização Pago  
(DCB40336-H486) = R\$ 1,35 | Total = R\$ 3,25 | Recibo Nº: 12862

Dou fé, Tijucas - 01 de julho de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto



**ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC-BAIRROS  
JOÁIA, XV DE NOVENBRO, CENTRO, AREIAS E PRAÇA-ACCRT**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I  
DA CONSTITUIÇÃO, DESIGNAÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS**

ART. 1º - A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIOFUSÃO DE TIJUCAS - SC - ACCRT, BAIRROS JOÁIA, XV DE NOVENBRO, CENTRO, AREIAS E PRAÇA, inscrita no CNPJ nº 02.585.767/0001-55, sem fins lucrativos, fundada no dia 07 de junho de 1998, com sede no município de Tijucas - SC, situada na Rua Atilio Campos Filho, 123, Bairro Centro, CEP 88200-000, neste ato inserindo a segunda alteração estatutária e incluindo a primeira alteração já processada, em um só documento, conforme exigência do Cartório de Registro Civil, representada por seu atual Presidente Sr. Jonhny Max Moreira, brasileiro, nascido em 03/01/1973, residente e domiciliado na Rua Tocantins, nº 255, Bairro Universitário, Tijucas - SC, é constituída com a finalidade de incentivar, promover e defender as atividades CULTURAIS, EDUCACIONAIS, ARTISTICAS, ESPORTIVAS, CIENTÍFICAS, INFORMATIVAS ECOLÓGICAS E DE COMUNICAÇÃO em mais amplo aspecto, inclusive, na defesa da DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO e suas práticas com propósito de promover a democracia, fazendo uso dos meios de comunicação existentes e os que estarão por ser inventados, para incentivar a informação comunitária e a produção cultural local, valorizando os bons costumes, a ética e a civilidade moral, bem como a defesa dos direitos do consumidor, do meio ambiente, da moralidade administrativa e dos contribuintes.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Associação tem duração por tempo indeterminado.

ART. 1º - A - Compete privativamente a assembléia geral:

I - Destituir os administradores;

II - Alterar o estatuto;

III - Obedecer o preceito do inciso I e II, parágrafo único do artigo 59, da Lei 10.406/2002.

ART. 2º - Os objetivos que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

Promover atividades artísticas, culturais, educacionais, científicas, esportivas, de comunicação e de informação.

Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para esse fim, atividades, movimentos e organismo.

Manter convênios ou associar-se a entidades similares para prestação de serviços e assessoria.

Manter convênios ou associar-se a entidades governamentais nacionais, e não-governamentais nacionais ou internacionais, legalmente constituídas.

Divulgar e promover suas atividades através de órgãos de imprensa escrita, radiodifusão e outros meios.

Prestar serviços compatíveis com suas atividades, com fim de arrecadar fundos para a manutenção da Associação.

Receber doações em caráter de apoio cultural e divulgar doadores.

Administrar os fundos arrecadados aplicando-os no sentido de alcançar os objetivos da Associação.

Usar de todos os meios necessários legais, administrativamente ou na esfera judicial, para defender os direitos do consumidor, do meio ambiente, da cultura, da democracia, da ética, da moralidade administrativa e dos contribuintes.

§1º - A Associação, dentre os objetivos já nominados em seu estatuto de fundação, também objetiva a execução de radiodifusão, com a implantação da rádio comunitária, devendo funcionar de acordo com as normas do Ministério das Comunicações.



Handwritten signature of Roberto Vailati.

Roberto Vailati  
ADVOGADO  
OAB/SC 9863



## CAPÍTULO II

### DA FILIAÇÃO, DIRETOS E DEVERES

ART. 3º - Podem filiar-se à Associação todas as pessoas residentes ou que exerçam atividades profissionais e econômicas neste município, sem limitação de número de associado, poderão participar desta Associação.

PARÁGRAFO 1º - Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste estatuto, assinado-o como prova de concordância com as condições.

PARÁGRAFO 2º - Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

PARÁGRAFO 3º - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

FUNDADORES - Os que participarem da Assembléia de instalação da Associação.

COLABORADORES - Os que se inscreverem após o encerramento do livro de fundação e mantenham sua participação.

SÓCIOS HONORÁRIOS - Cidadãos que tenham prestado ou ainda prestarem relevante serviços à Associação ou à comunidade, ao município, ao Estado e à sociedade.

SÓCIOS ATIVOS - São os sócios que participam ativamente da associação, que contribuem com serviços ou financeiramente, que tem direito de votar e serem votados, para os cargos de direção.

PARÁGRAFO ÚNICO - A qualidade de sócios ativos, serão concedido pelo presidente da Associação, devendo ser ouvido os demais membros da diretoria, legalmente constituída, mediante requerimento por escrito da parte interessada.

ART. 4º - São direitos inalienáveis e intransferíveis do associado, sócio ativo:

Votar e ser votado, para qualquer cargo da Associação.

Gozar dos benefícios oferecidos pela Associação na forma prevista deste estatuto.

Recorrer à Assembléia contra qualquer ato lesivo ao seu direito.

ART. 5º - São deveres de todos os associados:

Aceitar como seus objetivos os objetivos fundamentais da Associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletivamente, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir Estatuto Social, o programa de atividades e as instruções da diretoria aprovadas pelos conselhos ou assembléias.

Prestigiar com sua presença ou com representação eventos e atividades programadas, justificando de alguma forma, o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a comunidade dos trabalhos e atividades.

Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas assembléias indicando a tempo, quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à diretoria o cumprimento e obrigações assumidas em nome da Associação.

ART. 6º - Ao associado que infringir o Estatuto Social e as normas regimentais, os planos de atividades e as decisões aprovadas em assembléias ou emitidas na forma do Estatuto pela diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades.

Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;

Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;

Afastamento do quadro social.

PARÁGRAFO 1º - O desligamento de um associado do quadro social só poderá ser aplicado após denúncia da secretaria ou tesouraria, análise da diretoria e consulta final ao associado, que poderá recorrer e apresentar defesa.



16

Roberto Vailati  
ADVOGADO  
OAB/SC 9863

PARÁGRAFO 2º - Será excluído automaticamente, sem a necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas.

### CAPÍTULO III

#### DOS ÓRGÃOS CONSTITUÍDOS

ART. 7º - São órgãos constituídos da Associação:  
Assembleia Geral  
Diretoria  
Conselho Fiscal

#### DA ASSEMBLÉIA GERAL

ART. 8º - A Assembleia Geral é o órgão máximo e soberano da Associação e é constituída pelos associados no gozo dos seus direitos. Ela se reunirá ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.

PARÁGRAFO 1º - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á uma vez por ano, no mês de junho, com o objetivo de prestação de contas do exercício anterior e de previsões orçamentárias e planejamento para o exercício corrente.

PARÁGRAFO 2º - A Assembleia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela diretoria, pelos conselhos consultivo e fiscal, ou por um terço, no mínimo, dos associados ativos, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

PARÁGRAFO 3º - A Assembleia Gerais Ordinária e Extraordinária, serão convocadas com antecipação de sete (07) dias mediante edital a ser afixado na sede social, além de comunicação por radiodifusão, aos associados em dia com suas obrigações.

PARÁGRAFO 4º - O Presidente da Assembleia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

PARÁGRAFO 5º - A Assembleia Geral deliberará, validamente, com a presença da maioria dos seus associados.

ART. 9º - Compete privativamente à Assembleia Geral:  
Destituir os administradores;  
Alterar o Estatuto;  
Obedecer o preceito dos incisos I e II, parágrafo único, do art. 59, da Lei nº 10.406/2002;  
Decidir em última e definitiva instância;  
Eleger a diretoria e conselhos consultivos e fiscal;  
Reformar o Estatuto com dois terços dos votos presentes;  
Aprovar o balanço e as contas do exercício anterior;  
Analisar e definir o planejamento dos trabalhos do período seguinte;  
Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da diretoria e dos conselhos fiscal e consultivo, mediante a aprovação da assembleia;  
Deliberar sobre os demais assuntos constantes na ordem do dia.

ART. 10 - Na falta de quorum (maioria simples), ela se reunirá em segunda convocação uma hora após a primeira convocação, e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto no Art. 9º.



*[Handwritten signature]*  
Roberto Vailati  
ADVOGADO  
OAB/SC 9863



## DA DIRETORIA

ART. 11 - A diretoria é órgão máximo da administração da Associação e se compõe de seis (06) membros eleitos pela Assembléia Geral que terá mandato de quatro (04) anos, podendo ser reeleita por igual período, não sendo permitida a acumulação de cargos.

ART. 12 - São legítimos dirigentes:

Presidente;  
Vice-presidente;  
Secretário (a);  
2º Secretário (a);  
Tesoureiro (a);  
2º Tesoureiro (a).

ART. 13 - Compete ao Presidente:

Representar a Associação em todos os atos públicos, em juízo e fora dele;  
Presidir as reuniões da diretoria e convoca-las para os atos decorrentes das atividades associativas;  
Convocar e presidir as Assembléias Gerais Extraordinárias;  
Presidir conferências, debates, palestras, reuniões, sessões e atividades públicas da Associação;  
Dar posse aos membros da Diretoria;  
Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;  
Supervisionar quaisquer atividades da Associação;  
Assinar contratos, convênios, acordos e praticar atos de administração em geral;  
Assinar com o secretário as atas de reuniões e assembléias;  
Assinar com o tesoureiro todo e qualquer tipo de movimentação financeira.

ART. 14 - Compete ao Vice-Presidente:

Cooperar com o Presidente no desempenho de suas atribuições, bem como substituí-lo nos seus impedimentos.

ART. 15 - Compete ao Secretário:

Redigir e manter transcrições em dia das atas da Assembléia Geral e da Diretoria;  
Redigir as correspondências da Associação;  
Manter e ter sob guarda o arquivo da Associação.

ART. 16 - Compete ao Tesoureiro:

Zelar pelo patrimônio da Associação;  
Manter em contas bancárias, juntamente com o presidente, os valores da Associação;  
Efetuar pagamentos e recebimentos autorizados pela diretoria;  
Substituir o presidente na ordem da presidência;  
Apresentar ao conselho fiscal balancetes periódicos e balanço anual.

## DO CONSELHO FISCAL

ART. 17 - Ao Conselho Fiscal, que será composto por três (03) membros efetivos e três (03) suplentes, compete:

Vistar toda a documentação contábil da Associação, fiscalizando-a;  
Emitir parecer sobre a previsão orçamentária e sobre o balanço anual;  
Opinar sobre as despesas extraordinárias e sobre os balancetes periódicos



Roberto Vailati  
ADVOGADO  
OAB/SC 9863

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS ELEIÇÕES**

ART. 18 - A Assembléia para as eleições será convocada por edital público em jornal de circulação no município, afixado na sede da associação e/ ou pela emissora, rádio comunitária, com no mínimo quatro (04) inserções diárias, com um prazo mínimo de 15 dias de antecedência, excetuando-se a eleição para a primeira diretoria, cujos membros serão escolhidos durante a Assembléia Geral de Fundação.

ART. 19 - Expedido o edital de convocação, fica automaticamente aberta o prazo de dez (10) dias, para o registro das chapas que deverão ser apresentadas à secretaria da Associação, acompanhados de documentos.

PARÁGRAFO ÚNICO – As chapas deverão ser assinadas por todos os integrantes, contendo a nominata dos candidatos para cada vaga, sendo que o associado (a) deverá ter seis (06) meses nessa qualidade, até a data de inscrição.

ART. 20 - As eleições serão secretas, em caso de apresentação de mais d uma chapa, ou por aclamação caso ocorrer a apresentação e chapa única.

ART. 21 - Somente terão direito a voto os sócios ativos, que estiverem em dia com a Associação, até o ultimo dia de inscrição das chapas, tendo os demais participantes somente direito a voz.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

ART. 22 - A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir suas subsistência:  
Da arrecadação feita pela entidade;  
Doações e subvenções;  
Dos bens e valores adquiridos e suas receitas cabíveis;  
Das prestações de serviços e/ou assessoria;  
Das contribuições provenientes de apoio cultural.

ART. 23 - As atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, serão destinados exclusivamente a realização de seus objetivos e fins sociais.

§ 1º - Em caso de extinção da pessoa jurídica, os Bens Patrimoniais da Entidade, terá a destinação prevista no art. 28, § 1º deste Estatuto.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

ART. 24 - A Associação criará um conselho comunitário consultivo, composto por no mínimo de cinco (05) pessoas, representantes de entidades da comunidade local, com objetivo de acompanhar a programação dos trabalhos das atividades de radiodifusão da associação, com vista ao atendimento de interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, do Decreto 2.615 de 03 de junho de 1998 e demais regulamentos ou alterações legais que posam advir, para tais atividades.

ART. 25 - A Presidência poderá autorizar a secretaria e a tesouraria a convidar pessoas não filiadas a Associação para assessora-las.



Roberto Vailati  
ADVOGADO  
OAB/SC 9863



ART. 26 - O atual Estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças á aprovação da Assembléia.

ART. 27 - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria, ouvido o Presidente da entidade.

ART. 28 - A Associação poderá ser extinta, desde que seja convocada uma Assembléia pelo Presidente e especificamente para este fim, e conforme maioria de 2/3 (dois terços), e após se dará destino ao seu patrimônio.

§ 1º - Os membros da associação não respondem nem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

§ 2º - O patrimônio da entidade, em caso de extinção da pessoa jurídica, será destinada a uma ou mais entidade(s) congênere.

ART. 29 - O presente estatuto entra em vigor nesta data.

Tijucas, 13 de julho de 2009.

JONNHY MAX MOREIRA  
PRESIDENTE

ROBERTO CARLOS VAIATI  
OAB/SC 9863  
OAB/SC 9863



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE SANTA CATARINA  
COMARCA DE TIJUCAS - MUNICÍPIO DE TIJUCAS  
HÉLIO VANUNCI BAIXO Oficial - DIEGO BAIXO Oficial Substituto

Certifico que o Estatuto da "Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas-SC, Bairros João, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça - ACCRT" encontra-se registrado neste Ofício, sob nº 597, fls. 191-V, do Livro A-4, em data de 10/06/1998, tendo sofrido a 1ª alteração estatutária averbada à margem do termo original e a 2ª, registrada sob nº 01, fls. 01, do Livro B-1, em data de 24/07/2009, cuja nova redação é parte integrante do presente. Tijucas, 24/07/2009.

Diego Baixo - Oficial Substituto

Cartório Baixo, Rua Pedro Teodoro Geraldo, 98, Centro, Tijucas/SC - Tel.: (48) 3263.6396





Ministério das Comunicações - SC  
Fs. 26  
Rubrica Am

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC-  
BAIRROS JOÁIA, XV DE NOVEMBRO, CENTRO, AREIAS E PRAÇA-ACCRT**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I  
DA CONSTITUIÇÃO, DESIGNAÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS**

ART. 1º - A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIOFUSÃO DE TIJUCAS - SC - ACCRT, BAIRROS JOÁIA, XV DE NOVEMBRO, CENTRO, AREIAS E PRAÇA, inscrita no CNPJ nº 02.585.767/0001-55, sem fins lucrativos, fundada no dia 07 de junho de 1998, com sede no município de Tijucas - SC, situada na Rua Atilio Campos Filho, 123, Bairro Centro, CEP 88200-000, neste ato inserindo a terceira alteração estatutária e incluindo a primeira e segunda alteração já processada anteriormente, em um só documento, conforme exigência do Cartório de Registro Civil, representada por seu atual Presidente Sr. Jonnhy Max Moreira, brasileiro, nascido em 03/01/1973, residente e domiciliado na Rua Tocantins, nº 255, Bairro Universitário, Tijucas - SC, é constituída com a finalidade de incentivar, promover e defender as atividades CULTURAIS, EDUCACIONAIS, ARTÍSTICAS, ESPORTIVAS, CIENTÍFICAS, INFORMATIVAS ECOLÓGICAS E DE COMUNICAÇÃO em mais amplo aspecto, inclusive, na defesa da DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO e suas práticas com propósito de promover a democracia, fazendo uso dos meios de comunicação existentes e os que estarão por ser inventados, para incentivar a informação comunitária e a produção cultural local, valorizando os bons costumes, a ética e a civilidade moral, bem como a defesa dos direitos do consumidor, do meio ambiente, da moralidade administrativa e dos contribuintes.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Associação tem duração por tempo indeterminado.

ART. 1º - A - Compete privativamente a assembléia geral:

- I - Destituir os administradores, de acordo com o inciso I, do art. 59, da Lei 10.406/2002;
- II - Alterar o estatuto, de acordo com o inciso II, do art. 59, da Lei 10.406/2002;
- III - Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo 59, da Lei 10.406/2002, será exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores. De acordo com o preceito do parágrafo único do artigo 59, da Lei 10.406/2002.

ART. 2º - Os objetivos que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

Promover atividades artísticas, culturais, educacionais, científicas, esportivas, de comunicação e de informação.

Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para esse fim, atividades, movimentos e organismo.

Manter convênios ou associar-se a entidades similares para prestação de serviços e assessoria.

Manter convênios ou associar-se a entidades governamentais nacionais, e não-governamentais nacionais ou internacionais, legalmente constituídas.

Divulgar e promover suas atividades através de órgãos de imprensa escrita, radiodifusão e outros meios.

Prestar serviços compatíveis com suas atividades, com fim de arrecadar fundos para a manutenção da Associação.

Receber doações em caráter de apoio cultural e divulgar doadores.

**AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO**

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL - TÍTULOS  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
HÉLIO VANUNCI BAIXO  
Oficial Titular  
DIEGO BAIXO  
Oficial Substituto

76

*Roberto Vailati*  
ADVOGADO  
OAB/SC 9863

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, TÍTULOS  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
HÉLIO VANUNCI BAIXO  
Oficial Titular  
DIEGO BAIXO  
Oficial Substituto  
29 SET 2010  
TIJUCAS - SC



**Estado de Santa Catarina**

Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

Hélio Vanunci Baixo - Oficial

Rua Pedro Teodoro Geraldo, 88, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6396 -  
rcviltjucas@hotmail.com

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma  
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,90 | 1 Seio de Fiscalização Pago  
(DCB40352-GOR3) = R\$ 1,36 | Total = R\$ 3,26 | Recibo Nº: 12863

Dou fé, Tijucas - 01 de junho de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto



NO VERSO  
AUTENTICAÇÃO



Administrar os fundos arrecadados aplicando-os no sentido de alcançar os objetivos da Associação.

Usar de todos os meios necessários legais, administrativamente ou na esfera judicial, para defender os direitos do consumidor, do meio ambiente, da cultura, da democracia, da ética, da moralidade administrativa e dos contribuintes.

§1º - A Associação, dentre os objetivos já nominados em seu estatuto de fundação, também objetiva a execução de radiodifusão, com a implantação da rádio comunitária, devendo funcionar de acordo com as normas do Ministério das Comunicações.

§2º - Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, de acordo com o Inciso I a V, do art. 3º., da Lei n. 9.612/98, os quais registramos abaixo: Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a: I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

## CAPÍTULO II

### DA FILIAÇÃO, DIRETOS E DEVERES

ART. 3º - Podem filiar-se à Associação todas as pessoas residentes ou que exerçam atividades profissionais e econômicas neste município, sem limitação de número de associado, poderão participar desta Associação.

PARÁGRAFO 1º - Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste estatuto, assinado-o como prova de concordância com as condições.

PARÁGRAFO 2º - Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

PARÁGRAFO 3º - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

FUNDADORES - Os que participarem da Assembleia de instalação da Associação.

COLABORADORES - Os que se inscreverem após o encerramento do livro de fundação e mantenham sua participação.

SÓCIOS HONORÁRIOS - Cidadãos que tenham prestado ou ainda prestarem relevante serviços à Associação ou à comunidade, ao município, ao Estado e à sociedade.

SÓCIOS ATIVOS - São os sócios que participam ativamente da associação, que contribuem com serviços ou financeiramente, que tem direito de votar e serem votados, para os cargos de direção.

PARÁGRAFO 4º - Para qualquer sócio ou filiado, não será distribuído nenhuma forma de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados;

AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, TÍTULOS,  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.  
HÉLIO VANUNCI BAIXO  
Oficial Titular  
DIEGO BAIXO  
Oficial Substituto  
SC

76

Roberto Vailati  
ADVOGADO  
OAB/SC 9863

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL,  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.  
HÉLIO VANUNCI BAIXO  
Oficial Titular  
DIEGO BAIXO  
Oficial Substituto  
29 SET 2010  
TJUCAS - SC





**Estado de Santa Catarina**

Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas  
Hélio Vanunci Baixo - Oficial

Rua Pedro Teodoro Geraldo, 98, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6396 -  
rciviltijucas@hotmail.com

Autenticação: Autêntico e presente cópia fotostática por ser uma  
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,90 | 1 Selo de Fiscalização Pago  
(DCB40361-KK6R) = R\$ 1,35 | Total = R\$ 3,25 | Recibo Nº: 12953

Douro, Tijucas - 01 de junho de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto



**PARÁGRAFO ÚNICO** – A qualidade de sócio ativo será concedida em Assembléia Geral, mediante requerimento por escrito da parte interessada.

**ART. 4º** - São direitos inalienáveis e intransferíveis do associado, sócio ativo:  
Votar e ser votado, para qualquer cargo da Associação.  
Gozar dos benefícios oferecidos pela Associação na forma prevista deste estatuto.  
Recorrer à Assembléia contra qualquer ato lesivo ao seu direito.

**ART. 5º** - São deveres de todos os associados:  
Aceitar como seus objetivos os objetivos fundamentais da Associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletivamente, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir Estatuto Social, o programa de atividades e as instruções da diretoria aprovadas pelos conselhos ou assembleias.  
Prestigiar com sua presença ou com representação eventos e atividades programadas, justificando de alguma forma, o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a comunidade dos trabalhos e atividades.  
Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas assembleias indicando a tempo, quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à diretoria o cumprimento e obrigações assumidas em nome da Associação.

**ART. 6º** - Ao associado que infringir o Estatuto Social e as normas regimentais, os planos de atividades e as decisões aprovadas em assembleias ou emitidas na forma do Estatuto pela diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:  
Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;  
Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;  
Afastamento do quadro social.

**PARÁGRAFO 1º** - O desligamento de um associado do quadro social só poderá ser aplicado após denúncia da secretaria ou tesouraria, análise da diretoria e consulta final ao associado, que poderá recorrer e apresentar defesa.

**PARÁGRAFO 2º** - Será excluído automaticamente, sem a necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS ÓRGÃOS CONSTITUÍDOS**

**ART. 7º** - São órgãos constituídos da Associação:  
Assembléia Geral  
Diretoria  
Conselho Fiscal

#### **DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**ART. 8º** - A Assembléia Geral é o órgão máximo e soberano da Associação e é constituída pelos associados no gozo dos seus direitos. Ela se reunirá ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.

**AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO**

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
HELIO VANUNCI BAIXO  
Oficial Titular  
DIEGO BAIXO  
Oficial Substituto

*[assinatura]*

*Roberto Vailati*  
ADVOGADO  
OAB/SC 9863

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
HELIO VANUNCI BAIXO  
Oficial Titular  
DIEGO BAIXO  
Oficial Substituto  
29 SET 2010  
BRUSAS SC



**Estado de Santa Catarina**

Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

Hélio Vanunci Baixo - Oficial

Rua Pedro Teodoro Geraldo, 99, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6396 -  
rciviltijucas@hotmail.com

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,90 | 1 Selo de Fiscalização Pago  
(DCB40360-N2XM) = R\$ 1,36 | Total = R\$ 3,26 | Recibo N°: 12853

Dou 6. Tijucas - 01 de julho de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto





**PARÁGRAFO 1º** - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á uma vez por ano, no mês de junho, com o objetivo de prestação de contas do exercício anterior e de previsões orçamentárias e planejamento para o exercício corrente.

**PARÁGRAFO 2º** - A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela diretoria, pelos conselhos consultivo e fiscal, ou por um terço, no mínimo, dos associados ativos, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

**PARÁGRAFO 3º** - A Assembléia Gerais Ordinária e Extraordinária, serão convocadas com antecipação de sete (07) dias mediante edital a ser afixado na sede social, além de comunicação por radiodifusão, aos associados em dia com suas obrigações.

**PARÁGRAFO 4º** - O Presidente da Assembléia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

**PARÁGRAFO 5º** - A Assembléia Geral deliberará, validamente, com a presença da maioria dos seus associados.

**ART. 9º** - Compete privativamente à Assembléia Geral:

Destituir os administradores;

Alterar o Estatuto;

Obedecer o preceito dos incisos I e II, parágrafo único, do art. 59, da Lei nº 10.406/2002;

Decidir em última e definitiva instância;

Eleger a diretoria e conselhos consultivos e fiscal;

Reformar o Estatuto com dois terços dos votos presentes;

Aprovar o balanço e as contas do exercício anterior;

Analisar e definir o planejamento dos trabalhos do período seguinte;

Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da diretoria e dos conselhos fiscal e consultivo, mediante a aprovação da assembléia;

Deliberar sobre os demais assuntos constantes na ordem do dia.

**ART. 10** - Na falta de quorum (maioria simples), ela se reunirá em segunda convocação uma hora após a primeira convocação, e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto no Art. 9º.

## DA DIRETORIA

**ART. 11** - A diretoria é órgão máximo da administração da Associação e se compõe de seis (06) membros eleitos pela Assembléia Geral que terá mandato de quatro (04) anos, podendo ser reeleita por igual período, não sendo permitida a acumulação de cargos.

**ART. 12** - São legítimos dirigentes:

Presidente;

Vice-presidente;

Secretário (a);

2º Secretário (a);

Tesoureiro (a);

2º Tesoureiro (a).

AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, TÍTULOS,  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.  
HÉLIO VANUNCI BAIXO  
Oficial Titular  
DIEGO BAIXO  
Oficial Substituto  
29 SET 2010  
TJ/UCAS - SC

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, TÍTULOS,  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.  
HÉLIO VANUNCI BAIXO  
Oficial Titular  
DIEGO BAIXO  
Oficial Substituto  
29 SET 2010  
TJ/UCAS - SC

Roberto Vailati  
ADVOGADO  
OAB/SC 9863



**Estado de Santa Catarina**

Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

Hélio Vanunci Baixo - Oficial

Rua Pedro Teodoro Geraldo, 98, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6398 -

rciviltijucas@hotmail.com

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,90 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DCB40349-VPL6) = R\$ 1,35 | Total = R\$ 3,25 | Recibo N°: 12653

Doufê, Tijucas - 01 de Junho de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto





**ART. 13 - Compete ao Presidente:**

Representar a Associação em todos os atos públicos, em juízo e fora dele;  
Presidir as reuniões da diretoria e convoca-las para os atos decorrentes das atividades associativas;  
Convocar e presidir as Assembléias Gerais Extraordinárias;  
Presidir conferências, debates, palestras, reuniões, sessões e atividades públicas da Associação;  
Dar posse aos membros da Diretoria;  
Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;  
Supervisionar quaisquer atividades da Associação;  
Assinar contratos, convênios, acordos e praticar atos de administração em geral;  
Assinar com o secretário as atas de reuniões e assembléias;  
Assinar com o tesoureiro todo e qualquer tipo de movimentação financeira.

**ART. 14 - Compete ao Vice-Presidente:**

Cooperar com o Presidente no desempenho de suas atribuições, bem como substituí-lo nos seus impedimentos.

**ART. 15 - Compete ao Secretário:**

Redigir e manter transcrições em dia das atas da Assembléia Geral e da Diretoria;  
Redigir as correspondências da Associação;  
Manter e ter sob guarda o arquivo da Associação.

**Parágrafo Único:** Compete ao segundo Secretário, na ausência do secretário de:  
Redigir e manter transcrições em dia das atas da Assembléia Geral e da Diretoria;  
Redigir as correspondências da Associação;  
Manter e ter sob guarda o arquivo da Associação.

**ART. 16 - Compete ao Tesoureiro:**

Zelar pelo patrimônio da Associação;  
Manter em contas bancárias, juntamente com o presidente, os valores da Associação;  
Efetuar pagamentos e recebimentos autorizados pela diretoria;  
Substituir o presidente na ordem da presidência;  
Apresentar ao conselho fiscal balancetes periódicos e balanço anual.

**Parágrafo Único:** Compete ao Segundo Tesoureiro na ausência do Tesoureiro:

Zelar pelo patrimônio da Associação;  
Manter em contas bancárias, juntamente com o presidente, os valores da Associação;  
Efetuar pagamentos e recebimentos autorizados pela diretoria;  
Substituir o presidente na ordem da presidência;  
Apresentar ao conselho fiscal balancetes periódicos e balanço anual.

**DO CONSELHO FISCAL**

**ART. 17 – Ao Conselho Fiscal, que será composto por três (03) membros efetivos e três (03) suplentes, compete:**

Vistar toda a documentação contábil da Associação, fiscalizando-a;  
Emitir parecer sobre a previsão orçamentária e sobre o balanço anual;  
Opinar sobre as despesas extraordinárias e sobre os balancetes periódicos;

**AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO**

**CAPÍTULO IV**



**Roberto Vailati**  
ADVOGADO  
OAB/SC 9863





**Estado de Santa Catarina**

Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

Hélio Vanunci Baixo - Oficial

Rua Pedro Teodoro Geraldo, 99, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6396 -  
rciviltijucas@hotmail.com

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,90 | 1 Selo de Fiscalização Pago  
(DCB40348-K872) = R\$ 1,35 | Total = R\$ 3,25 | Recibo Nº: 12853

Dou 76, Tijucas - 01 de julho de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto



## DAS ELEIÇÕES

ART. 18 - A Assembléia para as eleições será convocada por edital público em jornal de circulação no município, afixado na sede da associação e/ ou pela emissora, rádio comunitária, com no mínimo quatro (04) inserções diárias, com um prazo mínimo de 15 dias de antecedência, excetuando-se a eleição para a primeira diretoria, cujos membros serão escolhidos durante a Assembléia Geral de Fundação.

ART. 19 - Expedido o edital de convocação, fica automaticamente aberta o prazo de dez (10) dias, para o registro das chapas que deverão ser apresentadas à secretaria da Associação, acompanhados de documentos.

PARÁGRAFO ÚNICO - As chapas deverão ser assinadas por todos os integrantes, contendo a nominata dos candidatos para cada vaga, sendo que o associado (a) deverá ter seis (06) meses nessa qualidade, até a data de inscrição.

ART. 20 - As eleições serão secretas, em caso de apresentação de mais d uma chapa, ou por aclamação caso ocorrer a apresentação e chapa única.

ART. 21 - Somente terão direito a voto os sócios ativos, que estiverem em dia com a Associação, até o ultimo dia de inscrição das chapas, tendo os demais participantes somente direito a voz.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### DO PATRIMÔNIO SOCIAL

ART. 22 - A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir suas subsistência:

- Da arrecadação feita pela entidade;
- Doações e subvenções;
- Dos bens e valores adquiridos e suas receitas cabíveis;
- Das prestações de serviços e/ou assessoria;
- Das contribuições provenientes de apoio cultural.

ART. 23 - As atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, serão destinados exclusivamente a realização de seus objetivos e fins sociais.

§ 1º - Em caso de extinção da pessoa jurídica, os Bens Patrimoniais da Entidade, terá a destinação prevista no art. 28, § 1º deste Estatuto.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ART. 24 - A Associação criará um conselho comunitário consultivo, composto por no mínimo de cinco (05) pessoas, representantes de entidades da comunidade local, com objetivo de acompanhar a programação dos trabalhos das atividades de radiodifusão da associação, com vista ao atendimento de interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, do Decreto 2.615

Roberto Kailati  
ADVOGADO  
OAB/SC 9863

AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, TÍTULOS  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
HELIO VANUNCI BAIXO  
Oficial Titular  
DIEGO BAIXO  
Oficial Substituto  
29 SET 2010  
TJUCAS - SC.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, TÍTULOS  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
HELIO VANUNCI BAIXO  
Oficial Titular  
DIEGO BAIXO  
Oficial Substituto



**Estado de Santa Catarina**

Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

Hélio Vanunci Baixo - Oficial

Rua Pedro Teodoro Geraldo, 98, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6396 -  
rcivil@tijucas@hotmail.com

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma  
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,90 | 1 Seio de Fiscalização Pago  
(DCB40347-NUSA) = R\$ 1,36 | Total = R\$ 3,26 | Recibo Nº: 12863

Dou fé, Tijucas - 01 de julho de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto





de 03 de junho de 1998 e demais regulamentos ou alterações legais que posam advir, para tais atividades.

ART. 25 - A Presidência poderá autorizar a secretaria e a tesouraria a convidar pessoas não filiadas a Associação para assessora-las.

ART. 26 - O atual Estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças á aprovação da Assembléia.

ART. 27 - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria, ouvido o Presidente da entidade.

ART. 28 - A Associação poderá ser extinta, desde que seja convocada uma Assembléia pelo Presidente e especificamente para este fim, e conforme maioria de 2/3 (dois terços), e após se dará destino ao seu patrimônio.

§ 1º - Os membros da associação não respondem nem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

§ 2º - Em caso de extinção, o remanescente do seu patrimônio líquido, será destinado, por deliberação dos associados, a instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

ART. 29 - O presente estatuto entra em vigor, com suas três alterações nesta data.

Tijucas, 03 de setembro de 2010.

**JONNHY MAX MOREIRA**  
**PRESIDENTE**

**ROBERTO CARLOS VAILATI**  
**OAB/SC 9.863**

*Roberto Vailati*  
 ADVOGADO  
 OAB/SC 9863



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE SANTA CATARINA  
 COMARCA DE TIJUCAS - MUNICÍPIO DE TIJUCAS  
 HÉLIO VANUNCI BAIXO Oficial - DIEGO BAIXO Oficial Substituto

Certifico que o Estatuto da "Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas-SC, Bairros João, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça - ACCRT" encontra-se registrado neste Ofício, sob nº 597, fls. 191-v, Livro A-4, em data de 10/06/1998, tendo sofrido sua 1ª alteração averbada às margens do termo em 10/06/1998, a 2ª registrada sob nº 01, fls. 01, Livro B-1, em data de 24/07/2009, e a 3ª sob nº 02, fls. 02, Livro B-1, em data de 29/09/2010, cuja nova redação é parte integrante do presente. O referido é verdade e dou fé. Tijucas, 29/09/2010.

Diego Baixo Oficial Substituto

Cartório Baixo, Rua Pedro Teodoro Geraldo, 98, Centro, Tijucas/SC - Tel.: (48) 3263.6396



**AUTENTICAÇÃO**  
**NO VERSO**



**Estado de Santa Catarina**  
Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas  
Hélio Vanunci Baixo - Oficial  
Rua Pedro Teodoro Geraldo, 98, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6396 -  
rciviltijucas@hotmail.com

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 1,90 | 1 Selo de Fiscalização Pago (DCB40346-DJ4Y) = R\$ 1,36 | Total = R\$ 3,26 | Recibo N°: 12863

Dou fê, Tijucas - 01 de Maio de 2013

Diego Baixo - Oficial Substituto



AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO



**ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC-  
BAIRROS JOÁIA, XV DE NOVEMBRO, CENTRO, AREIAS E PRAÇA-ACCRT**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I**

**DA CONSTITUIÇÃO, DESIGNAÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS**

ART. 1º - A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS - SC - ACCRT, BAIRROS JOÁIA, XV DE NOVEMBRO, CENTRO, AREIAS E PRAÇA, inscrita no CNPJ nº 02.585.767/0001-55, sem fins lucrativos, fundada no dia 07 de junho de 1998, com sede no município de Tijucas - SC, situada na Rua Atilio Campos Filho, 123, Bairro Centro, CEP 88200-000, neste ato inserindo a quarta alteração estatutária e contemplando as alterações anteriores, em um só documento, conforme exigência do Cartório de Registro Civil, representada por seu atual Presidente Sr. Jonhny Max Moreira, brasileiro, nascido em 03/01/1973, residente e domiciliado na Rua Tocantins, nº 255, Bairro Universitário, Tijucas - SC, é constituída com a finalidade de incentivar, promover e defender as atividades CULTURAIS, EDUCACIONAIS, ARTÍSTICAS, ESPORTIVAS, CIENTÍFICAS, INFORMATIVAS ECOLÓGICAS E DE COMUNICAÇÃO em mais amplo aspecto, inclusive, na defesa da DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO e suas práticas com propósito de promover a democracia, fazendo uso dos meios de comunicação existentes e os que estarão por ser inventados, para incentivar a informação comunitária e a produção cultural local, valorizando os bons costumes, a ética e a civilidade moral, bem como a defesa dos direitos do consumidor, do meio ambiente, da moralidade administrativa e dos contribuintes.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Associação tem duração por tempo indeterminado. ✓

ART. 1º - A - Compete privativamente a assembléia geral:

I - Destituir os administradores, de acordo com o inciso I, do art. 59, da Lei 10.406/2002;

II - Alterar o estatuto, de acordo com o inciso II, do art. 59, da Lei 10.406/2002;

III - Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo 59, da Lei 10.406/2002, será exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores. De acordo com o preceito do parágrafo único do artigo 59, da Lei 10.406/2002.

ART. 2º - Os objetivos que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

Promover atividades artísticas, culturais, educacionais, científicas, esportivas, de comunicação e de informação.

Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para esse fim, atividades, movimentos e organismo.

Manter convênios ou associar-se a entidades similares para prestação de serviços e assessoria.

Manter convênios ou associar-se a entidades governamentais nacionais, e não-governamentais nacionais ou internacionais, legalmente constituídas.

Divulgar e promover suas atividades através de órgãos de imprensa escrita, radiodifusão e outros meios.

Prestar serviços compatíveis com suas atividades, com fim de arrecadar fundos para a manutenção da Associação.

Receber doações em caráter de apoio cultural e divulgar doadores.

ARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL - TÍTULOS,  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.  
HÉLIO VANUCCI PAIXO  
Oficial Titular  
DIEGO PAIXO  
Oficial Substituto  
8 AGO 2013

Roberto Vailati  
ADVOGADO



Administrar os fundos arrecadados aplicando-os no sentido de alcançar os objetivos da Associação.

Usar de todos os meios necessários legais, administrativamente ou na esfera judicial, para defender os direitos do consumidor, do meio ambiente, da cultura, da democracia, da ética, da moralidade administrativa e dos contribuintes.

§1º - A Associação, dentre os objetivos já nominados em seu estatuto de fundação, também objetiva a execução de radiodifusão, com a implantação da rádio comunitária, devendo funcionar de acordo com as normas do Ministério das Comunicações.

§2º - Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, de acordo com o Inciso I a V, do art. 3º., da Lei n. 9.612/98, os quais registramos abaixo: Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a: ☒ dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; ☒ oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; ☒ prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; ☒ contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; ☒ permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

## CAPÍTULO II

### DA FILIAÇÃO, DIRETOS E DEVERES

ART. 3º - Podem filiar-se à Associação todas as pessoas residentes ou que exerçam atividades profissionais e econômicas neste município, sem limitação de número de associado, poderão participar desta Associação.

PARÁGRAFO 1º - Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste estatuto, assinado-o como prova de concordância com as condições.

PARÁGRAFO 2º - Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

PARÁGRAFO 3º - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:  
FUNDADORES – Os que participarem da Assembléia de instalação da Associação.  
COLABORADORES – Os que se inscreverem após o encerramento do livro de fundação e mantenham sua participação.  
SÓCIOS HONORÁRIOS – Cidadãos que tenham prestado ou ainda prestarem relevante serviços à Associação ou à comunidade, ao município, ao Estado e à sociedade.  
SÓCIOS ATIVOS – São os sócios que participam ativamente da associação, que contribuem com serviços ou financeiramente, que tem direito de votar e serem votados, para os cargos de direção.

PARÁGRAFO 4º - Para qualquer sócio ou filiado, não será distribuído nenhuma forma de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados;

RTÓRIO DE REGISTRO CIVIL - TÍTULOS  
CUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.  
HÉLIO VANUNY BAIXO  
Oficial Titular  
DIEGO BAIXO  
Oficial Substituto  
8 A GO 2011

Roberto Volari  
ADVOGADO  
C.R. 11.111/11



PARÁGRAFO ÚNICO – A qualidade de sócio ativo será concedida em Assembléia Geral, mediante requerimento por escrito da parte interessada.

ART. 4º - São direitos inalienáveis e intransferíveis do associado, sócio ativo:

Votar e ser votado, para qualquer cargo da Associação.

Gozar dos benefícios oferecidos pela Associação na forma prevista deste estatuto.

Recorrer à Assembléia contra qualquer ato lesivo ao seu direito.

ART. 5º - São deveres de todos os associados:

Aceitar como seus objetivos os objetivos fundamentais da Associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletivamente, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir Estatuto Social, o programa de atividades e as instruções da diretoria aprovadas pelos conselhos ou assembléias.

Prestigiar com sua presença ou com representação eventos e atividades programadas, justificando de alguma forma, o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a comunidade dos trabalhos e atividades.

Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas assembléias indicando a tempo, quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à diretoria o cumprimento e obrigações assumidas em nome da Associação.

ART. 6º - Ao associado que infringir o Estatuto Social e as normas regimentais, os planos de atividades e as decisões aprovadas em assembléias ou emitidas na forma do Estatuto pela diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades.

Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;

Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;

Afastamento do quadro social.

PARÁGRAFO 1º - O desligamento de um associado do quadro social só poderá ser aplicado após denúncia da secretaria ou tesouraria, análise da diretoria e consulta final ao associado, que poderá recorrer e apresentar defesa.

PARÁGRAFO 2º - Será excluído automaticamente, sem a necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas.

### CAPÍTULO III

#### DOS ÓRGÃOS CONSTITUÍDOS

ART. 7º - São órgãos constituídos da Associação:

Assembléia Geral

Diretoria

Conselho Fiscal

#### DA ASSEMBLÉIA GERAL

ART. 8º - A Assembléia Geral é o órgão máximo e soberano da Associação e é constituída pelos associados no gozo dos seus direitos. Ela se reunirá ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.

ARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL - TÍTULOS  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
HÉLIO VANUCCI BAIXO  
Oficial Titular  
DIREITO BAIXO  
Oficial Substituto  
8 A60

Roberto Vallati  
ADVOGADO

PARÁGRAFO 1º - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á uma vez por ano, no mês de junho, com o objetivo de prestação de contas do exercício anterior e de previsões orçamentárias e planejamento para o exercício corrente.

PARÁGRAFO 2º - A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela diretoria, pelos conselhos consultivo e fiscal, ou por um quinto, no mínimo, dos associados ativos, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

PARÁGRAFO 3º - A Assembléia Gerais Ordinária e Extraordinária, serão convocadas com antecipação de sete (07) dias mediante edital a ser afixado na sede social, além de comunicação por radiodifusão, aos associados em dia com suas obrigações.

PARÁGRAFO 4º - O Presidente da Assembléia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

PARÁGRAFO 5º - A Assembléia Geral deliberará, validamente, com a presença da maioria dos seus associados.

ART. 9º - Compete privativamente à Assembléia Geral:

Destituir os administradores;

Alterar o Estatuto;

Obedecer o preceito dos incisos I e II, parágrafo único, do art. 59, da Lei nº 10.406/2002;

Decidir em última e definitiva instância;

Eleger a diretoria e conselhos consultivos e fiscal;

Reformar o Estatuto com dois terços dos votos presentes;

Aprovar o balanço e as contas do exercício anterior;

Analisar e definir o planejamento dos trabalhos do período seguinte;

Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da diretoria e dos conselhos fiscal e consultivo, mediante a aprovação da assembléia;

Deliberar sobre os demais assuntos constantes na ordem do dia.

ART. 10 - Na falta de quorum (maioria simples), ela se reunirá em segunda convocação uma hora após a primeira convocação, e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto no Art. 9º.

## DA DIRETORIA

ART. 11 - A diretoria é órgão máximo da administração da Associação e se compõe de seis (06) membros eleitos pela Assembléia Geral que terá mandato de quatro (04) anos, podendo ser reeleita por igual período, não sendo permitida a acumulação de cargos.

ART. 12 - São legítimos dirigentes:

Presidente;

Vice-presidente;

Secretário (a);

2º Secretário (a);

Tesoureiro (a);

2º Tesoureiro (a).

Roberto Vailati  
ADVOGADO  
CRM 10.000

REGISTRO DE REGISTRO CIVIL TÍTULOS  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
HÉLIO VANUCCI BAIXO  
Oficial Titular  
DIEGO BAIXO  
Oficial Substituto  
8 AGO 2013



**ART. 13 - Compete ao Presidente:**

Representar a Associação em todos os atos públicos, em juízo e fora dele;  
Presidir as reuniões da diretoria e convoca-las para os atos decorrentes das atividades associativas;  
Convocar e presidir as Assembléias Gerais Extraordinárias;  
Presidir conferências, debates, palestras, reuniões, sessões e atividades públicas da Associação;  
Dar posse aos membros da Diretoria;  
Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;  
Supervisionar quaisquer atividades da Associação;  
Assinar contratos, convênios, acordos e praticar atos de administração em geral;  
Assinar com o secretário as atas de reuniões e assembléias;  
Assinar com o tesoureiro todo e qualquer tipo de movimentação financeira.

**ART. 14 - Compete ao Vice-Presidente:**

Cooperar com o Presidente no desempenho de suas atribuições, bem como substituí-lo nos seus impedimentos.

**ART. 15 - Compete ao Secretário:**

Redigir e manter transcrições em dia das atas da Assembléia Geral e da Diretoria;  
Redigir as correspondências da Associação;  
Manter e ter sob guarda o arquivo da Associação.

**Parágrafo Único: Compete ao segundo Secretário, na ausência do secretário de:**  
Redigir e manter transcrições em dia das atas da Assembléia Geral e da Diretoria;  
Redigir as correspondências da Associação;  
Manter e ter sob guarda o arquivo da Associação.

**ART. 16 - Compete ao Tesoureiro:**

Zelar pelo patrimônio da Associação;  
Manter em contas bancárias, juntamente com o presidente, os valores da Associação;  
Efetuar pagamentos e recebimentos autorizados pela diretoria;  
Substituir o presidente na ordem da presidência;  
Apresentar ao conselho fiscal balancetes periódicos e balanço anual.

**Parágrafo Único: Compete ao Segundo Tesoureiro na ausência do Tesoureiro:**

Zelar pelo patrimônio da Associação;  
Manter em contas bancárias, juntamente com o presidente, os valores da Associação;  
Efetuar pagamentos e recebimentos autorizados pela diretoria;  
Substituir o presidente na ordem da presidência;  
Apresentar ao conselho fiscal balancetes periódicos e balanço anual.

**DO CONSELHO FISCAL**

**ART. 17 – Ao Conselho Fiscal, que será composto por três (03) membros efetivos e três (03) suplentes, compete:**

Vistar toda a documentação contábil da Associação, fiscalizando-a;  
Emitir parecer sobre a previsão orçamentária e sobre o balanço anual;  
Opinar sobre as despesas extraordinárias e sobre os balancetes periódicos



**CAPÍTULO IV**

*Roberta Vailati*  
ADVOCADO  
C.R. 13.133/03

## DAS ELEIÇÕES

ART. 18 - A Assembléia para as eleições será convocada por edital público em jornal de circulação no município, afixado na sede da associação e/ ou pela emissora, rádio comunitária, com no mínimo quatro (04) inserções diárias, com um prazo mínimo de 15 dias de antecedência, excetuando-se a eleição para a primeira diretoria, cujos membros serão escolhidos durante a Assembléia Geral de Fundação.

ART. 19 - Expedido o edital de convocação, fica automaticamente aberta o prazo de dez (10) dias, para o registro das chapas que deverão ser apresentadas à secretaria da Associação, acompanhados de documentos.

PARÁGRAFO ÚNICO - As chapas deverão ser assinadas por todos os integrantes, contendo a nominata dos candidatos para cada vaga, sendo que o associado (a) deverá ter seis (06) meses nessa qualidade, até a data de inscrição.

ART. 20 - As eleições serão secretas, em caso de apresentação de mais d uma chapa, ou por aclamação caso ocorrer a apresentação e chapa única.

ART. 21 - Somente terão direito a voto os sócios ativos, que estiverem em dia com a Associação, até o ultimo dia de inscrição das chapas, tendo os demais participantes somente direito a voz.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### DO PATRIMÔNIO SOCIAL

ART. 22 - A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir suas subsistência:

Da arrecadação feita pela entidade;

Doações e subvenções;

Dos bens e valores adquiridos e suas receitas cabíveis;

Das prestações de serviços e/ou assessoria;

Das contribuições provenientes de apoio cultural. ✓

ART. 23 - As atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, serão destinados exclusivamente a realização de seus objetivos e fins sociais. ✓

§ 1º - Em caso de extinção da pessoa jurídica, os Bens Patrimoniais da Entidade, terá a destinação prevista no art. 28, § 1º deste Estatuto.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ART. 24 - A Associação criará um conselho comunitário consultivo, composto por no mínimo de cinco (05) pessoas, representantes de entidades da comunidade local, com objetivo de acompanhar a programação dos trabalhos das atividades de radiodifusão da associação, com vista ao atendimento de interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, do Decreto 2.615 de 03 de junho de 1998 e demais regulamentos ou alterações legais que possam advir, para tais atividades. ✓

ÓRGÃO DE REGISTRO CIVIL - TÍTULOS  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
HÉLIO VANUNCI BAIXO  
Oficial Titular  
DIEGO BAIXO  
Oficial Substituto  
Nº 1.234.567

Roberto Vailati  
ADVOGADO  
OAB SC 9333



ART. 25 - A Presidência poderá autorizar a secretaria e a tesouraria a convidar pessoas não filiadas a Associação para assessora-las.

ART. 26 - O atual Estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças á aprovação da Assembléia.

ART. 27 - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria, ouvido o Presidente da entidade.

ART. 28 - A Associação poderá ser extinta, desde que seja convocada uma Assembléia pelo Presidente e especificamente para este fim, e conforme maioria de 2/3 (dois terços), e após se dará destino ao seu patrimônio. ✓

§ 1º - Os membros da associação não respondem nem subsidiariamente pelas obrigações sociais. ✓

§ 2º - Em caso de extinção, o remanescente do seu patrimônio líquido, será destinado, por deliberação dos associados, a instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes. ✓

ART. 29 - O presente estatuto entra em vigor, com suas três alterações nesta data.

Tijucas, 19 de julho de 2011.

**JONNHY MAX MOREIRA**  
PRESIDENTE

**ROBERTO CARLOS VAILATI**  
OAB/SC 9.863

*Roberto Vailati*  
ADVOGADO  
OAB/SC 9863

**Estado de Santa Catarina**  
Cartório de Registro Civil, Título e Documentos e Pessoas Jurídicas  
Hélio Vanunci Baixo - Oficial  
Rua Pedro Teodoro Geraldo, 98, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6396  
rcivil@tijucas@hotmail.com

**Certidão de 4ª Averbação em Pessoas Jurídicas**

Protocolo: 000360	Data: 08/08/2011	Livre: B-001	Folha: 004
Registro: 000004	Data: 08/08/2011		

Apresentante: Jonnhy Max Moreira  
Emolumentos: Certidão de documentos registrados pela primeira folha: 6,50, Selo de Fiscalização pago: 1,20 (CEM13503) - Total R\$7,70 - Recibo nº: 2727  
Selo de Fiscalização: CEM13503



Dou fé, Tijucas - 08 de agosto de 2011

*Diego Baixo*  
Diego Baixo - Oficial Substituto





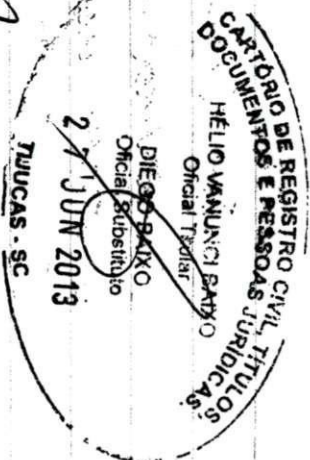
ATA DA ASSEMBLÉIA GEM PARA ELEIÇÃO DA NOVA  
 DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNIDADE  
 E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS, PAISANOS PRADO  
 TNO, ADELAS, JORNA, UNIVERSITÁRIO  
 XV DE NOVENBRO.

lista de Presenças

- 01- JONATHAN MAX MOREIRA
- 02- FRANCISCO HENRIQUE FREITAS
- 03- ADELAS OLIVEIRA
- 04- Fernanda J. da Silva
- 05- MAX CÉSAR OLIVEIRA
- 06- ELMO A. COELHO
- 07- Reginaldo Siqueira
- 08- SÉRGIO R. ROCHA
- 09- Roberto C. de Lencastre
- 10- Sandro Machado
- 11- Paul Roberto Tomaz
- 12- Rômulo dos S. Oliveira Silva
- 13- Jessica Martins
- 14- Silvia Paqueline de Jesus
- 15- Felipe Soares
- 16- Fernanda J. da Silva
- 17- Fabiano dos Santos
- 18- Mariana M. Mendes
- 19- Joice Amorim
- 20- Jéssica de Faria
- 21- Paulo Sérgio
- 22- Gabriela Regis
- 23- Mônica S. Batista
- 24- Alvine Batista
- 25- Juliana Lima Cardoso

Fernanda J. da Silva

Adela de Andrade



Adélia de Andrade Baixo  
 Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos  
 Tijucas - SC - 48 3263-2929

AUTENTICAÇÃO 055392  
 Autentico a presente fotocópia por ser reprodução  
 fiel do original que me foi apresentado.  
 Do que dou fé. Tijucas, 02 de julho de 2013.  
 Em test. Adela da verdade.

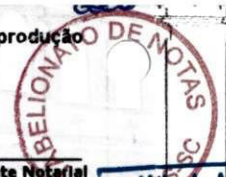


de Marcinéia de Sílvia Soubati S.

Ministério das Comunicações  
Re. 41  
Rubrica 09

Os três dias de mês de maio de dois mil e treze, reuniram em assembleia geral junto à sede da rádio comunitária, sito à Rua Otávio Campos Filho, nº 123, Bairro Centro, Tijucas, SC, filiados e a comunidade de forma oral, conforme edital publicados e conversações com o mesmo, tendo sido editado a seguinte ata:

1. - Prestação de contas; 2. - Eleição da nova diretoria, conforme estatuto. 3. -



Adelá de Andrade Baixo  
de Notas e Protesto de Títulos  
Tijucas - SC - 48.3263-2929

AUTENTICAÇÃO 055392  
Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
Do que dou fé. Tijucas, 02 de julho de 2013.  
Em test: ado da verdade.

Adelá de Andrade Baixo - Escrevente Notarial  
Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 - Total: R\$ 3,80  
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DDE16759-BM  
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE TIJUCAS  
TABELA  
ROSINA DUARTE MENDONÇA  
RUA MARCHEL DECOR, 170 - CENTRO  
TEL.: 48 3263-2929  
tabelonatos@tabelonatos.tjsc.jus.br  
CPF 88200-000 - TIJUCAS - SANTA CATARINA

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
HÉLIO VANUCCI BAIXO  
Oficial Titular  
DIEGO BAIXO  
Oficial Substituto  
27 JUN 2013  
TIJUCAS - SC

de noções comunitária está estável, os valores obtidos como apoio cultural foram suficientes para cobrir os despesas e pagar o imposto de importação, foi aberta a página para vídeos em geral para tirar qualquer dúvida, ficou esclarecido que a associação está pesquisando manter a interatividade no programa, com debates estimulando diretamente com a comunidade e ninguém se pronunciou, pois foi permitido para o segundo item da pauta que



é a eleição da nova diretoria. Foi inscrita uma chapa, após um longo debate a delegação foi definida, foi definido que a eleição seria feita por unanimidade, por aclamação foi eleito a nova diretoria da seguinte forma: **Presidente** Jemmy Marc Moreira, **Vice Presidente** Paulo Roberto Jamag, **Tesoureiro** Elton Antônio Celso, **Vice Tesoureiro** Roberto Carlos Vailati, **Secretário** Fernanda Faria Lou, **Vice Secretário** Francisco Henrique Faria Lou, **três** conselheiros Jucir Romênia dos Santos, Sílvia Jacqueline Odo e Antônio da Silva, **três** suplentes dos Conselheiros Jucir Farias Jucir Soares, Marc Eison Moreira e Jovana Martins. Representando as entidades da comunidade local são: Jecia Experte Clube por Paulo Paton, Associação dos Riqueiros por Paulo Roberto Jamag, Joguei Clube de Jiquar por Delmon R. Inesencio, Joga do Evangelho Quadrangular por Valdeci Machado e Joga do Senhor e Deus por Reginaldo Sílvia. O mandato terá início a partir desta tomada de posse dos membros eleitos, e Presidenta fiz uma plea de agradecimento, as pelas condutas de continuação e trabalho por mais quatro anos, e nós temos mais uma para falar, vamos para o terceiro e último item da pauta que se refere ao Conselho Gerais. Foi falado de algumas mudanças na programação que todos conhecem a também foi falado de uma festa algumas festa para o aniversário de dez anos no nosso Rodas Comunitária, foram trocadas algumas ideias, mas nada ficou decidido, algu-

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.  
 HELIO VANUNCI BAIXO  
 Oficial Tabelião  
 DIEGO BAIXO  
 Oficial Substituto

27 JUN 2013  
 TIJUCAS - SC

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE TIJUCAS

ROSINA DUARTE MENDONÇA DEERE  
 TABELIA

RUA MARCHEL DREDDER, 170 - CENTRO  
 TEL: 48 3263-2929  
 tabelionatosc.com.br  
 CEP 88200-000 - TIJUCAS - SANTA CATARINA

AUTENTICAÇÃO 055392

Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado.

Do que dou fé, Tijucas, 02 de julho de 2013.

Em test. Adélia de Andrade Baixo da verdade.

ADÉLIA DE ANDRADE BAIXO - Escrevente Notarial

Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$ 3,80

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DDE16760-MSPC

Confira os dados do ato em: selo.tj.sc.jus.br



Adélia de Andrade Baixo  
 Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos  
 Tijucas - SC - 48 3263-2929



Comunicado nº 43

As pessoas da comunidade legaram as programações e datas para as instalações e os equipamentos adquiridos que foram os seguintes: foi pensado que a Comissão deveria manter sua programação de forma plural e democrática como vem fazendo atualmente, foi ainda elogiado o trabalho da equipe e lembranças dos integrantes da rede comunitária especialmente os funcionários que têm se dedicado para a qualidade e bom atendimento à toda comunidade local, procurando a pluralidade de ideias e espaço democrático, cultural e de dia a dia dos comunitários de forma comunitária que leve e bem atendimento a todos que necessitam utilizar os espaços de programação. Não houve de mais nada a ser tratado por isso esta ata por todos os presentes e aprovada deu-se por encerrada a assembleia geral que por mim, secretária Fernanda Faria deu-se a cita e arquivada, e pelo presidente Fernando Mac Moura que assinou a presente.

Fernanda Faria

AUTENTICAÇÃO 055392  
Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
Do que dou fé. Tijucas, 02 de julho de 2013.  
Em test. *[assinatura]* da verdade.

ADÉLIA DE ANDRADE BAIXO - Escrevente Notarial  
Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 - Total: R\$ 3,80  
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DDE16761-Q44A  
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br



Adélia de Andrade Baixo  
Tab. de Notas e Protesto de Títulos  
Tijucas - SC - 48 3263-2929

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de falsificação.

TABELA  
ROSINA DUARTE MENDONÇA DEEKE  
RUA MARCHEL DOCCO, 170 - CENTRO  
TEL: 48 3263-2929  
tab.tijucas@tab.tijucas.jus.br  
CPF 88200-000 - TIJUCAS - SANTA CATARINA

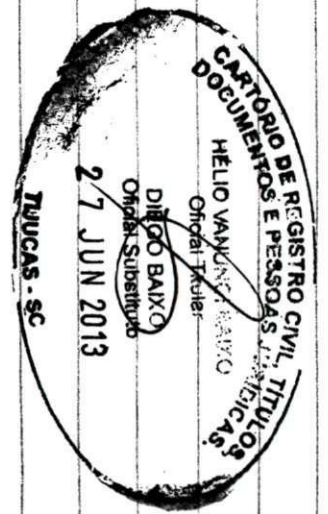


Estado de Santa Catarina  
Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas  
Helio Vannucini Baixo - Oficial  
Rua Pedro Teodoro Gerardo, 86, Centro, Tijucas - SC, 88200-000 - 48 3263 6396 -  
reiv.tijucas@hotmail.com

Certidão de Registro de Pessoas Jurídicas  
Protocolo: 0000818  
Registro: 0000006  
Data: 27/06/2013  
Livro: B-001  
Folha: 006  
Qualidade: Integral

Apresentante: Johnny Max Moreira  
Emolumentos: Registro: R\$88,36, Selo: R\$1,35, FRJ: R\$0,00 - Total R\$89,70 -  
Recebo nº: 12823  
Selo Digital de Fiscalização do tipo Normal - DCB40291-0QDD  
Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>  
Doa fe. Tijucas - 27 de junho de 2013

*[assinatura]*  
Diego Baixo - Oficial Substituto



## ANEXO 14

### DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, Jonnhy Max Moreira, na qualidade de representante legal da Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas – SC - ACCRT, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, declaro para os devidos fins, que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto n. 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do art. 221, II, da Constituição Federal.

Tijucas, 28 de junho de 2013.



Nome do representante: Jonnhy Max Moreira



## DECLARAÇÃO

A Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas – SC - ACCRT, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, inscrita no CNPJ sob o n. 02.585.767/0001-55, com sede na Rua Atilio Campos Filho, n. 123, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, CEP 88.200-000, por seu Presidente Jonnhy Max Moreira, portador do CPF nº. 785.026.599-87 declaro para os devidos fins, que o responsável pela gestão das atividades e pela área de editorial é o Sr. André Fabiano Adriano brasileiro e o responsável pela direção da programação é o Sr. Jonnhy Max Moreira brasileiro e André Fabiano Adriano.

Tijucas, 28 de junho de 2013.



---

Jonnhy Max Moreira  
Presidente

Ministério das Comunicações - SGE  
 Fis. 46  
 Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

**JOINHY MAX MOREIRA**

CPF: 785.026.599-87 03/01/1973  
 RG: 2187550 SSP - SC  
 RACIA: MAX CESAR MOREIRA  
 MARLI RUTH MOREIRA

26/10/2013 15/10/1998

060337090

DETRAN-SC (SANTA CATARINA)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

6619265004

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

**JOINHY MAX MOREIRA**

NOME DO ELEITOR

DATA DE NASCIMENTO: 03/01/1973

MUNICÍPIO: TIJUCAS/SC

DATA DE EMISSÃO: 05/05/2004

**VILSON FOMTANA**

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO  
 DE TÍTULOS DE TIJUCAS

ROSINA DUARTE MENDONÇA DEEKE  
 TABELIA

RUA MARCHEL DEDDORO, 170 - CENTRO  
 TEL: 48 3263-2929  
 tabelionato@tabelionatodetijucas.com.br  
 CEP 8200-000 - TIJUCAS - SANTA CATARINA

**AUTENTICAÇÃO 055392**  
 Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
 Do que dou fé. Tijucas, 02 de julho de 2013.  
 Em test. Adélia da verdade.

**ADÉLIA DE ANDRADE BAIXO** - Escrevente Notarial  
 Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$3,80  
 Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DOE16762-A98U  
 Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

ELIANTO DE NOTAS  
 DE TÍTULOS DE TIJUCAS-SC

**Adélia de Andrade Baixo**  
 Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos  
 Tijucas - SC - 48 3263-2929

**AUTENTICAÇÃO 055392**  
 Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
 Do que dou fé. Tijucas, 02 de julho de 2013.  
 Em test. Adélia da verdade.

**ADÉLIA DE ANDRADE BAIXO** - Escrevente Notarial  
 Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$3,80  
 Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DOE16763-M6D6  
 Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.



TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO  
DE TÍTULOS DE TIJUCAS

ROSINA DUARTE MENDONÇA DEEKE  
TABELIA  
RUA MARECHAL DEODORO, 170 - CENTRO  
TEL: 48 3263-2929  
tabelionato@tabelionatotijucas.com.br  
CEP 88200-000 - TIJUCAS - SANTA CATARINA

**AUTENTICAÇÃO 055392**  
Autentico a presente fotocópia por ser reprodução  
fiel do original que me foi apresentado.  
Do que dou fé. Tijucas, 02 de julho de 2013.  
Em test. *ROS* da verdade.

**ADÉLIA DE ANDRADE BATTO - Escrivente Notarial**  
Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$3,80  
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DDE16764-DFL0  
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

**Adélia de Andrade Batto**  
Tijucas - SC - 48 3263-2929

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO  
DE TÍTULOS DE TIJUCAS

ROSINA DUARTE MENDONÇA DEEKE  
TABELIA  
RUA MARECHAL DEODORO, 170 - CENTRO  
TEL: 48 3263-2929  
tabelionato@tabelionatotijucas.com.br  
CEP 88200-000 - TIJUCAS - SANTA CATARINA

**AUTENTICAÇÃO 055392**  
Autentico a presente fotocópia por ser reprodução  
fiel do original que me foi apresentado.  
Do que dou fé. Tijucas, 02 de julho de 2013.  
Em test. *ROS* da verdade.

**ADÉLIA DE ANDRADE BATTO - Escrivente Notarial**  
Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$3,80  
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DDE16765-MAQOV  
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

*Andre Fabiano Adriano*

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**TÍTULO ELEITORAL**

NOME DO ELEITOR  
**ANDRE FABIANO ADRIANO**

DATA DE NASCIMENTO **20/02/1985** Nº INSCRIÇÃO **0452 9924 0922** D.V. **031** SEÇÃO **0038**

MUNICÍPIO / UF **TIJUCAS/SC** DATA DE EMISSÃO **18/03/2008**

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME **ANDRE FABIANO ADRIANO**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
**5320934 SSP SC**

CNPJ **055.388.009-89** DATA NASCIMENTO **20/02/1985**

RELACÃO

**MARIA BERNARDETE ADRIANO**

PERMISSÃO **PERMISSÃO** ACC **ACC** CAT. HEB **II**

VENCIMENTO **05098233982** VALIDADE **22/09/2015** PRAZIBILIDADE **07/12/2010**

*Andre Fabiano Adriano*

LOCAL **SALVADOR, CEARÁ, SC** DATA EMISSÃO **23/04/2013**

**88044889154**  
**SC088276475**

**DETRAN-SC (SANTA CATARINA)**

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO**

Ministério das Comunicações  
Fala  
Rafael  
47  
SCM

## RELATÓRIO DA GRADE DE PROGRAMAÇÃO

O Conselho Comunitário, atualmente constituído pelas entidades, JOAIA ESPORTE CLUBE, ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES, JOQUEI CLUBE TIJUCAS, IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR e IGREJA SÓ O SENHOR É DEUS, reunidos no dia treze de maio de dois mil e treze, deliberaram quanto ao debate, avaliação, sugestão e aprovação desse relatório, atendendo e certificando a grade de programação da emissora, ressaltando que se encontra de acordo com as normas legais e é uma programação que está sempre buscando atender as demandas da sociedade civil organizada dos habitantes do nosso município em atendimento as normas que regulamenta o funcionamento da programação da radio comunitária.

### GRADE DE PROGRAMAÇÃO

#### Segunda a sexta-feira

- a) 00 às 6h programação musical variado gravado;
- b) 6 às 8h programação sertaneja, com locutor ao vivo com interatividade com a comunidade;
- c) 8 às 9h jornalismo local, ao vivo com notícias do nosso município e região;
- d) 9 às 9h10min classificado comunitário com compra, venda troca, bolsa de emprego achados e perdidos, tudo isso diretamente com a comunidade;
- e) 9h10min às 12h programação musical variado com locutor interagindo com a comunidade ao vivo, atendendo a pedido de musicas e recados com a comunidade;
- f) 12 às 13h programas evangélicos;
- g) 13 às 14h jornalismo local e programação esportiva com locutor ao vivo falando dos esportes amadores do município e região;
- h) 14 às 18h programação musical variado com locutor interagindo com a comunidade ao vivo, atendendo a pedido de musicas e recados com a comunidade;
- i) 18 às 18h10min Ave Maria, programação da Igreja Católica;
- j) 18h10min às 19h programação musical variado gravado;
- l) 19 às 20h Hora do Brasil,
- m) 20 às 22h programação musical variado gravado;
- n) 22 às 24h programação evangélica com locutor ao vivo interagindo com a comunidade.

ACCRT 98,3 FM/ TIJUCAS SC

COORDENADOR



### **Sábados**

- a) 00 às 7h programação musical variado e gravado;
- b) 7 às 9h programação musical gaúcha com locutor ao vivo interagindo com a comunidade;
- c) 9 às 12h programação musical variado com locutor ao vivo e outro locutor nas ruas interagindo com a comunidade;
- d) 12 às 13h programa evangélico;
- e) 13 às 15h programa musical variado gravado;
- f) 15 às 16h programa católico ao vivo com locutor interagindo com a comunidade;
- g) 16 às 18h programação musical variado gravado;
- h) 18 às 19h transmissão da missa católica;
- i) 19 às 24h programação musical variado gravado.

### **Domingos**

- a) 00 às 10h programação musical variado gravado;
- b) 10 às 12h programação musical só antigas ao vivo com locutor interagindo com a comunidade;
- c) 12 às 13h programa evangélico ao vivo com locutor interagindo com a comunidade;
- d) 13 às 15h programação musical variado gravado;
- e) 15 às 19h programa evangélico;
- f) 19 às 24h programação musical variado gravado.

Tijucas, 28 de julho de 2013.

ACCRT 98,3 FM / TIJUCAS - SC  
COORDENAÇÃO  
\_\_\_\_\_  
CONSELHO COMUNITÁRIO

## RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS PESSOA FÍSICA

NOME	RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR	ENDEREÇO
JONNHY MAX MOREIRA	2787550-SSP/SC	Rua Tocantins, 255, Universitário
PAULO ROBERTO TAMAZIA	16/R-1.605.324-SSP/SC	Rua Geral de Terra Nova, s/n
ELMO ANTÔNIO COELHO	1.608.004.1 SSP/SC	R. Cambará nº. 86, B. Universitário
ROBERTO CARLOS VAILATI	1925608-SSP/SC	R Irene P. Barreto 136, c. 03 Centro
FERNANDA FARIA LAUS	30833477-SSP/SC,	Rua Tocantins, 255, Universitário
FRANCISCO HENRIQUE FARIA LAUS	2.083.584-SSP/SC	Nilo de Oliveira nº. 02 905, xv nov
ROSANGELA DOS SANTOS	3965103-SSP/SC	R Justino Soares, 44, Bairro Praça
SILVIA JAQUELINE ADÃO	4727987-SSP/SC	Rua Cel. Conceição nº. 133, Centro
ADENIO DA SILVA	2728332-SSP/SC	Rua Justino Soares, 44, B. Praça
JUARES SOARES	3965678-SSP/SC	R Antônio A. Vargas, 640, Centro
MAX CESAR MOREIRA	4583086-0-SSP/SC,	José R.. do Anjos nº 210, B. Centro
JACIRA MARTINS	4489823-SSP/SC	R Governo 1315, bl 2, 103, Centro
PAULO SARTORI	1/C 3.3.54914-SSP/SC	Servidão Hercílio Sartori 70, Joaia
SOLEMAR RODRIGO INOCENCIO	2873120-SSP/SC	Praça Nereu Ramos nº 2. B. Centro
VALDECI MACHADO	164705-9-SSP/SC	Praça Nereu Ramos, 140, B. Centro
REGINALDO SILVEIRA	3553862-SSP/SC	Rua Navegantes nº 130, B. Praça
VILSON PEDRO FELIPE	16/R-1608.338-SSP/SC	Rua Urussanga s/nº B. Joaia
MARIA DO ESPIRITO SANTO DA SILVA	28381181-SSP/SC	Rua Cel. Conceição nº 804 B. Praça
GERCI JOAQUIM FELICIO	16/R-1928589-SSP/SC	Rua 13 de Junho nº. 403 B. Praça
MAURICIO DE MELO	23466146-SSP/SC	Rua Estevão Caetano Rita s/n Joaia
DOUGLAS TEDESCO DOS SANTOS	5476487-SSP/SC	Rua do Governo s/n Centro
ANDRE FABIANO ADRIANO	5320934-SSP/SC	R Atílio Campos Filho nº 123 Centro
MARCINEIA DA SILVA	16/R 2837902	Rua Florianópolis nº. 19 Centro
JOSE RENATO SILVA	1/R 1606276	Rua Cel. Izidoro nº. 85 Centro
ELIO JOSE REBELO JUNIOR	1/R 839670	R Geraldo Rebelo nº 1 Universitario
ALVANETE MARIA GIACOMOSI	1/R 1250721	R. Pedro Silva nº 54 Joaia
ADALTO GOMES	1/R 574056	R. Koerich nº 13 centro
SALVIO PEREIRA	16/R 1924742	R. São Paulo nº 89 Universitario
KATIA SANTOS	3540803	R. Rouchinol n 65 XV de Novembro
RENATO SILVA	1/R 667303	R Tangará nº. 178 Centro
VALMOR JOÃO UMBELINO	1/R 15733640	R. Flamingo nº. 24 Centro
IRENEU PAULO BATTISTOTI	16/R 356265	R. Bahia nº 76 Universitario
MAURICI DE SOUZA	16/R 1922290	R. Padre Pedro s/n Joaia
PAULA LAUDELINA MARCELINO	2/R 163112	R. Jose Silveira nº 80 Centro
ILSON WESTPHAL	109332	R. Ceara nº 76 xv de Novembro
MARIO CESAR SANTANA	1/R 152245	R. Silveira Neto nº 45 Areias
MATHEUS MARTINS	16/R 687843	R. Centenário nº 99 Joaia
DEIVID DE OLIVEIRA MARTINS	3494132	R. Centenário nº 99 Joaia
ELIAS DA CUNHA	3553173	R. Maria Izabel nº 76 Areias
LUIZ CARLOS DOS SANTOS	2/R 1542099	R. Floriano nº 53 Centro
MAURIONI DE SOUZA	33939213	R. Tereza Cristina nº 246 Centro
DELMINDO MILIORINI	1/R 1162858	R. Carlos Lourin nº 532 Joaia
PAULO ROBERTO FLORIANO	644931	R. Preta Paula nº 140 Joaia

ACCRT 98,3 FM/TM/CAS SC

COORDENAÇÃO



# **RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS PESSOA JURÍDICA**

<b>NOME</b>	<b>CNPJ</b>	<b>ENDEREÇO</b>
ESPORTE CLUBE RENASCENSA	79.886.594/0001-30	Rua Lauro Muller nº 233 Praça
UNIÃO ESPORTE CLUBE	02.057.028/0001-90	Estrada geral porto do itinga s/n
JOAIA ESPORTE CLUBE	81.839.896/0001-07	Rua Urussanga s/n
ASSOCIAÇÃO DOS RIZICULTURES DE TIJUCAS	06.195.154/0001-62	Estrada Geral Terra Nova s/nº
JOQUEI CLUBE TIJUCAS	05.013.798/0001-24	Av. Hercílio Luz s/nº
IGREJA EVANGELHO QUADRANGULAR	62.955.505/4166-90	SC 410 KM 10 Joaia
IGREJA SÓ O SENHOR É DEUS	76.936.350/0089-68	Rua Navegantes nº 130 Praça
IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	29.744.778/4990-51	R. Cel Buchelle nº 85 Centro
IGREJA PENTECOSTAL DEUS É AMOR	43.208.040/000136	Rua 13 de maio 143 Centro
ASSOCIAÇÃO COM. IND. TIJUCAS	80.675.408/0001-00	Praça Nereu Ramos nº 214 Centro

ACCRT 98,3 FM / TIJUCAS SC

COORDENAÇÃO



# CREA-SC

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura  
e Agronomia de Santa Catarina

Autenticidade

ART N° 3772388-4

Ministério das Comunicações - SCF  
Fls. 52  
Rubrica

## A.R.T. Anotação de Responsabilidade Técnica

ART autenticada eletronicamente via  
**CREA.NET**

<b>- Contratado</b>		<b>- Empresa Executora:</b>	
ENGENHEIRO ELETRICISTA	030663-8		
<b>JORGE LUIZ REINERT</b>			
RUA Emiliano Julio de Oliveira . 101	BLUMENAU		
VILA NOVA	89035-670 SC	Fone:	Fax:
Fone: 4733235406	Fax: -- 765.626.549-04	Normal	
eng.reinert@gmail.com			
<b>- Contratante</b>			
<b>Ass.Cult. Comun. e Radiod. de Tijucas</b>		02585767000155	
Rua Atílio Campos Filho- 123 .			
Centro.	TIJUCAS	SC	
88200-000			
<b>- Resumo do Contrato</b>			
Termo de Responsabilidade pela instalação .			

Início em : 12/07/2010 Término em : 12/05/2011 Honorários: R\$500,00 Valor Obra/Serviço: R\$500,00

<b>- Identificação da Obra/Serviço</b>	
<b>Ass.Cult. Comun. e Radiod. de Tijucas .</b>	02585767000155
Rua Atílio Campos Filho - 123 .	
Centro .	TIJUCAS SC
88200-000	
<b>- Assinaturas</b>	

BLUMENAU  
12/07/2010

JORGE LUIZ REINERT,  
765.626.549-04

Ass.Cult. Comun. e Radiod. de Tijucas  
02585767000155

Este documento anota perante o CREA-SC, para efeitos legais, o contrato escrito ou verbal realizado entre as partes (Lei 6.496/77)

**Reservado ao Responsável Técnico**

**ART: 3772388-4**

<b>- Participação Técnica</b>	<b>- Atividades</b>
Individual	Objetos
	Classificação
	Quantidade
	Unidade
	54 ##
	B0109
	1,00
	45
<b>- Entidade de Classe</b>	
AEAMVI	
<b>- Regularização</b>	

**- Descrição Complementar**

Este documento só terá fé Pública se estiver devidamente cadastrado e quitado junto ao CREA-SC. Para aferir [www.crea-sc.org.br](http://www.crea-sc.org.br)  
Este documento foi autenticado eletronicamente, estando sujeito a verificações  
conforme resolução 1025/09 CONFEA e demais legislações aplicáveis.

As assinaturas devem ser a próprio punho, originais e preferencialmente com caneta azul.



CREA

## Descrição de Débitos:

- Profissional JORGE LUIZ REINERT
- Nro. ART. 3772388-4
- Proprietário ASSCULTCOMIL RADIOD DE TIJUCAS
- Localizacao RUA ATHILIO CAMPOS FILHO 123
- Cidade TIJUCAS

CREA-SC

104-1

Recibo do Sacado

CEDENTE		DOCUMENTO	
CREA-SC CNPJ 82.511.643/0001-64		02/08/2010	
NÚMERO NÚMERO	NÚMERO DO DOCUMENTO	ESPÉCIE DO DOCUMENTO	DATA DO DOCUMENTO
9030663377238800001	3772388-4	DUPLICATA	20/07/2010
VALOR DO DOCUMENTO	DÉBITOS	APRÉCIO	AGÊNCIA DO CEDENTE
31,50			2481 / 051159-5
SAÍDA:		AUTENTICAÇÃO DE RECEBIMENTO	
JORGE LUIZ REINERT			

erías CAIXA

Loterias CAIXA

Loterias

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sor teios de segunda-feira a sábado, Ap

209-473027998-0

28/JUL/2010

HORA DE 14:54:41

LOT. 20 01747-0

TERM 023384

LOCALIDADE: BLUMENAU

AG. VINCULADA: 0411

COMPROVANTE PAGAMENTO DE

BLOQUEIO CAIXA

DATA DE VENCIMENTO: 02/08/2010

VALOR DO PAGAMENTO: 31,50

1049105115 59903066336

7723880005 2 46820000003150

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474

Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

209-473027998-0

VIA DO CLIENTE





### 8 - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

I D E A L A N T E N A S L T D A  
GANHO max (Gt) ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO ALTURA DA TORRE  
0 0 dB 3 0 0 m 3 0 0 m

MODELO

P T 1 / 4  
ALTITUDE DO LOCAL  
0 7 0 m

### 9 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

K M P R F F B R A S I L P I R E L L I  
COMPRIMENTO(L) ATENUAÇÃO EM 100 m (Al) PERDAS NA LINHA (Pl)  
4 5 0 m 4 5 dB 2 0 2 5 dB

MODELO

R G - 2 1 3  
EFICIÊNCIA DA LINHA (η)  
0 6 2

Perdas na linha (Pl) =  $\frac{L \cdot Al}{100}$

Eficiência da linha (Ef) =  $10 \frac{-(Pl)}{10}$

### 10 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

ERP (dBk) =  $10 \log (Pt \cdot Ght \cdot Gvt \cdot \eta) = 10 \log (0,025 \times 1,0 \times 1,0 \times 0,62) = -18,09 \text{ dBk}$

Pt = Potência do transmissor, em kW.  
Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.  
Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes  
η = Eficiência da linha de transmissão

Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts.

### 11 - INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO

E(dBμ) =  $107 + ERP(dBk) - 20 \log d \text{ (km)}$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada

d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço)

E(dBμ) =  $107 + (-18,09) - 20 \log 1,0 = 88,91 \text{ (dBμ)}$

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBμ.

### 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

Adélia de Andrade Baixo  
Tabelionato de Notas e Proxies de Juiz  
Tijucas - SC - 49 326 2922

AUTENTICAÇÃO 055392  
Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
Do que dou fé. Tijucas, 02 de julho de 2013.  
Em test. da verdade.

ADÉLIA DE ANDRADE BAIXO - Escrevente Notarial  
Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$ 3,80  
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DDE16757-WG2  
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

### 13 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

J O R G E L U I Z R E I N E R T  
REG.CREA ENDEREÇO  
0 3 0 6 6 3 8 R U A E M I L I A N O J U L I O D E  
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) BAIRRO  
O L I V E I R A - 1 0 1 V I L A N O V A  
CIDADE UF  
B L U M E N A U S C  
CEP TELEFONE FAX  
8 9 0 3 5 - 6 7 0 4 7 - 3 3 2 3 - 5 4 0 6 4 7 - 3 3 2 3 - 5 4 0 6  
E-MAIL  
E N G . R E I N E R T @ U O L . C O M . B R  
LOCAL DATA  
B L U M E N A U 1 3 / 0 7 / 2 0 1 0

ASSINATURA

Eletrônica





**MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica**  
**Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviço de Comunicação**  
**Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas**

**Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, Ala Oeste, 3º andar**  
**CEP 70044-900**  
**Brasília DF**

**Ministério das Comunicações**  
**Secretaria de Serviço de Radiodifusão**  
**Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão**  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**



### Identificação do Processo

Número: 53000.041034/2013 Localidade / UF: TIJUCAS/SC  
Entidade: ASSC CULT COMUNIT E RADIODIFUSAO DE TIJUCAS SC BAIRROS JOAIA XV DE NOVENBRO  
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 285

### Processo

1. A Entidade é uma: Associação

### 2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Luis Carlos dos Santos	495.176.869-00	null	03/06/2001 03/06/2001	
Kátia Santos	016.203.379-67	null	03/06/2001 03/06/2001	
Roberto Carlos Vaitali	596.484.309-34	null	03/06/2001 03/06/2001	
Maurici de Souza	575.478.749-91	null	03/06/2001 03/06/2001	

### 3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

PENDÊNCIAS: A entidade deverá cumprir as seguintes pendências:

- I) provas de nacionalidade e maioridade;
- II) comprovantes de residência;
- III) declarações de fiel cumprimento;
- IV) declarações do anexo 3;
- V) certidões criminais da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;
- VI) comprovante de regularidade com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal;
- VI) certidão de regularidade com o INSS e FGTS.

É o relatório.

À Consideração Superior.

### MAPA DA DOCUMENTAÇÃO:

- a) requerimento de renovação: fl.01
  - b) declaração de conformidade das instalações da emissora: fl.06
  - c) certidão negativa de débitos com a Anatel: fl.07
  - d) CNPJ, nº 02.585.767/0001-55: fl.09
  - e) estatuto social, datado de 19/07/2011, rg.-PJ: fls.33 a 39
  - f) ata de eleição, datada de 13/05/2013, rg.-PJ: fls.41 a 43
  - g) provas de nacionalidade e maioridade: fls.
  - h) comprovantes de residência: fls.
  - i) declarações de fiel cumprimento: fls.
  - j) declarações do anexo 3: fls.
  - l) certidões criminais da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral: fls.
  - m) comprovante de regularidade com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal: fls.
  - n) certidão de regularidade com o INSS e FGTS: fls.
  - o) relatório do Conselho Comunitário: fls.48 e 49
- MANDATO: 04ANOS/ART. 11 do ES.

Vilma de Fatima Alvarenga Fanis





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica**  
**Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária**

**Nota Técnica nº 2358/2013/CGRC/SCE-MC**

**Assunto: Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

**Referência: Processo de renovação nº 53000.041034/2013**  
**Processo de Outorga nº 53820.000525/1998**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas – SC – ACCRT, Bairros Joaia, XV de Novembro Centro, Areias e Praça** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Tijucas / SC**.

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

II. Cópia do CPF de todos os dirigentes, de acordo com o subitem 8.1, alínea “j” da Norma nº 1/2011.

III. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea “g”, da Norma nº 01/2011;

IV. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com o subitem 8.1, alínea “f.1”, da Norma nº 01/2011;

V. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições,

participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f.2", da Norma nº 01/2011;

VI. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "k" da Norma nº 01/2011;

VII. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

c. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

### **CONCLUSÃO**

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 30 de agosto de 2013.

  
**VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS**  
Analista/Chefe de Divisão

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2358/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 2 de setembro de 2013.

  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF  
(61) 3311-6177

Ofício nº 4837 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 2 de setembro de 2013.

Ao Senhor

**JONNHY MAX MOREIRA**

Representante Legal da Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas – SC –  
ACCRT, Bairros Joaia, XV de Novembro Centro, Areias e Praça  
Rua Atilio Campos Filho, nº 123 – Centro.  
88200-000 – Tijucas / SC

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.041034/2013.**

Senhor Representante Legal,

2. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.041034/2013**, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Tijucas / SC**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 2358 / 2013, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.
3. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

LDE 4:

53820 000 525/1998

41034/13-EXIREN  
DECLARAÇÃO

48

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 059922/2013-12

SEAPA/SCE

15/10/2013-09:08

A Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas – SC - ACCRT, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, inscrita no CNPJ sob o n. 02.585.767/0001-55, com sede na Rua Atilio Campos Filho, n. 123, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, CEP 88.200-000, por seu Presidente Jonnhy Max Moreira, portador do CPF nº. 785.026.599-87, declara que todos os seus dirigentes da entidade residem na área a ser coberta pelo sinal da emissora, nos termos do Projeto Técnico (Texto alterado pela Portaria nº. 197, de 1º de julho de 2013).

Tijucas, 13 de Setembro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
Jonnhy Max Moreira

Seu  
133




ANEXO 4



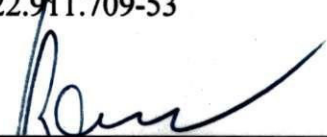
**DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL  
À RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Nós, na qualidade de dirigentes da Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

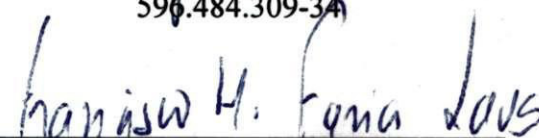
  
PT **JONNHY MAY MOREIRA** \*  
Presidente  
786.026.599-87

  
**PAULO ROBERTO TAMAZIA**  
Vice-presidente  
522.911.709-53

  
**ELMO ANTÔNIO COELHO** \*  
Tesoureiro  
534.548.559-34 PT

  
**ROBERTO CARLOS VAILATI** PT  
Vice-tesoureiro  
596.484.309-34

  
**FERNANDA FÁRIA LAUS**  
Secretária  
015.675.419-33

  
**FRANCISCO H. FÁRIA LAUS**  
Vice-secretário  
785.697.029-49

  
**ROSÂNGELA DOS SANTOS**  
Conselheira Fiscal  
049.919.419-54

  
**SILVIA JAQUELINE ADÃO**  
Conselheira Fiscal  
061.868.389-51

  
**ADENIO DA SILVA**  
Conselheiro Fiscal  
773.954.689-53

  
**JUARES SOARES** PT  
Conselheiro Fiscal Suplente  
027.010.349-06

  
**MAX CESAR MOREIRA**  
Conselheiro Fiscal Suplente  
288139287-34

  
**JACIRA MARTINS**  
Conselheira Fiscal Suplente  
006162649-09



Endereço para correspondência :Rua Atilio Campos Filho nº. 123, na cidade de Tijucas, SC, CEP 88.200-000,

Telefone para contato: 0XX- 48- 3263-7575;

**Correio eletrônico (e-mail) *poliarte\_mosaicos@hotmail.com*,**

**ATENÇÃO:** Não se esqueça de que também deverão ser encaminhados os seguintes documentos de cada dirigente:

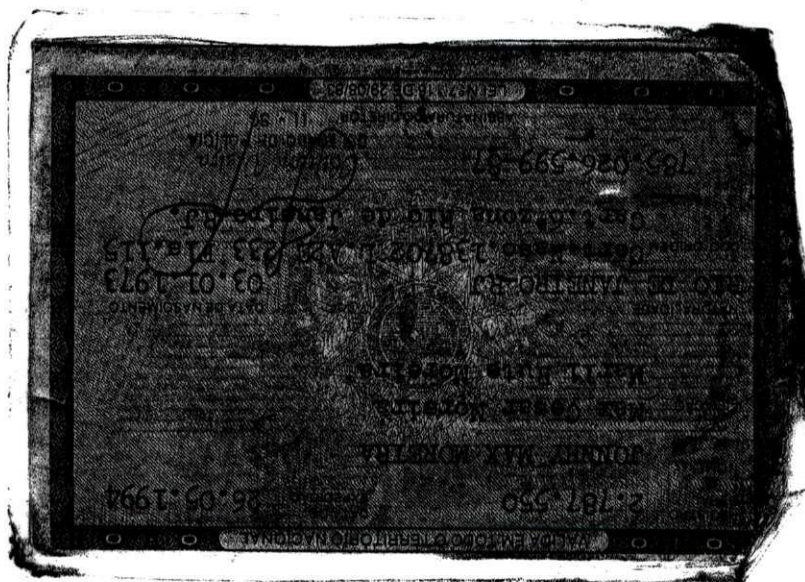
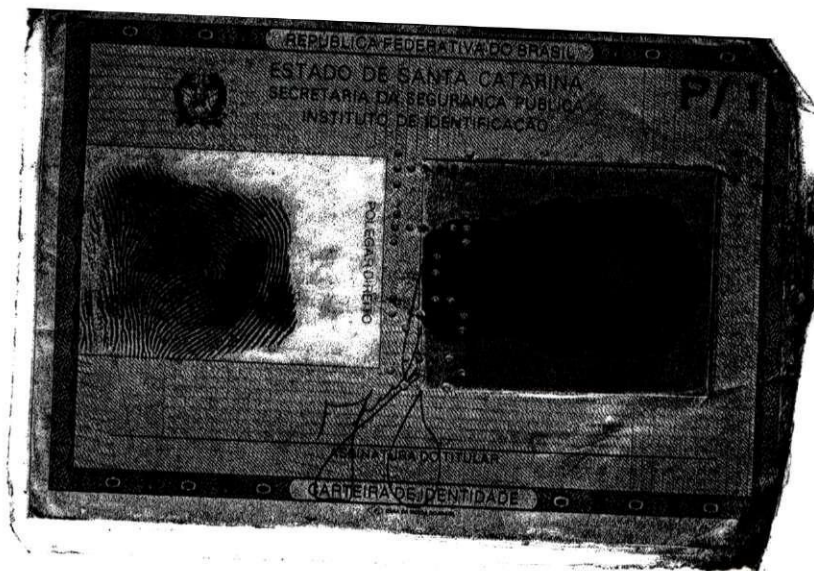
Comprovação de que todos os seus dirigentes são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e de que são maiores de 18 anos ou emancipados, mediante apresentação de cópia de qualquer um dos seguintes documentos:

- Certidão de Nascimento ou Casamento; Certificado de Reservista; Título de Eleitor; Carteira Profissional; Cédula de Identidade; Certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil; Escritura Pública de Emancipação.

Não serão aceitos, a título de comprovação de maioridade e de nacionalidade os seguintes documentos:

- a) Cópia do cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e
- b) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).





TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO  
DE TITULOS DE TIJUCAS

ROSSINA DUARTE MENDONÇA DEEKE

TABELIA

RUA MARCELO DEODORO, 170 - CENTRO

TEL: 48 3263-2929

tblatlonato@tabelionatosc.com.br

CPF: 88200-000 - TIJUCAS - SANTA CATARINA

# **AUTENTICAÇÃO 058193**

Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado.

Do que dou fé. Tijucas, 02 de outubro de 2013.

Em test. *Adélia de Andrade Baixo* na verdade.

**ADÉLIA DE ANDRADE BAIXO - Escrevente Notarial**

Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$3,80

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal: DFZ09207-4TO4

Confira os dados do ato em: [selo.tjsc.jus.br](http://selo.tjsc.jus.br)

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.





MINISTÉRIO DA FAZENDA

**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**Número  
**785.026.599-87**Nome  
**JONNHY MAX MOREIRA**Nascimento  
**03/01/1973****VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO****CÓDIGO DE CONTROLE**  
**FF2A.6E88.F2A3.4D1A****A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço****[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)****Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 14:39:19 do dia 02/10/2013 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00**



**SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO**TIJUCAS - SANTA CATARINA CEP 88200-000 AV. HERCÍLIO LUIZ 465 - CENTRO  
CNPJ - 02.396.675/0001-27 WWW.SAMAE.TJ.COM.BR FONE(0XX47) 3263-4065**FATURA DE ÁGUA, ESGOTO E LIXO**JONIVY MAY MOREIRA  
RUA TOCANTINS, 00255 - UNIVERSITARIO  
Tijucas/SC

MÊS: 07/2013

NÚMERO DO HIDRÔMETRO: 013167 Rota: 173.173

CÓD. LIGAÇÃO: 70012-8 SENHA INTERNET:

CATEGORIA/QUANTIDADE  
RES COM IND PÚB  
61 00 00 00**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS FATURADOS****VALOR**FATURAMENTO  
Contribuição PPAE  
TAXA DE COLETA DE LIXOR\$ 54,45  
R\$ 8,40  
R\$ 62,85

DATA LEITURA ANTERIOR	DATA LEITURA ATUAL	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
05/07/2013	07/08/2013	30/08/2013	R\$ 64,85
LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO	MÉDIA
3804	3826	22 M <sup>3</sup>	23 M <sup>3</sup>

CONSUMOS ANTERIORES					MÉDIA DIÁRIA (LITROS) MÊS ATUAL
S	OCCORRÊNCIA	CONSUMO	Nº DIAS	MÉDIA DIÁRIA (LITROS)	MENSAGEM:
06/13					
05/13	04	25			
04/13	04	25			
03/13	04	25			
02/13	04	25			
01/13	04	25			

RELAÇÃO DE OCORRÊNCIAS					
00	SEM OCORRÊNCIA	05	HIDRÔMETRO RETIRADO PELO USUÁRIO		
01	PORTÃO FECHADO	06	CASA VAZIA		
02	IMPEDIMENTO DE LEITURA	07	HIDRÔMETRO SOTERRADO		
03	HIDRÔMETRO QUEBRADO	08	HIDRÔMETRO VIRADO		
04	HIDRÔMETRO EMBAÇADO	09	HIDRÔMETRO PARADO		

CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA CONFORME PORTARIA 518/2004 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

PARÂMETROS	ANÁLISES EXIGIDAS	ANÁLISES REALIZADAS	MÉDIA	LIMITE
COR APARENTE		68	14,6	15 uH
pH		68	6,92	6,0 a 9,5
RESÍDUO DE CLORO LIVRE		57	1,03	0,2 a 2,0 mg/L
RESÍDUO DE FLUOR		64	0,39	1,5 mg/L - VR 0,6 mg/L
TURBIDEZ		68	4,66	5,0 uT
COLIFORMES TOTAIS			100	95% AUSENTE

FAVOR AUTENTICAR NO VERSO E DEVOLVER AO USUÁRIO



16/09/2013 0812207  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas



**CERTIDÃO**  
**CRIMINAL**

**CERTIDÃO Nº: 697668**

**FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 15/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**JONNHY MAX MOREIRA, portador do RG: 2787550, CPF: 785.026.599-87, filho de Max Cesar Moreira e Marli Rute Moreira, nascido aos 03/01/1973. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>,
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, segunda-feira, 16 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:** 0812207







16/09/2013      0812214

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas



**CERTIDÃO**  
**FINS ELEITORAIS**

**CERTIDÃO Nº: 697674**

**FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 15/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**JONNHY MAX MOREIRA, portador do RG: 2787550, CPF: 785.026.599-87, filho de Max Cesar Moreira e Marli Rute Moreira, nascido aos 03/01/1973. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) certidão é expedida em consonância com a Lei Complementar n.º 64/90, com as alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 135/2010 e artigo 102 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão; e
- d) a presente certidão é isenta de custas, nos termos da legislação vigente.
- e) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, segunda-feira, 16 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:**      0812214



# Certidão

[ imprimir ]

2b262d81d09e4d86361ef9e4782a329b



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS**  
**CÍVEL E CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**JONNHY MAX MOREIRA**

OU

contra o CPF:  
**785.026.599/87**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 17/09/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 17/09/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 17/09/2013 às 05:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 17/09/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 16/09/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 16/09/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 17/09/2013 às 08:59 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **2b262d81d09e4d86361ef9e4782a329b**





**Certidão**

c81a624ca173aeba863bf919889c6f92



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do sistema processual do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME

**JONNHY MAX MOREIRA**

OU

contra o CPF:

**785.026.599/87**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE, incluídos os que tramitam em segredo de justiça, excetuados apenas os processos ou investigações sigilosas

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 17/09/2013 às 02:20**
- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 17/09/2013 às 09:01**

**Certidão emitida em:** 17/09/2013 às 09:00 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **c81a624ca173aeba863bf919889c6f92**





TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO  
DE TITULOS DE TIJUCAS

ROSINA DUARTE MENDONÇA DEEKE  
TABELIA  
RUA MARECHAL DEODORO, 170 - CENTRO  
TEL - 48 3263-2929  
tabelionato@tabelionatoprotesto.com.br  
CPF 88200-000 - TIJUCAS - SANTA CATARINA

#### AUTENTICAÇÃO 058230

Autentico a presente fotocópia por ser reprodução  
fiel do original que me foi apresentado.

Do que dou fé. Tijucas, 03 de outubro de 2013.

Em test. *Adelino* da verdade.

**ADÉLIA DE ANDRADE BAIXO** - Escrevente Notarial  
Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$3,80  
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal/DFZ09405-AHBW  
Confira os dados do ato em: [selo.tjsc.jus.br](http://selo.tjsc.jus.br)

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de falsificação.

**Adélia de Andrade Baixo**  
Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos  
Tijucas - SC - 48 3263-2929





# Impressão do Comprovante de Inscrição no CPF

Min. das Con.  
21  
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA

 **Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas  
**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número  
**522.911.709-53**

Nome  
**PAULO ROBERTO TAMASIA**

Nascimento  
**25/01/1961**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE CONTROLE**  
**9459.0435.2324.B87F**

A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço  
**[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)**

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 16:17:16 do dia 03/10/2013 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00

 Preparar página  
para impressão





COOP. DE ELET. RURAL SEN. ESTEVES JUNIOR  
RUA JOÃO COAN, 300  
CNPJ: 82.574.864/0001-81 - Inscr. Est.: 253.798.183  
FONE/FAX: (48) 3243-3000  
88160-000 - BIGUAÇU - SANTA CATARINA

PAULO ROBERTO TOMASIA  
EST GERAL DA TERRA NOVA, S/N

TERRA NOVA  
TIJUCAS SC  
88200-000  
CPF/CNPJ: 522.911.705-53  
Inscr. Est./CI:

**NOTA FISCAL FATURA DE ENERGIA**  
**ELÉTRICA SÉRIE Série B nº 3554-8**

CFOP: 5256

Informações sobre condições gerais de fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos encontram-se à disposição dos consumidores em nossos departamentos comerciais.

SEU Nº DE CONTA CONOSCO  
UC: 947/4

**VENCIMENTO 10/09/2013**

IDENTIFICAÇÃO  
13 002 14 73

MATRICULA  
6741

LOCAIS DE PAGAMENTO  
Banco do Brasil - Bancoob - Bradesco -  
Caixa Econômica Federal - Cresol Águas Mornas  
Cresol Leoberto Leal

CLASSE DE CONSUMO  
RURAL

L.E

DÉBITOS EM CONTA CORRENTE  
Banco do Brasil

**Dados de Faturamento**

Apresentação 20/08/2013  
Mês/Ano Faturamento 08/2013  
Leitura Atual 16/08/2013 1099  
Leitura Anterior 17/07/2013 858  
Consumo Faturado (kWh) X 1 = 241  
Consumo Diário (kWh) 8,03  
Dias de Consumo 30  
Ocorrência do mês 27,01  
Próxima Leitura 16/09/2013

**Histórico de Consumo**

Mês/Ano	Dias	Ocor.	Leitura	KW/h	Valor	Pagto
07/12	29	Lido	858	280	49,88	08/08/13
06/12	33	Lido	578	322	80,13	09/07/13
05/13	31	Lido	256	256	63,70	07/06/13
04/13	33	Média	14523	281	70,59	10/05/13
03/13	4	Lido	14242	131	32,60	11/04/13
02/13	27	Lido	14111	336	85,59	11/03/13
01/13	30	Lido	13775	376	93,57	14/02/13
12/12		Lido	13399	266	66,19	10/01/13
11/12		Lido	13133	357	88,85	10/12/12
10/12		Lido	12776	297	76,81	12/11/12
09/12		Lido	12479	343	85,36	10/10/12
08/12		Lido	12136	297	73,90	10/10/12

**ITENS FATURADOS**

Cons Energia	Qtde kWh	Tarifa	Alíq%	ICMS	Total
CONSUMO	241	X 0,18091 =	12	5,94	43,7
ICMS			0	5,94	5

**Total da Fatura ➡ 49,53**

**Dados Técnicos**

Número do Medidor: 239924  
Fator de Multiplicação: 1  
Tipo de Ligação: Monofasico  
Conjunto: CEREJ  
Referência: 07/2013

Atraso de pagamento será cobrado multa de 2% + Correção Monetária pelo INPC (pro rata die) + juros de mora de 1% mês (pro rata die), a serem cobrados em conta posterior. Sujeito a suspensão do fornecimento após 15 dias do vencimento.

**ICMS** Base R\$: 49,53 Aliquota do ICMS: 12% VALOR R\$: 5,94

**REAVISO Nº.:** **VENCIMENTO** **VALOR DO DÉBITO**

**Faturas Pendentes**

Mês/Ano	Vencimento	Valor	Mês/Ano	Vencimento	Valor

Reservado ao Fisco: CAA3.25E4.1EDD.DA8A.3762.48FB.C1C3.BE1C

Mensagem: Prezados consumidores, favor procurar esta empresa para se cadastrar

O cliente tem direito a solicitar a apuração do seus indicadores DIC, FIC e DMIC

Tensão de Fornecimento Conforme Resol. nº 505

Tensão Nominal:	220	Volts
Limite máximo:	231	Volts
Limite mínimo:	201	Volts

	Metas	Realizado
Dec	29,40	5,15
Fec	10,20	2,21
Dic	27,01	6,58
Fic	17,24	1
Dmic		6,58



**Certidão**

b090f6b9436a91e5059018a409558034



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS**  
**CÍVEL E CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**PAULO ROBERTO TAMAZIA**

OU

contra o CPF:  
**522.911.709/53**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 18/09/2013 às 05:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 20/09/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 19/09/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 19/09/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 21/09/2013 às 14:18 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **b090f6b9436a91e5059018a409558034**



**Certidão**

0b0234825635639c5aa246bd8028aba5



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do sistema processual do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME

**PAULO ROBERTO TAMAZIA**

OU

contra o CPF:

**522.911.709/53**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE, incluídos os que tramitam em segredo de justiça, excetuados apenas os processos ou investigações sigilosas

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 20/09/2013 às 02:20**
- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 09:01**

**Certidão emitida em:** 21/09/2013 às 14:19 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **0b0234825635639c5aa246bd8028aba5**







21/09/2013 0829888

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas



**CERTIDÃO**  
**CRIMINAL**

**CERTIDÃO Nº: 713229**

**FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 17/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**PAULO ROBERTO TAMASIA, portador do RG: 1605324, CPF: 522.911.709-53, filho de Jose natal tamasia e clara bissoli tamasia, nascido aos 25/01/1961. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>,
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, sábado, 21 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:** 0829888



21/09/2013      **0829889**

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas



**CERTIDÃO**  
**FINS ELEITORAIS**

**CERTIDÃO Nº: 713230**

**FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 17/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**PAULO ROBERTO TAMASIA, portador do RG: 1605324, CPF: 522.911.709-53, filho de Jose natal tamasia e clara bissoli tamasia, nascido aos 25/01/1961. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) certidão é expedida em consonância com a Lei Complementar n.º 64/90, com as alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 135/2010 e artigo 102 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão; e
- d) a presente certidão é isenta de custas, nos termos da legislação vigente.
- e) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, sábado, 21 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:**      **0829889**



TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO  
DE TÍTULOS DE TIJUCAS

ROSINA DUARTE MENDONÇA DEEKE  
TABELIÃ  
RUA MARECHAL DEODORO, 170 - CENTRO  
TEL.: 48 3263-2929  
tabelionato@tabelionatotijucas.com.br  
CEP 88200-000 - TIJUCAS - SANTA CATARINA

**AUTENTICAÇÃO 058216**  
Autentico a presente fotocópia por ser reprodução  
fidel do original que me foi apresentado.  
Do que dou fé. Tijucas, 02 de outubro de 2013.  
Em test.: *Carla* a verdade.

ADÉLIA DE ANDRADE BAIXO - Escrevente Notarial  
Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$ 3,80  
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DFZ09244-L-CLM  
Confirma os dados do ato em: selo.jsc.jus.br

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

*Edmundo*

SIGNATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR  
**ELMO ANTONIO COELHO**

DATA DE NASCIMENTO  
**18/04/1965**

Nº INSCRIÇÃO  
**0138 5713 0949**

D.V.  
**031**

ZONA  
**0064**

MUNICÍPIO / UF  
**TIJUCAS/SC**

DATA DE EMISSÃO  
**02/10/2013**

JUIZ ELEITORAL  
*[Assinatura]*

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



das Co.  
Rubro  
ser



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número  
**534.548.559-34**

Nome  
**ELMO ANTONIO COELHO**

Nascimento  
**18/04/1965**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE  
**9896.A81E.C909.97DE**

A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço

**[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)**

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 16:32:53 do dia 02/10/2013 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00





**Celesc**  
Distribuição S.A.

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Série Única 489177

Mes/Ano - Fatura No. Unidade Consumidora

09/2013 2304880

**Dados do Consumidor**

**ANTONIO COELHO** CPF: 89558774987  
R 13 DE JUNHO, 532  
88200000-PRACA - TJS-TIJUCAS-SC  
Loc/Etapa/Liv:0109,04,001348 - Fornecedor: A00495244 - TENSÃO NOMINAL: 220v - v - GRUPO B  
Classificação: 01 - RESIDENCIAL CONVENCIONAL - MONOFASICO  
Cod. Fiscal de Operação: 5.258 Tipo do Disjuntor: 40 FS [1.7.32.0]

**Descrição de Consumo**

Medidor	Consumo Med/Fat	130/138	Unidade de Medida	kWh
Leit. Atual	895	29	Origem da Leitura	LIDA
Leit. Anter	757	4,76	Fator de Potencia	
			Fator de Multiplicacao	1,00

**Datas Importantes**

Leit. Anterior	07/08/2013	JUL/13	Meta Mensal	Meta Trim.	Meta Anual	Realizado
Leit. Atual	05/09/2013	DIC	6,15	12,30	24,60	1,51
Emissao/Apresentacao	05/09/2013	FIC	3,67	7,35	14,70	1,00
Prox. Leitura	07/10/2013	DMIC	3,63			1,51

**Historico de Consumo**

SET/13	AGO/13	JUL/13	JUN/13	MAI/13	ABR/13	MAR/13	FEV/13	JAN/13	DEZ/12	NOV/12	OUT/12	SET/12
138	116	258	248	258	262	303	292	347	303	299	350	337

**Discriminacao do Faturamento**

Item	Quant.	Tarifa TE	Valor TE(R\$)	Tarifa TU	Valor TU(R\$)	Total(R\$)
CONSUMO TE	138					28,03
CONSUMO TUSD	138					19,06
Subtotal 1						47,09

COSIP	4,81
MULTA CONTA ANTERIOR 07/2013	1,67
JUROS CONTA ANTERIOR 07/2013	0,02
Subtotal 2	6,50

**Composicao do Preço (Art. 31 Resolucao 166/2005)**

ENERGIA	24,39	DISTRIBUICAO	10,77
TRANSMISSAO	1,65	TRIBUTOS	7,26
ENC. SETORIAIS	3,02	SOMA DEMONSTRATIVO	47,09

**Acrescimo a qualquer titulo**

Total - (Multas + JUROS + Correcao Monetaria) 1,69

**Tributos (Incluidos) no Total a Pagar**

Base de Calculo (R\$)	Aliquota (%)	Valor (R\$)	
ICMS	47,09	12	5,64
PIS/PASEP			0,29
COFINS			1,33

**Mensagens**

A partir de 2014 vigorara o sistema de bandeiras tarifarias. No mes de setembro vigoraria a bandeira vermelha, a qual implicaria R\$ 0,030 de acrescimo ao valor da tarifa de Energia Elétrica (TE), liquido de tributos. Mais informacoes em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)

**PAGAMENTO EM ATRASO**

Multa de 2% + Correcao Monetaria pelo IGP	Data de Vencimento	Valor Total a Pagar
(pro rata die) + JUROS de Mora 1% ao mes (pro rata die) a serem cobrados em fatura posterior.	06/10/2013	R\$ 53,59

**Reservado ao Fisco**

Periodo Fiscal: 09/09/2013

5F54.FA6A.C004.0A0D.4481.EFC6.762C.2B98





# Certidão

5174493467d6da7d621c1784e8566238



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do sistema processual do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME

**ELMO ANTÔNIO COELHO**

OU

contra o CPF:

**534.548.559/34**

### NADA CONSTA

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAIAS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE, incluídos os que tramitam em segredo de justiça, excetuados apenas os processos ou investigações sigilosas

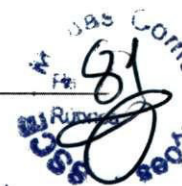
- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 20/09/2013 às 02:20**
- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 09:01**

**Certidão emitida em:** 21/09/2013 às 14:17 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **5174493467d6da7d621c1784e8566238**





**Certidão**

6c7d2e7ebc8d6257b31f8bd323b02ef9



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS**  
**CÍVEL E CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**ELMO ANTÔNIO COELHO**

OU

contra o CPF:  
**534.548.559/34**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 18/09/2013 às 05:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 20/09/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 19/09/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 19/09/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 21/09/2013 às 14:15 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **6c7d2e7ebc8d6257b31f8bd323b02ef9**





21/09/2013      0829885

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas



**CERTIDÃO**  
**FINS ELEITORAIS**

**CERTIDÃO Nº: 713226**

**FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 17/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**ELMO ANTÔNIO COELHO, portador do RG: 1608004, CPF: 534.548.559-34, filho de antônio coelho e marli terezinha coelho, nascido aos 18/04/1965. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) certidão é expedida em consonância com a Lei Complementar n.º 64/90, com as alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 135/2010 e artigo 102 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão; e
- d) a presente certidão é isenta de custas, nos termos da legislação vigente.
- e) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, sábado, 21 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:**      **0829885**





21/09/2013 0829884

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas



**CERTIDÃO**  
**CRIMINAL**

**CERTIDÃO Nº: 713225**

**FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 17/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**ELMO ANTÔNIO COELHO, portador do RG: 1608004, CPF: 534.548.559-34, filho de antônio coelho e marli terezinha coelho, nascido aos 18/04/1965.** \*\*\*\*\*

**OBSERVAÇÕES:**

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>,
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, sábado, 21 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:** 0829884



#### AUTENTICAÇÃO 058193

Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado.

Do que dou fé. Tijucas, 02 de outubro de 2013.

Em test. *Adelino* da verdade.

**ADELIA DE ANDRADE BAIXO** - Escrevente Notarial

Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$3,80

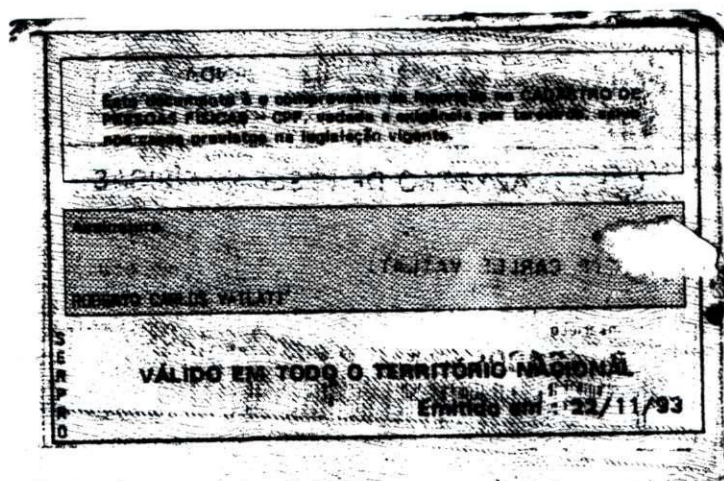
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DFZ08206-NMPG

Confira os dados do ato em [selo.tjsc.jus.br](http://selo.tjsc.jus.br)

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.







## TABELONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE TIJUCAS

ROSINA DUARTE MENDONÇA DEEKE  
TABELIA

AV. MARECHAL DEODORO, 170 - CENTRO  
TEL: 48 3263-2929  
tabellionato@tabellionatojucas.com.br

**AUTENTICAÇÃO 058390**

Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado.

Do que doufé. Tlucas, 09 de outubro de 2013.

Em test. de da verdade.

**ADÉLIA DE ANDRADE BAIXO**- Escrevente Notarial

**Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$3,80**

Selo Digital de Fiscalização - Selo norma **DFZ10888-5GK5**

Confira os dados do ato em: [selo.tjsc.jus.br](http://selo.tjsc.jus.br)

Qualquer emenda ou rasura será considerado indício de adulteração ou tentativa de







Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Série Unica  
178290 No. Unidade Consumidora

178290

**No Unidade Consumidora**

24676373

Mes/Ano - Fatura

08/20

FAT-01-2013894436671-19

**Dados do Consumidor**

**ROBERTO CARLOS VAILATI**

R FLORIANOPOLIS. 72 - SL 04

88200000-TIJUCAS - CENTRO-TIJUCAS-SC

Loc/Etapa/Liv:0109.02.001328 - Medidor: A01291546 - TENSÃO NOMINAL: 220v - v - GRUPO B

Classificacao: 03 - COMERCIAL, SERVICOS, OUTRAS ATIVIDADES - CONVENCIONAL - MONOFASICO

Cod. Fiscal de Operacao: 5.253

FS [1.7.28.2]

Descrição de Consumo		CPF / CNPJ / Insc. Est.	
Medidor	A01291545	Unidade de Medida	kWh
Leit. Atual	42487	Origem da Leitura	LIDA
Leit. Anter	42336	Fator de Potencia	
Consumo Med/Fat	151/151	Historico de Consumo (kWh)	
Numero de Dias Faturado	32	AGO/13	151 JAN/13 223
Consumo Medio Diario (kWh)	4.72	JUL/13	166 DEZ/12 163
Fator de Multiplicacao	1.00	JUN/13	166 NOV/12 158
		MAY/13	229 OUT/12 147

Dados importantes		Indicadores de Continuidade								
Leit. Anterior	04/07/2013	JUN/13	DIC	FIC	DMIC		ABR/13	226	SET/12	175
		Meta Mensal	6,16	3,67	3,83		MAR/13	312	AGO/12	161
Leit. Atual	05/08/2013	Meta Trim.	12,30	7,36			FEV/13	329		
		Meta Anual	24,60	14,70						
Emissao/Apresentacao	05/08/2013	Realizado	0,00	0,00	0,00		Media 3 ultimos			
		Conj ANEEL: TIJUCAS					meses (kWh):	157		
Prox Leitura	03/09/2013	CM (R\$):	17,84							

### Discriminação do Faturamento

Itens Faturados	Quantidade na faixa	Tarifa (R\$/kWh)	Valor(R\$)
Faixa de Consumo			
CONSUMO TE	151	0,218079	32,93
CONSUMO TUSD	151	0,168476	23,93
Total - Preço (1)			56,86
Outras Despesas			
COSIP			18,95
Total - Preço (2)			18,95
Total a Pagar (R\$)			75,81

**Composicao do Preco (Art. 31 Resolucao 166/2005)**

ENERGIA	23,53	DISTRIBUICAO	10,85
TRANSMISSAO	1,97	TRIBUTOS	18,29
ENC. SETORIAIS	2,22	SOMA DEMONSTRATIVO	56,86

## Mensagens

A partir de 2014 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. No mês de agosto vigorará a bandeira amarela, a qual implicaria R\$ 0,015 de acréscimo ao valor da tarifa de Energia Elétrica (TE), líquido de tributos. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)

PAGAMENTO EM ATRASO		Data de Vencimento	Valor Total a Pagar
Multa de 2% + Correção Monetária pelo IGP-M (pro rata die) + Juros de Mora 1% ao mês (pro rata die) a serem cobrados em futura posterior.		10/09/2013	R\$ 75,81
<b>Tributos (Incluídos) no Total a Pagar *</b>			
	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	56,86	26	14,78
PIS/PASEP			0,73
COFINS			3,35

Reservado ao Fisco

Periodo Fiscal: 07/06/2013

2E16.8CFE.43FE.B204.4669.C17B.195B.C3D1



FS[17.28.2]

**Comprovante de Arrecadação**

Autenticacao no verso

42487-151-000-08:51:19

Mes/Ano - Fatura

Data de Vencimento

08/2013

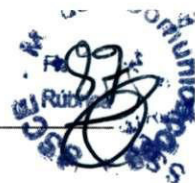
10/09/2013

Número da Fatura		No. Unidade Consumidora	Valor Total a Pagar
01-2013894436671-19		24676773	R\$ 75,81

83600000000 7 75810162000 6 00101002013 7 89443667119 8





**Certidão**

49327774158f2d2daebf8101dfdc6e07

**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO****CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS  
CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, II, da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**ROBERTO CARLOS VAILATI**

OU

contra o CPF:  
**596.484.309/34**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO E ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 23/09/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 23/09/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 23/09/2013 às 05:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 23/09/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 22/09/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 22/09/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 23/09/2013 às 20:56 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **49327774158f2d2daebf8101dfdc6e07**



**Certidão**

bfb3145f9c8232747599403a6bf8c1b1



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do sistema processual do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME

**ROBERTO CARLOS VAILATI**

OU

contra o CPF:

**596.484.309/34**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE, incluídos os que tramitam em segredo de justiça, excetuados apenas os processos ou investigações sigilosas

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 23/09/2013 às 02:20**
- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 23/09/2013 às 09:01**

**Certidão emitida em: 23/09/2013 às 20:56 (hora e data de Brasília)**

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **bfb3145f9c8232747599403a6bf8c1b1**







24/09/2013 0835074  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas



**CERTIDÃO**  
**FINS ELEITORAIS**

**CERTIDÃO Nº: 717751**

**FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 23/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**ROBERTO CARLOS VAILATI, portador do RG: 16/R 1925608, CPF: 596.484.309-34, filho de Alberto Vailati e Elza Joana Sgrott Vailati, nascido aos 06/01/1967. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) certidão é expedida em consonância com a Lei Complementar n.º 64/90, com as alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 135/2010 e artigo 102 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão; e
- d) a presente certidão é isenta de custas, nos termos da legislação vigente.
- e) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, terça-feira, 24 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:** 0835074



24/09/2013

0835059

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas



**CERTIDÃO**  
**CRIMINAL**

**CERTIDÃO Nº: 717738****FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 23/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**ROBERTO CARLOS VAILATI, portador do RG: 16/R 1925608, CPF: 596.484.309-34, filho de alberto vailati e elza joana sgrott vailati, nascido aos 06/01/1967. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>,
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, terça-feira, 24 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:** 0835059





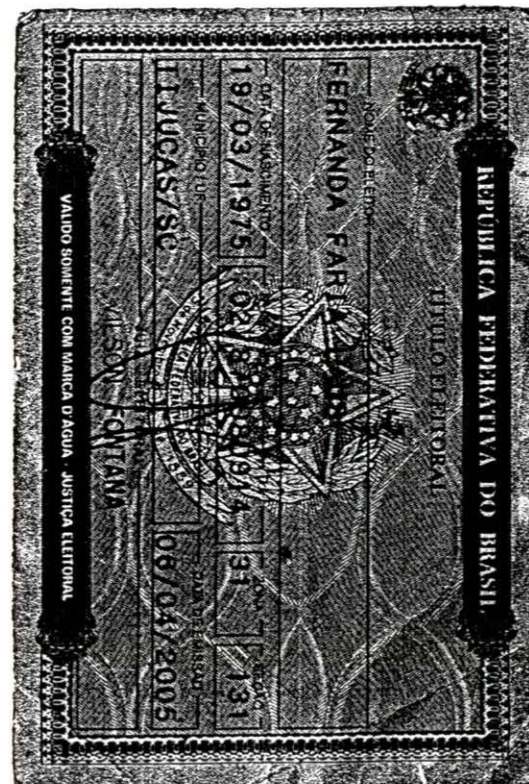
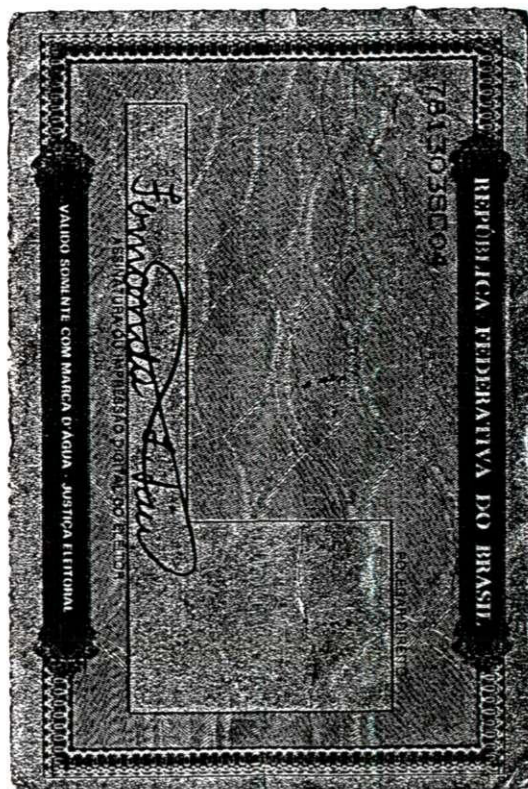
TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO  
DE TÍTULOS DE TIJUCAS

ROSINA DUARTE MENDONÇA DEEKE  
TABELIA  
RUA MARECHAL DEODORO, 170 - CENTRO  
TEL: 48 3263-2929  
tabelionatos@tabelionatotijucas.com.br  
CEP: 88200-000 - TIJUCAS - SANTA CATARINA

**AUTENTICAÇÃO 056193**  
Autentico a presente fotocópia por ser reprodução  
fiel do original que me foi apresentado.  
Do que dou f.º, Tijucas, 02 de outubro de 2013.  
Em test. *da da verdade.*

**ADÉLIA DE ANDRADE BATXO** - Escritora Notarial  
Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$ 3,80  
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal: DF209205-255J  
Confira os dados do ato em selo tjsc.jus.br

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.



Comunicações  
SSC  
Ribeiro

Titular do Certificado: 015.675.419-33 - FERNANDA FARIA LAUS

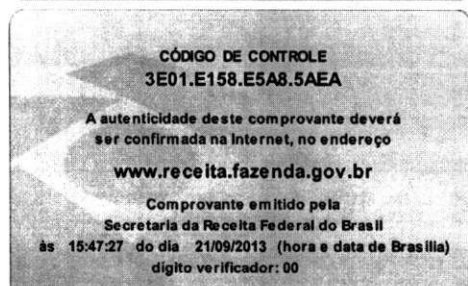
Sair com Segurança

LOCALIZAR SERVIÇO

Alterar perfil de acesso

Você tem uma nova mensagem

## CPF - Comprovante de Inscrição







# Fatura de Serviços de Telecomunicações

Oi S.A.  
Av. Madre Benvenuta, 2080 - BAIRRO SANTA MONICA  
CEP 88036-500 - Florianópolis - SC  
CNPJ Matriz : 76.535.764/0001-43  
CNPJ: 76.535.764/0322-66 I.E: 25.042.764-8

Página  
000001 de  
000001



CTC FLORIANOPOLIS SC PL2

**FERNANDA FARIA LAUS**  
R TOCANTINS 00255  
UNIVERSITARIO  
88200-000 TIJUCAS - SC

Referência

SETEMBRO/2013



7200039896216800000005269230060913

Telefone

(47) 3360 0397

Vencimento

14/09/2013

Total a pagar

R\$ 135,20

## Resumo da sua fatura

	<b>OI FIXO</b> .....	<b>R\$ 41,63</b>
	OUTROS PACOTES E SERVICOS MENSAIS	41,63
	<b>OI VELOX</b> .....	<b>R\$ 78,91</b>
	OFERTA VELOX E SERVICOS DE BANDA LARGA	78,91
	ASSINATURA VELOX	
+	<b>EXCEDENTES, OUTROS SERVICOS E TAXAS ...</b>	<b>R\$ 14,66</b>
	LIGACOES FIXO-FIXO	5,21
	SERVICOS OUTRAS PRESTADORAS E TERCEIROS	6,55
	OUTROS VALORES	2,90

**TUDO DA SUA CONTA ESTÁ AQUI. MAIS FÁCIL DE ENCONTRAR, ENTENDER E CONFERIR.**  
Simplificamos a apresentação dos seus gastos com os serviços Oi para não deixar dúvidas pra você.

Sua conta está em débito automático?

Facilite a sua vida e não se preocupe mais com a data de vencimento. Acesse [www.oi.com.br](http://www.oi.com.br) e saiba mais.



16/09/2013

0812219

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas



**CERTIDÃO**  
**CRIMINAL**

**CERTIDÃO Nº: 697677****FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 15/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**FERNANDA FARIA LAUS, portador do RG: 30833477, CPF: 015.675.419-33, filha de Inésio Liberato Laus e Maria do Rocio Faria Laus, nascida aos 19/03/1975. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>,
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, segunda-feira, 16 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:** 0812219







16/09/2013 0812222

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas



**CERTIDÃO**  
**FINS ELEITORAIS**

**CERTIDÃO Nº: 697680**

**FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 15/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**FERNANDA FARIA LAUS, portador do RG: 30833477, CPF: 015.675.419-33, filha de Inésio Liberato Laus e Maria do Rocio Faria Laus, nascida aos 19/03/1975. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) certidão é expedida em consonância com a Lei Complementar n.º 64/90, com as alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 135/2010 e artigo 102 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão; e
- d) a presente certidão é isenta de custas, nos termos da legislação vigente.
- e) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, segunda-feira, 16 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:** 0812222  




## Certidão

41c8780e271fe487b2c782b6c797f6e2



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS**  
**CÍVEL E CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**FERNANDA FARIA LAUS**

OU

contra o CPF:  
**015.675.419/33**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 17/09/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 17/09/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 17/09/2013 às 05:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 17/09/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 16/09/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 16/09/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 17/09/2013 às 09:01 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **41c8780e271fe487b2c782b6c797f6e2**





## Certidão



c34488d6c581e60abd51284b069f5809



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do sistema processual do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME  
**FERNANDA FARIA LAUS**

OU

contra o CPF:  
**015.675.419/33**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE, incluídos os que tramitam em segredo de justiça, excetuados apenas os processos ou investigações sigilosas

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 17/09/2013 às 02:20**
- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 17/09/2013 às 09:01**

**Certidão emitida em:** 17/09/2013 às 09:03 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **c34488d6c581e60abd51284b069f5809**



TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO  
DE TÍTULOS DE TÍJUCAS

ROSINA DUARTE MENDONÇA DEEKE

TABELIA

RUA MARECHAL DEODORO, 190 - CENTRO

TEL - 48 3263-2929

tabelionato@tabelionatostijucas.com.br

CEP 88200-000 - TÍJUCAS - SANTA CATARINA

#### AUTENTICAÇÃO 058216

Autentico a presente fotocópia por ser reprodução  
fiel do original que me foi apresentado.

Do que dou fé, Tijucas, 02 de outubro de 2013.

Em test. *Adélia de Andrade Baixo* da verdade.

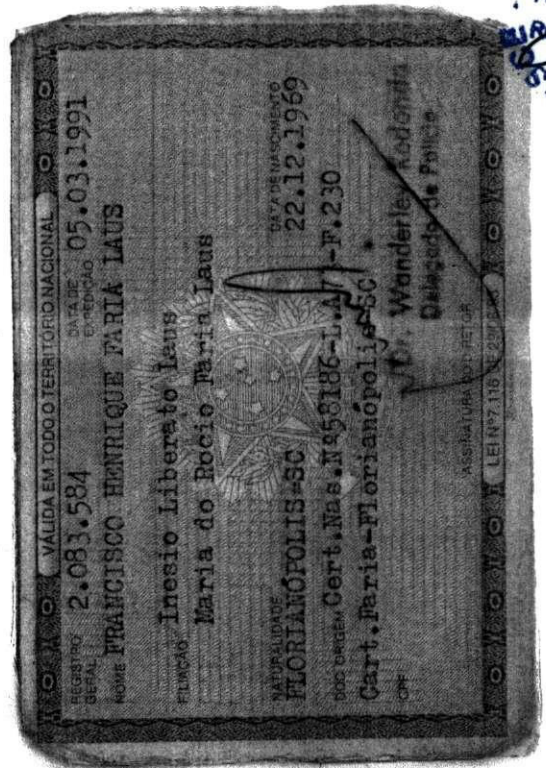
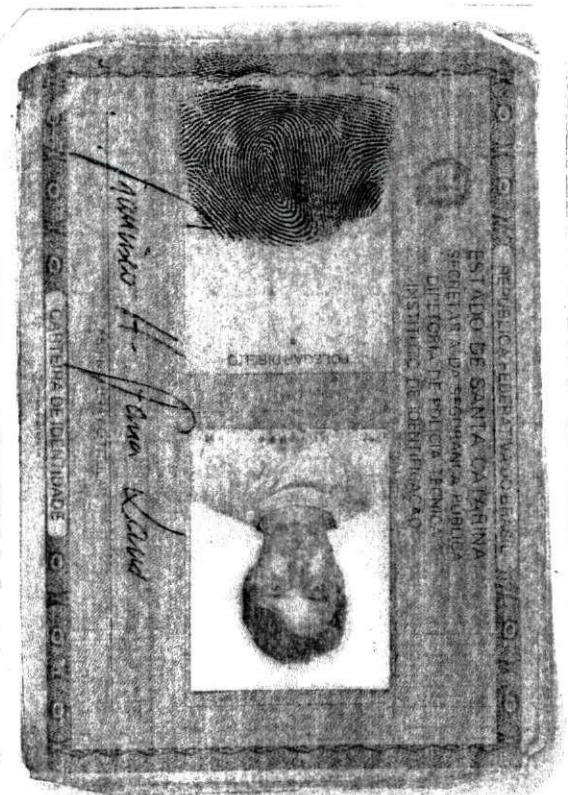
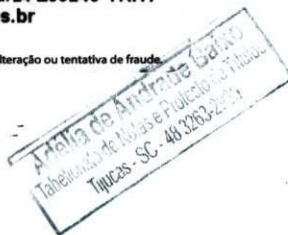
**ADÉLIA DE ANDRADE BAIXO** - Escrevente Notarial

Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$3,80

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DFZ09246-YKHY

Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.



028 Cor  
98  
004





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número  
**785.697.029-49**

Nome  
**FRANCISCO HENRIQUE FARIA LAUS**

Nascimento  
**22/12/1969**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE CONTROLE**  
**CFA8.141D.477D.ACB0**

A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço

**[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)**

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 16:43:22 do dia 02/10/2013 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00





**Celesc**  
Distribuição S.A.

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Série Única

000026

liv. Consumidora

**46437470**

Mes/Ano - Fatura

**07/2013**

FAT-01-2013866987387-6



**Dados do Consumidor**

**FRANCISCO HENRIQUE FARIA LAUS**

R NILO DE OLIVEIRA, 2 - AP 905 BL 03

88200000-15 NOVEMBRO - TJS-TJUCAS-SC

Loc/Etapa/Liv.0109.02.018372 - Medidor: B01162019 - TENSÃO NOMINAL: 220v-380v- GRUPO B

Classificação: 01 - RESIDENCIAL - CONVENCIONAL - BIFASICO

Cod. Fiscal de Operação: 5 258

FS [1.7.28.2]

Descrição de Consumo			CPF / CNPJ / Insc. Est
Medidor	B01162019	Unidade de Medida: kWh	CPF: 76669702949
Leit. Atual	9928	Origem da Leitura: LIDA	
Leit. Anter.	9913	Fator de Potência	
Consumo Med/Fat	15/50		Historico de Consumo (kWh)
Numero de Dias Faturado	30		JUL/13 50 DEZ/12
Consumo Medio Diario (kWh)	0.50		JUN/13 56 NOV/12
Fator de Multiplicacao	1.00		MAI/13 50 OUT/12
			ABR/13 51 SET/12
			MAR/13 50 AGO/12
			FEV/13 JUL/12
			JAN/13
			Media 3 ultimos
			meses (kWh): 62

Indicadores de Continuidade			
Leit. Anterior	04/08/2013	MAI/13 DIC FIC DMIC	
		Meta Mensal 6,16 3,67 3,63	
Leit. Atual	04/07/2013	Meta Trim. 12,30 7,35	
		Meta Anual. 24,60 14,70	
Emissao/Apresentacao	04/07/2013	Realizado 0,61 1,00 0,61	
		Conj. ANEEL: TJUCAS	
Prox. Leitura	05/08/2013	CM (R\$): 5,38	

Discriminação do Faturamento			
Itens Faturados			
Faixa de Consumo	Quantidade na faixa	Tarifa (R\$/kWh)	Valor(R\$)
CUSTO DISP SISTEMA	50	0,175000	8,75
CUSTO DISP SISTEMA	50	0,127200	6,36
Total - Preço (1)			15,11

Outras Cobranças			
COSIP			0,00
Total - Preço (2)			0,00
Total a Pagar (R\$)			15,11

Composicao do Preço (Art. 31 Resolucao 166/2005)			
ENERGIA	7,81	DISTRIBUICAO	3,59
TRANSMISSAO	0,65	TRIBUTOS	2,33
ENC. SETORIAIS	0,73	SOMA DEMONSTRATIVO	15,11

PAGAMENTO EM ATRASO		Data de Vencimento	Valor Total a Pagar
Multa de 2% + Correção Monetária pelo IGP/M (pro rata die) + Juros de Mora 1% ao mês (pro rata die) a serem cobrados em fatura posterior.		21/07/2013	R\$ 15,11
Tributos (incluídos) no Total a Pagar			
Base de Cálculo (R\$)		Alíquota(%)	Valor (R\$)
ICMS 15,11		12	1,81
PIS/PASEP			0,09
COFINS			0,43

Reservado ao Fisco Período Fiscal: 08/07/2013

**C22B.2086.795C.07AE.3275.AB98.F261.C546**



**Celesc**  
Distribuição S.A.

FS [1.7.28.2]

Comprovante de Arrecadação

Autenticação no verso

9928-15-000-16:30:56

Mes/Ano - Fatura

Data de Vencimento

**07/2013**

**21/07/2013**

Numero da Fatura	No. Unidade Consumidora	Valor Total a Pagar
01-2013866987387-6	46437470	R\$ 15,11

83690000000 8 15110162000 4 00101002013 7 86698738706 9





**Certidão**

e26c684737224fd10a2b65ef3f01bf43



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS**  
**CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, II, da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**FRANCISCO HENRIQUE FARIA LAUS**

OU

contra o CPF:  
**785.697.029/49**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO E ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 18/09/2013 às 05:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 20/09/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 19/09/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 19/09/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 21/09/2013 às 15:33 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **e26c684737224fd10a2b65ef3f01bf43**



**Certidão**

102

5b317a24209297d9cd269d27155f4da3



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do sistema processual do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME

**FRANCISCO HENRIQUE FARIA LAUS**

OU

contra o CPF:

**785.697.029/49**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAIAS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE, incluídos os que tramitam em segredo de justiça, excetuados apenas os processos ou investigações sigilosas

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 20/09/2013 às 02:20**
- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 09:01**

**Certidão emitida em:** 21/09/2013 às 15:34 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **5b317a24209297d9cd269d27155f4da3**







21/09/2013 0829916

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas



**CERTIDÃO**  
**CRIMINAL**

**CERTIDÃO Nº: 713252**

**FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 17/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**FRANCISCO HENRIQUE FARIA LAUS, portador do RG: 2083584, CPF: 785.697.029-49, filho de Inésio Liberato Laus e Maria do Rocio Faria Laus, nascido aos 22/12/1969. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>,
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, sábado, 21 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:** 0829916



21/09/2013

0829917



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas

**CERTIDÃO**  
**FINS ELEITORAIS**

**CERTIDÃO Nº: 713253****FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 17/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**FRANCISCO HENRIQUE FARIA LAUS, portador do RG: 2083584, CPF: 785.697.029-49, filho de Inésio Liberato Laus e Maria do Rocio Faria Laus, nascido aos 22/12/1969. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) certidão é expedida em consonância com a Lei Complementar n.º 64/90, com as alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 135/2010 e artigo 102 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão; e
- d) a presente certidão é isenta de custas, nos termos da legislação vigente.
- e) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, sábado, 21 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:** 0829917





TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO  
DE TÍTULOS DE TJUCAS

ROSINA DUARTE MENDONÇA DEEKE

TABELIA

RUA MARCELO PEREIRA, 170 - CENTRO

TEL.: 48 3265-2029

Estabelecimento registrado em LTR

CPF 82800-000 - TJUCAS - SANTA CATARINA

ADÉLIA DE ANDRADE BAIXO - Escrivã Nota  
Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$ 3,80  
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal: DF209926-TLZC

Confira os dados do ato em: selo.tjfc.jus.br

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude



AUTENTICACÃO 058252  
Autentico a presente fotocópia por sua reprodução  
fidel do original que me foi apresentado  
Do que dou fé. Tjucas, 03 de outubro de 2012.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	3.965.103	DATA DE EXPEDIÇÃO	14/SET/2012
NOME	ROSÂNGELA DOS SANTOS OLIVEIRA DA SILVA		
FILIAÇÃO	JOÃO PADILHA DE OLIVEIRA CASTURINA DOS SANTOS OLIVEIRA		
NATURALIDADE	MANOEL RIBAS PR	DATA DE NASCIMENTO	03/MAR/1976
DOC. ORIGEM	CERT. CAS. 16221 LV B-23 FL 57 CART. BAIXO - TJUCAS SC		
CPF	049.919.419-54	Assinatura do Diretor: Helena T. Beduschi Perito Criminal	
BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC			
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83			

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR: Rosângela dos Santos Oliveira da Silva

POLEGAR DIREITO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CE-M das



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas



**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número  
**049.919.419-54**

Nome  
**ROSANGELA DOS SANTOS OLIVEIRA DA SILVA**

Nascimento  
**03/03/1976**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE CONTROLE**  
**9FFA.B06B.B258.107E**

A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço

**[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)**

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 16:06:28 do dia 03/10/2013 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00



**SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO**TIJUCAS - SANTA CATARINA CEP 88200-000 AV. HERCÍLIO LUZ 465 - CENTRO  
CNPJ - 02.396.675/0001-27 WWW.SAMAE.TJ.COM.BR FONE (47) 3398-4065**FATURA DE ÁGUA, ESGOTO E LIXO**ROSANGELA DOS SANTOS OLIVEIRA  
RUA JUSTINO SOARES, 0004 - PRACA  
Tijucas

MÊS/ANO:

12/2012

NÚMERO DO HIDRÔMETRO: 4004 Rota 221, 221

CÓD. LIGAÇÃO: 0150

SENHA INTERNET:

CATEGORIA/QUANTIDADE

RES COM IND PÚB

01 00 00 00

**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS FATURADOS**

VALOR

FATURAMENTO DE ÁGUA  
TAXA DE COLETA DE LIXO

R\$ 31,60

R\$ 7,99

DATA LEITURA ANTERIOR	DATA LEITURA ATUAL	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
03/12/2012	07/01/2013	30/01/2013	R\$ 39,59
LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO	MÉDIA
444	461	17 M <sup>3</sup>	16 M <sup>3</sup>

**CONSUMOS ANTERIORES**

MÉDIA DIÁRIA (LITROS) MÊS ATUAL

MÊS	OCORRÊNCIA	CONSUMO	Nº DIAS	MÉDIA DIÁRIA (LITROS)	MENSAGEM:
11/12		18			
10/12		20			
09/12		20			
08/12		16			
07/12		12			
06/12		10			

**RELAÇÃO DE OCORRÊNCIAS**

- |                           |                                     |
|---------------------------|-------------------------------------|
| 00 SEM OCORRÊNCIA         | 05 HIDRÔMETRO RETIRADO PELO USUÁRIO |
| 01 PORTÃO FECHADO         | 06 CASA VAZIA                       |
| 02 IMPEDIMENTO DE LEITURA | 07 HIDRÔMETRO SOTERRADO             |
| 03 HIDRÔMETRO QUEBRADO    | 08 HIDRÔMETRO VIRADO                |
| 04 HIDRÔMETRO EMBACADO    | 09 HIDRÔMETRO PARADO                |

CARACTERÍSTICAS FÍSICO QUÍMICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA CONFORME PORTARIA 518/2004 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

PARÂMETROS	ANÁLISES EXIGIDAS	ANÁLISES REALIZADAS	MÉDIA	LIMITE
COR APARENTE		04	0,2	15 uH
pH		04	6,8	6,0 a 9,5
RESIDUAL DE CLORO LIVRE		04	0,1	0,2 A 2,0 mg/L
RESIDUAL DE FLÚOR		04	0,4	1,5 mg/L - VR 0,8 mg/L
TURBIDEZ		04	0,3	5,0 uT
COLIFORMES TOTAIS		04	1,0	95% AUSENTE

FAVOR AUTENTICAR NO VERSO E DEVOLVER AO USUÁRIO

Obs: Com  
107  
Rudika  
550  
900

**Certidão**

4651501b3909e13a1dc828f2bc4c7b57



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS**  
**CÍVEL E CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL

**ROSANGELA DOS SANTOS OLIVEIRA DA SILVA**

OU

contra o CPF:

**049.919.419/54**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 18/09/2013 às 05:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 20/09/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 19/09/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 19/09/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 21/09/2013 às 14:34 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **4651501b3909e13a1dc828f2bc4c7b57**







## Certidão

79165705696b5ad0478315c936b59858



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do sistema processual do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME

**ROSANGELA DOS SANTOS OLIVEIRA DA SILVA**

OU

contra o CPF:

**049.919.419/54**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE, incluídos os que tramitam em segredo de justiça, excetuados apenas os processos ou investigações sigilosas

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 20/09/2013 às 02:20**
- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 09:01**

**Certidão emitida em:** 21/09/2013 às 14:35 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **79165705696b5ad0478315c936b59858**





21/09/2013

0829894



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas

**CERTIDÃO**  
**CRIMINAL**

**CERTIDÃO Nº: 713235****FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 17/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**ROSANGELA DOS SANTOS OLIVEIRA DA SILVA, portador do RG: 3965103, CPF: 049.919.419-54, filha de João padilha de oliveira e casturina dos santos oliveira, nascida aos 03/03/1976. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>,
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, sábado, 21 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:** **0829894**





21/09/2013

0829893

0829893  
111  
RUBICA  
08/09/2013

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas

**CERTIDÃO**  
**FINS ELEITORAIS**

**CERTIDÃO Nº: 713234****FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 17/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**ROSANGELA DOS SANTOS OLIVEIRA DA SILVA, portador do RG: 3965103, CPF: 049.919.419-54, filha de João padilha de oliveira e casturina dos santos oliveira, nascida aos 03/03/1976. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) certidão é expedida em consonância com a Lei Complementar n.º 64/90, com as alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 135/2010 e artigo 102 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão; e
- d) a presente certidão é isenta de custas, nos termos da legislação vigente.
- e) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

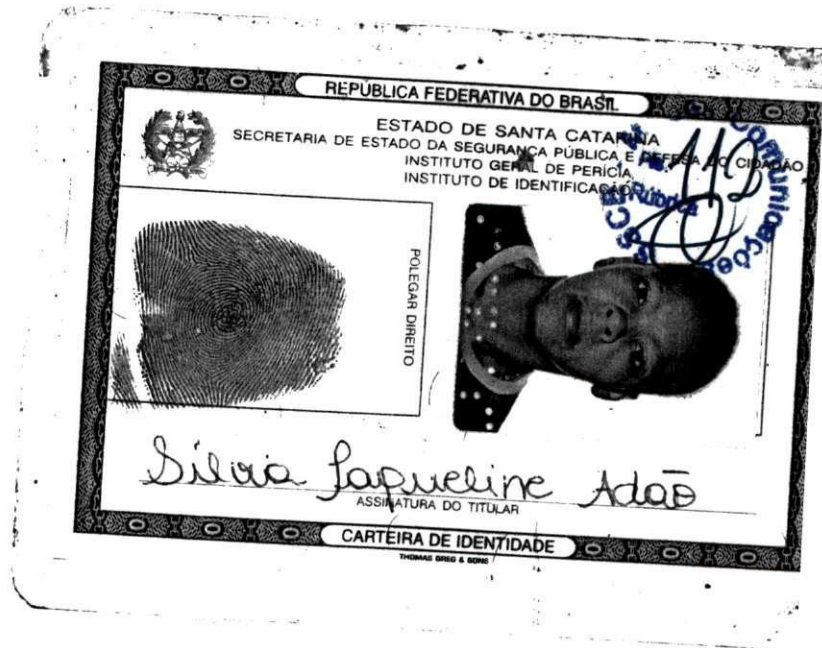
Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, sábado, 21 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:** 0829893





TABELONATO DE NOTAS E PROTESTO  
DE TÍTULOS DE TIJUCAS

ROSINA DUARTE MENDONÇA DEEKE  
TABELIA  
RUA MARECHAL DEODORO, 170 - CENTRO  
TEL: 48 3263-2929  
tabelionato@tabelonatosc.com.br  
CEP 88200-000 - TIJUCAS - SANTA CATARINA

#### AUTENTICAÇÃO 058193

Autentico a presente fotocópia por ser reprodução  
fiel do original que me foi apresentado.

Do que dou fé. Tijucas, 02 de outubro de 2013.

Em test. da verdade.

ADÉLIA DE ANDRADE BAIXO - Escrevente Notarial  
Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 - Total: R\$3,80  
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DF209201-PWP  
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

TABELONATO DE NOTAS E PROTESTO  
DE TÍTULOS DE TIJUCAS

ROSINA DUARTE MENDONÇA DEEKE  
TABELIA  
RUA MARECHAL DEODORO, 170 - CENTRO  
TEL: 48 3263-2929  
tabelionato@tabelonatosc.com.br  
CEP 88200-000 - TIJUCAS - SANTA CATARINA

#### AUTENTICAÇÃO 058193

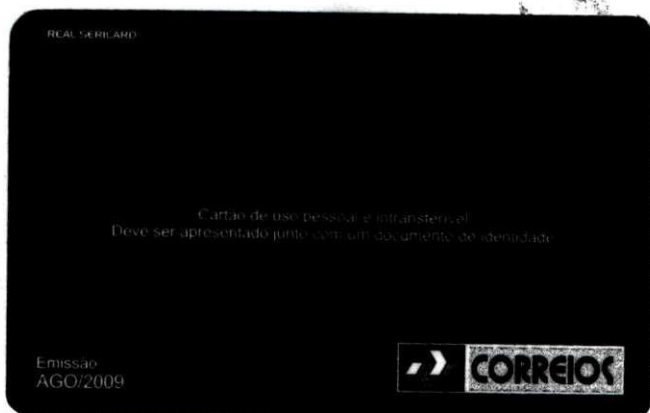
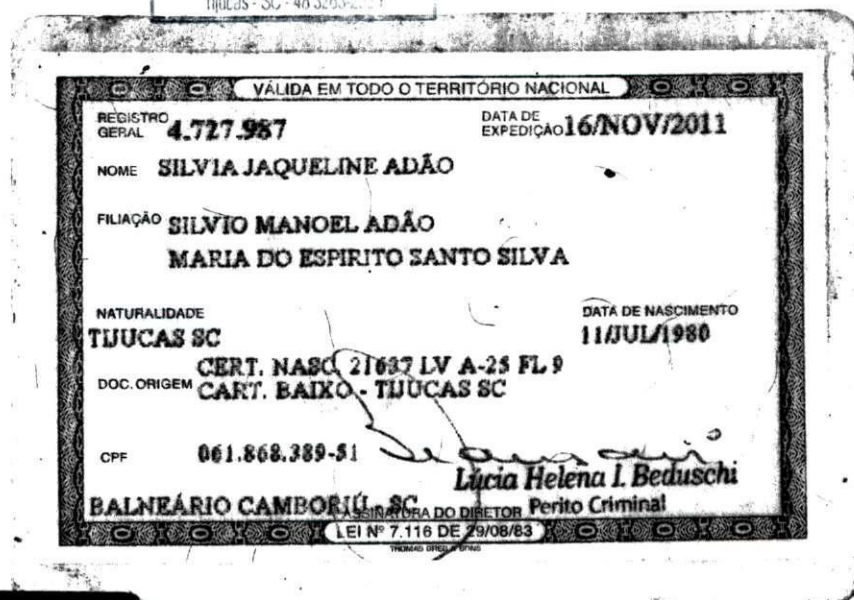
Autentico a presente fotocópia por ser reprodução  
fiel do original que me foi apresentado.

Do que dou fé. Tijucas, 02 de outubro de 2013.

Em test. da verdade.

ADÉLIA DE ANDRADE BAIXO - Escrevente Notarial  
Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 - Total: R\$3,80  
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DF209202-YKOT  
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.







**Celesc**  
Distribuição S.A.

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Série Única  
498436 No. Unidade Consumidora

**2300699**

Mes/Ano - Fatura

**06/2013**

FAT 01.2013060406496 93



**Dados do Consumidor**

**SILVIO MANCIEL ADAO**

R CORONEL CONCEIÇÃO, 997

88200000 PRACA LJS TIJUCAS SC

Loc/Etapa/LIN: 0103 04 014679 - Medidor: A00432316 TENSÃO NOMINAL: 220V - V. GRUPO B

Classificação: 01 - RESIDENCIAL CONVENCIONAL MONOFASICO

Cod. Fiscal de Operação: 5.256

FS [17.21.1]

**Descrição de Consumo**

M. Idor: A00432316 Unidade de Medida: kWh  
Leit. atual: 1949 Origem da Leitura: LIDA  
Leit. Anter: 1583 Fator de Potência:  
Consumo Mediat: 326,926  
Número de Dias Faturado: 30  
Consumo Médio Diário (kWh): 10,87  
Fator de Multiplicação: 1,00

**CPF/CNPJ/Insc. Est.**

CPF: 41545524904

**Dados Importantes**

Leit. Anterior: 07/06/2013  
Leit. Atual: 06/06/2013  
Emissão/Entrega: 06/06/2013  
Prox. Leitura: 08/07/2013

**Indicadores de Contingência**

AFR/13: DIC FIG DMIC  
Meta Mensal: 6,15 3,67 3,63  
Meta Trim.: 12,30 7,35  
Meta Anual: 24,60 14,70  
Realizado: 2,83 1,00 2,83  
Conj. ANEEL TIJUCAS  
CM (R\$): 32,61

**Relatório de Consumo (kWh)**

JUN/13: 326 NOV/12: 260  
MAI/13: 350 OUT/12: 317  
ABR/13: 303 SET/12: 224  
MAR/13: 293 AGO/12: 329  
FEV/13: 296 JUL/12: 146  
JAN/13: 340 JUN/12: 268  
DEZ/12: 294  
Média 3 últimos meses (kWh): 326

**Discriminação do Faturamento**

**Itens Faturados**

Faixa de Consumo	Quantidade na faixa	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
CONSUMO TE	150	0,171333	25,70
CONSUMO TF	176	0,201704	35,50
CONSUMO TUSD	150	0,124400	18,66
CONSUMO TUSD	176	0,146477	25,78
Total - Preço (1)			105,64

**Outras Cobranças**

COSIP	7,89
CORRECAO MONETARIA POR ATRASO Ref. 03/2013	0,10
MULTA CONTA ANTERIOR Ref. 02/2013	1,93
JUROS CONTA ANTERIOR Ref. 03/2013	0,74
ASS DE BOMBEIROS COMUNITARIOS DE TIJUCAS	1,00
BONUS ITAIPU	-14,83
Total - Preço (2)	-3,17
Total a Pagar (R\$)	102,47

**Composição do Preço (Art. 31 Resolução 166/2005)**

Item	Valor (R\$)	Item	Valor (R\$)
ENERGIA	60,86	DISTRIBUICAO	23,46
TRANSMISSAO	4,26	TRIBUTOS	22,26
ENC. SETORIAIS	4,81	SOMA DEMONSTRATIVO	105,64

**Acrescimo a qualquer título**

Total (Multas + Juros + Correção Monetária) **2,77**

**Mensagens**

DEBITOS: 04/2013 R\$ 112,69

**REAVISO DE VENCIMENTO**

Esta unidade de consumo ficará sujeita a suspensão do fornecimento a partir de 09/07/2013, caso o pagamento não seja realizado. O encerramento de relação contratual poderá ocorrer 2 (dois) ciclos de faturamento após a suspensão de fornecimento. No ciclo da suspensão ou religação poderá ser cobrado o custo de disponibilidade. Caso o pagamento já tenha sido realizado, favor desconsiderar esta notificação.

**PAGAMENTO EM ATRASO**

Multa de 2% + Correção Monetária pelo IGPM (pro rata die)  
\* Juros de Mora 1% ao mês (pro rata die) a serem cobrados em fatura posterior

Data de Vencimento	Valor Total a Pagar
15/07/2013	R\$ 102,47

**Tributos (incluídos no Total a Pagar)**

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
105,64	12/25	20,62
		0,29
		1,35

Reservado ao Fisco

06/06/2013

**C53A.5814.1A20.7327.1C48.897.1B22.3007**

**Certidão**

652176fdc77fec04edf7e313585ae7



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS**  
**CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, II, da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**SILVIA JAQUELINE ADÃO**

OU

contra o CPF:  
**061.868.389/51**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO E ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 02:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 18/09/2013 às 05:00
- Paraná (Processo Papel) até 20/09/2013 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 19/09/2013 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 19/09/2013 às 20:00

**Certidão emitida em:** 21/09/2013 às 15:08 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **652176fdc77fec04edf7e313585ae7**







# Certidão

5f43e5904c0ab4be00066450d5b85547



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do sistema processual do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME

**SILVIA JAQUELINE ADÃO**

OU

contra o CPF:

**061.868.389/51**

### NADA CONSTA

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE, incluídos os que tramitam em segredo de justiça, excetuados apenas os processos ou investigações sigilosas

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 20/09/2013 às 02:20**
- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 09:01**

**Certidão emitida em:** 21/09/2013 às 15:09 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **5f43e5904c0ab4be00066450d5b85547**





21/09/2013 0829908

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas



**CERTIDÃO**  
**CRIMINAL**

**CERTIDÃO Nº: 713244**

**FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 17/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**SILVIA JAQUELINE ADÃO, portador do RG: 4727987, CPF: 061.868.389-51, filho de silvio manael adão e maria do espírito santo silva, nascido aos 11/07/1980. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>,
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, sábado, 21 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:** 0829908





21/09/2013 0829910

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas



**CERTIDÃO**  
**FINS ELEITORAIS**

**CERTIDÃO Nº: 713246**

**FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 17/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**SILVIA JAQUELINE ADÃO, portador do RG: 4727987, CPF: 061.868.389-51, filha de Silvio Manoel Adão e Maria do Espírito Santo Silva, nascida aos 11/07/1980. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) certidão é expedida em consonância com a Lei Complementar n.º 64/90, com as alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 135/2010 e artigo 102 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão; e
- d) a presente certidão é isenta de custas, nos termos da legislação vigente.
- e) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, sábado, 21 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:** 0829910

118  
das Comunicações



TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO  
DE TITULOS DE TIJUCAS

ROSINA DUARTE MENDONÇA DEKKE  
TABELIA  
RUA MARCELO GODOY, 170 - CENTRO  
TEL. 48 3262-2629  
tabelionatodetijucas.com.br  
CEP 88200-000 - TIJUCAS - SANTA CATARINA

**AUTENTICAÇÃO 058216**

Autentico a presente fotocópia por ser reprodução  
fiel do original que me foi apresentado.

Do que dou fé, Tijucas, 02 de outubro de 2013.

Em test. da verdade.

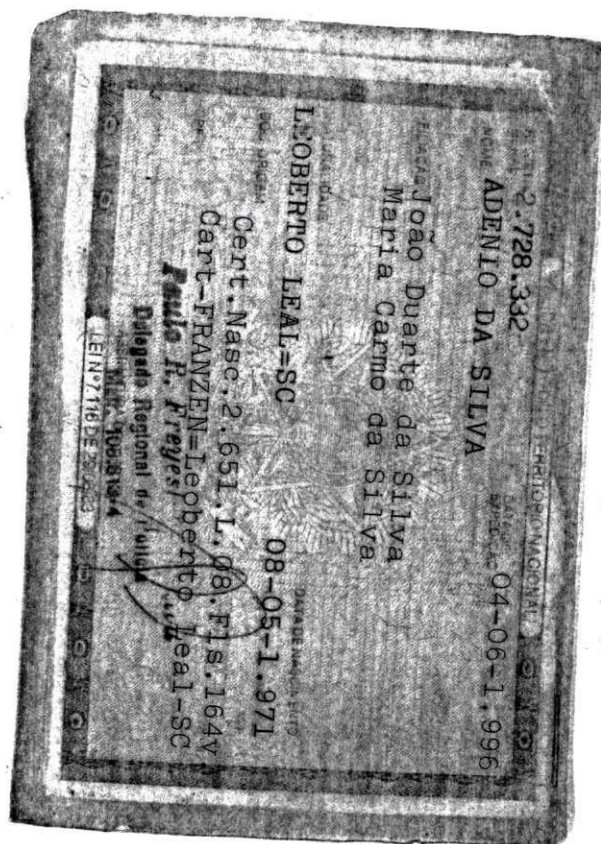
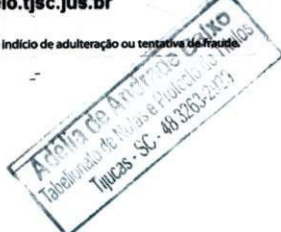
ADÉLIA DE ANDRADE BAIXO - Escrevente Notarial

Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$3,80

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DF209245-QBP7

Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.







MINISTÉRIO DA FAZENDA  
**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número  
**773.954.689-53**

Nome  
**ADENIO DA SILVA**

Nascimento  
**08/05/1971**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE CONTROLE**  
**B766.0108.055E.5488**

A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço

**[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)**

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 16:38:11 do dia 02/10/2013 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00



**Celesc**  
Distribuição S.A.

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Série Única  
4795-12

No. Unidade Consumidora

**46202287**

Mes/Ano - Fatura

**07/2013**

das Co.  
190  
Rubrica  
SCE

**Dados do Consumidor**

**ADENIO DA SILVA**

R JUSTINO SOARES 20 APT 102

88200000 PRACA JUS TIJUCAS-5C

Loc/Etapas: 0109 04 001342 Medidor: 2506478 - TENSÃO NOMINAL 220 VOLT GRUPO B

Classificação: 01 - RESIDENCIAL - CONVENCIONAL - MONOFASICO

Cod. Fiscal de Operação: 5256

FS [1.7.28.2]

**Descrição de Consumo**

Medidor: 2506478

Leit. Atual: 2303

Leit. Anter: 2026

Consumo Med/Fat: 277/127

Numero de Dias Faturado: 32

Consumo Medio Diario (kWh): 8,66

Fator de Multiplicacao: 1,00

Unidade de Medida: kWh

Origem da Leitura: LIDA

Fator de Potencia:

CPF/CNPJ/Insc. Est.

CPF: 77395468953

**Historico de Consumo (kWh)**

JUL/13 277 DEZ/12 79

JUN/13 206 NOV/12

MAI/13 246 OUT/12

ABR/13 187 SET/12

MAR/13 172 AGO/12

FEV/13 194 JUL/12

JAN/13 197

Media 3 ultimos

meses (kWh): 243

**Dados Importantes**

Leit. Anterior: 06/06/2013

Leit. Atual: 08/07/2013

Emissao/Apresentacao: 08/07/2013

Prox. Leitura: 07/08/2013

**Indicadores de Continuidade**

MAI/13 DIC FIC DMIC

Meta Mensal 6,15 3,67 3,63

Meta Trim. 12,30 7,35

Meta Anual 24,60 14,70

Realizado 0,61 1,00 0,61

Comp ANEEL TIJUCAS

CM (R\$): 26,47

**Discriminacao de Faturamento**

**Itens Faturados**

Faixa de Consumo

CONSUMO TE

CONSUMO IE

CONSUMO TUSD

CONSUMO TUSD

Total - Preco (1)

Quantidade na faixa

160

127

150

127

Tarifa (R\$/kWh)

0,175200

0,207086

0,127266

0,150393

Valor(R\$)

26,28

26,30

19,09

19,10

**Outras Cobranças**

COSIP

CORRECAO MONETARIA POR ATRASO Ref: 05/2013

MULTA - JANTA ANTERIOR Ref: 05/2013

JUROS - JANTA ANTERIOR Ref: 05/2013

Total - Preco (2)

Total a Pagar (R\$)

7,89

0,03

1,61

0,46

9,98

100,75

**Composicao do Preco (Art. 31 Resolucao 166/2005)**

ENERGIA

TRANSMISSAO

ENC. SETORIAIS

43,21

3,62

4,09

DISTRIBUICAO

TRIBUTOS

SOMA DEMONSTRATIVO

19,93

19,92

90,77

**Acrescimo a qualquer titulo**

Total - (Multas + Juros + Correcao Monetaria)

**Mensagens**

DEBITOS: 06/2013 R\$ 12,01

**REAVISO DE VENCIMENTO**

Esta unidade consumidora esta sujeita a suspensao do fornecimento a partir de 30/07/2013, caso o pagamento nao seja realizado. O encerramento de relacao contratual podera ocorrer 2 (dois) ciclos de faturamento apos a suspensao do fornecimento. No ciclo de suspensao ou religacao podera ser cobrado o custo de disponibilidade. Caso o pagamento seja realizado, favor desconsiderar esta notificacao.

**PAGAMENTO EM ATRASO**

Multa de 2% + Correcao Monetaria pelo IGP-M (pro rata die)

+ Juros de Mora 1% ao mes (pro rata die) a serem cobrados em fatura posterior

Data de Vencimento

24/07/2013

Valor Total a Pagar

R\$ 100,75

**Tributos (Incluidos) no Total a Pagar**

ICMS

PIS/PASEP

COFINS

Base de Calculo (R\$)

90,77

Aliquota (%)

12,126

Valor (R\$)

16,78

0,66

2,58

Reservado ao Fisco

Periodo Fiscal: 10/07/2013

**EB40.612B.EB2E.2766.100A.3DD5.8E39.652E**





21/09/2013

0829899

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas

121  
12/09/2013  
Comarca de Tijucas

**CERTIDÃO**  
**CRIMINAL**

**CERTIDÃO Nº: 713240****FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 17/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**ADENIO DA SILVA, portador do RG: 2728332, CPF: 773.954.689-53, filho de João Duarte da Silva e Maria Carmo da Silva, nascido aos 08/05/1971.** \*\*\*\*\*

**OBSERVAÇÕES:**

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>,
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, sábado, 21 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:**

**0829899**

**Certidão**

684b8b7c0459fb1388f205c7a6c92ddc



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS**  
**CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, II, da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**ADENIO DA SILVA**

OU

contra o CPF:  
**773.954.689/53**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO E ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 18/09/2013 às 05:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 20/09/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 19/09/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 19/09/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 21/09/2013 às 14:50 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **684b8b7c0459fb1388f205c7a6c92ddc**





**Certidão**

d234b257c8bdab2def712baef8c19aef



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do sistema processual do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME  
**ADENIO DA SILVA**

OU

contra o CPF:  
**773.954.689/53**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE, incluídos os que tramitam em segredo de justiça, excetuados apenas os processos ou investigações sigilosas

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 20/09/2013 às 02:20**
- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 09:01**

**Certidão emitida em:** 21/09/2013 às 14:51 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **d234b257c8bdab2def712baef8c19aef**






**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal

**CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

Nome  
**JUAREZ SOARES**

Nº de Inscrição  
**027010349-06**

Data do Nascimento  
**21/04/78**



**VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

Emitido em: 17/08/97

Assinatura: JUAREZ SOARES

Este documento é o comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, válido e exigível por terceiros, salvo nas casos previstos na legislação vigente.

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO  
DE TÍTULOS DE TIJUCAS

ROSINA DUARTE MENDONÇA DEEKE  
TABELIA  
RUA MARECHAL DEODORO, 170 - CENTRO  
TEL: 48 3263-2929  
tabelionato@tabelionatodetijucas.com.br  
CEP 88200-000 - TIJUCAS - SANTA CATARINA

**ATENTICAÇÃO 058193**  
Autentico a presente fotocópia por ser reprodução  
fiel do original que me foi apresentado.  
Do que dou fé. Tijucas, 02 de outubro de 2013.  
Em test. *Adelja* da verdade.

**ADÉLIA DE ANDRADE BAIXO** - Escrevente Notarial  
Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$3,80  
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DF209199-BV2F  
Confira os dados do ato em: [selo.tjsc.jus.br](http://selo.tjsc.jus.br)



Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO  
INSTITUTO GERAL DE IDENTIFICAÇÃO

**CARTEIRA DE IDENTIDADE**

POLEGAR DIREITO

Assinatura: *Juarez Soares*  
Assinatura do Titular

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO  
DE TÍTULOS DE TIJUCAS

ROSINA DUARTE MENDONÇA DEEKE  
TABELIA  
RUA MARECHAL DEODORO, 170 - CENTRO  
TEL: 48 3263-2929  
tabelionato@tabelionatodetijucas.com.br  
CEP 88200-000 - TIJUCAS - SANTA CATARINA

**ATENTICAÇÃO 058193**  
Autentico a presente fotocópia por ser reprodução  
fiel do original que me foi apresentado.  
Do que dou fé. Tijucas, 02 de outubro de 2013.  
Em test. *Adelja* da verdade.

**ADÉLIA DE ANDRADE BAIXO** - Escrevente Notarial  
Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$3,80  
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DF209200-JJ59  
Confira os dados do ato em: [selo.tjsc.jus.br](http://selo.tjsc.jus.br)

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.

**VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

REGISTRO GERAL: **3.965.678**  
NOME: **JUAREZ SOARES**  
FILIAÇÃO: **AURI SOARES**  
**MARIA MADALENA SOARES**

NATURALIDADE: **TIJUCAS SC**  
CERT. NASC. **2844 LV A-24 PL 12**  
DOC. ORIGEM: **CART. BAIXO-TIJUCAS SC**

DATA DE NASCIMENTO: **21/ABR/1978**

CPF: **027.010.349-06**  
**Lúcia Helena I. Beduschi**  
**Perito Criminal**

LEI Nº 7.118 DE 20/09/03

**Des. Comunicação**  
Rúbrica: *[Assinatura]*  
Data: 12/10/13





**Celesc**  
Distribuição S.A.

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Série Única

762399 No. Unidade Consumidora

**2299470**

Mes/Ano - Fatura

**12/2012**

FAT 01-2012792821992 9

**Dados do Consumidor**

**MARIA MADALENA SOARES**

RANTONIO APOLONIO VARGAS, 478

88200000 PRACA - TJS-TJUCAS-SC

Loc/Etapas 0109.06.001343 - Medidor: A00021514 - TENSÃO NOMINAL: 220v - v - GRUPO B

Classificação: 01 - RESIDENCIAL - CONVENCIONAL - MONOFASICO

Cod. Fiscal de Operação: 5258

FS [17.14.1]

**Descrição de Consumo**

Medidor: A00021514

Leit. Atual: 5669

Leit. Anter.: 5401

Consumo Med/Fat: 268/268

Numero de Dias Faturado: 31

Consumo Medio Diario (kWh): 8.66

Fator de Multiplicação: 1.00

Unidade de Medida: kWh

Origem da Leitura: LIDA

Fator de Potência:

CPF / CNPJ / Insc. Est.

CPF 77430980953

**Histórico de Consumo (kWh)**

DEZ/12: 268

NOV/12: 253

OUT/12: 260

SET/12: 288

AGO/12: 260

JUL/12: 240

JUN/12: 256

MED/12: 251

ABR/12: 268

MAR/12: 248

FEV/12: 237

JAN/12: 259

DEZ/11: 217

Media 3 ultimos

meses (kWh): 260

**Dados Importantes**

Leit. Anterior: 09/11/2012

Leit. Atual: 10/12/2012

Emissão/Atualização: 10/12/2012

Prox. Leitura: 09/01/2013

**Indicadores de Continuidade**

OUT/12: DIC: FIC: DMIC:

Meta Mensal: 6.47 3.80 3.80

Meta Trim.: 12.94 7.60

Meta Anual: 25.89 15.20

Realizado: 0.00 0.00 0.00

Conj. ANEEL: TJUCAS

CM (R\$): 39.05

**Discriminação de Faturamento**

**Requis Faturados**

Faixa de Consumo

CONSUMO

CONSUMO

Total - Preço (1)

Quantidade na faixa

150

118

Tarifa (R\$/kWh)

0.374200

0.442796

Valor(R\$)

56.13

52.26

108.38

**Outras Cobranças**

COSIP

LBV EXTRA-0800-0555099

ASS DE BOMBEIROS COMUNITARIOS DE TJUCAS

Total - Preço (2)

Total a Pagar (R\$)

9.68

6.00

3.00

18.68

127.06

**Composição do Preço (Art. 31 Resolução 166/2005)**

ENERGIA

TRANSMISSÃO

ENC. SETORIAIS

45.47

8.02

9.27

DISTRIBUIÇÃO

TRIBUTOS

SOMA DEMONSTRATIVO

21.33

24.29

108.38

**Mensagens**

Calendario Leitura 2013

Jan-09/01/13 - Fev-09/02/13 - Mar-11/03/13 - Abr-09/04/13

Mai-09/05/13 - Jun-10/06/13 - Jul-10/07/13 - Ago-09/08/13

Set-09/09/13 - Out-09/10/13 - Nov-08/11/13 - Dez-09/12/13

DEBITOS: 11/2012 R\$ 120.00

**REAVISO DE VENCIMENTO**

Esta unidade consumidora estará sujeita a suspensão do fornecimento a partir de 01/01/2013, caso o pagamento não seja realizado. O encerramento da relação contratual poderá ocorrer 2 (dois) ciclos de faturamento após a suspensão de fornecimento. No ciclo da suspensão ou religação poderá ser cobrado o custo de disponibilidade. Caso o pagamento já tenha sido realizado, favor desconsiderar esta notificação.

**PAGAMENTO EM ATRASO**

Multa de 2% + Correção Monetária pelo IGPM (pro rata die)

\* Juros de Mora 1% ao mês (pro rata die) a serem cobrados em fatura posterior

Data de Vencimento

27/12/2012

Valor Total a Pagar

R\$ 127,06

**Tributos (Incluídos) no Total a Pagar**

Base de Cálculo (R\$)

108.38

Alíquota (%)

12/25

Valor (R\$)

19.79

ICMS

PIS/PASEP

COFINS

0.81

3.69

Reservado ao Fisco

Período Fiscal: 12/12/2012

**AE4B.9B34.A349.C491.FB2A.4DEB.81BC.6EB0**



**Celesc**  
Distribuição S.A.

FS [17.14.1]

**Comprovante de Arrecadação**

Autenticação no verso

5669-268-000-07:59:51

Mes/Ano - Fatura

12/2012

Data de Vencimento

27/12/2012

Numero da Fatura

01-2012792821992-9

No. Unidade Consumidora

2299470

Valor Total a Pagar

R\$ 127,06

NAO RECEBER - DEBITO AUTOMATICO - BANCO - 001 - AGENCIA - 2723

CASO NAO OCORRA O DEBITO, UTILIZE O CODIGO ABAIXO PARA PAGAMENTO

836100000014 27060162000 7 00101002012 9 79282199209 8



## Certidão

3c789311af190095a5c5bf19bb9c569d



### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do sistema processual do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME  
**JUARES SOARES**

OU

contra o CPF:  
**027.010.349/06**

#### NADA CONSTA

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE, incluídos os que tramitam em segredo de justiça, excetuados apenas os processos ou investigações sigilosas

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 20/09/2013 às 02:20**
- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 09:01**

**Certidão emitida em:** 21/09/2013 às 14:53 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **3c789311af190095a5c5bf19bb9c569d**







**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas

02/10/2013

0861408



**CERTIDÃO**  
**CRIMINAL**

**CERTIDÃO Nº: 740695**

**FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 27/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**JUARES SOARES, brasileiro(a), portador do RG: 3965678, CPF: 027.010.349-06, filho de Auri Soares e Maria Madalena Soares, natural de Tijucas - SC, nascido aos 21/04/1978. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão terá validade de 60 dias, se emitida em única via, sem rasuras e mediante assinatura do Distribuidor Judicial.

Tijucas, quarta-feira, 2 de outubro de 2013.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**- PODER JUDICIÁRIO -**  
**JUIZO DE DIREITO DA**  
**COMARCA DE TIJUCAS**

**PEDIDO Nº:** 0861408





97652



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS**  
**CÍVEL E CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados de identificação destacados abaixo. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**JUAREZ SOARES**

OU

contra o CPF:  
**027.010.349/06**

qualificado com o(s) seguinte(s) dado(s):  
TIT. ELEIT.: **34430240957** ZONA: **SEÇÃO: 0**  
NASCIMENTO: **21/04/1978**  
MÃE: **MARIA MADALENA SOARES**

**NADA CONSTA**

Florianópolis, 03 de outubro de 2013

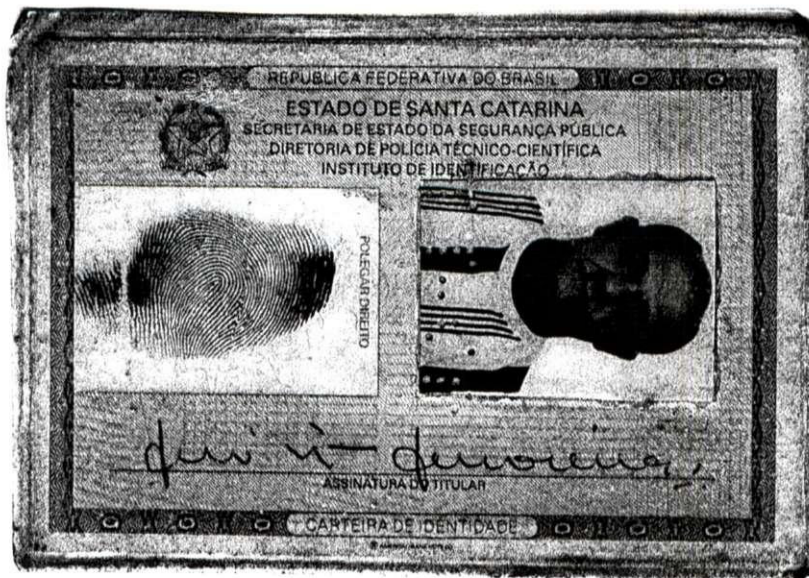
nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 03/10/2013 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 03/10/2013 às 02:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 03/10/2013 às 05:01
- Paraná (Processo Papel) até 03/10/2013 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 02/10/2013 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 02/10/2013 às 20:00



Documento assinado eletronicamente por AMILTON LAERCIO MONTEIRO, TECNICO JUDICIARIO, em 03/10/2013 às 15:01. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle 97652 e demais informações.





128  
RUBRICADO  
2013

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO  
DE TÍTULOS DE TJUCAS

ROSINA DUARTE MENDONÇA DEKKE  
TABELIA

RUA MARECHAL DEODORO, 170 - CENTRO  
TEL. 48 3263-2929  
TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE TJUCAS - SANTA CATARINA  
CEP 88200-000 - TJUCAS

# AUTENTICAÇÃO 058193

Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado.

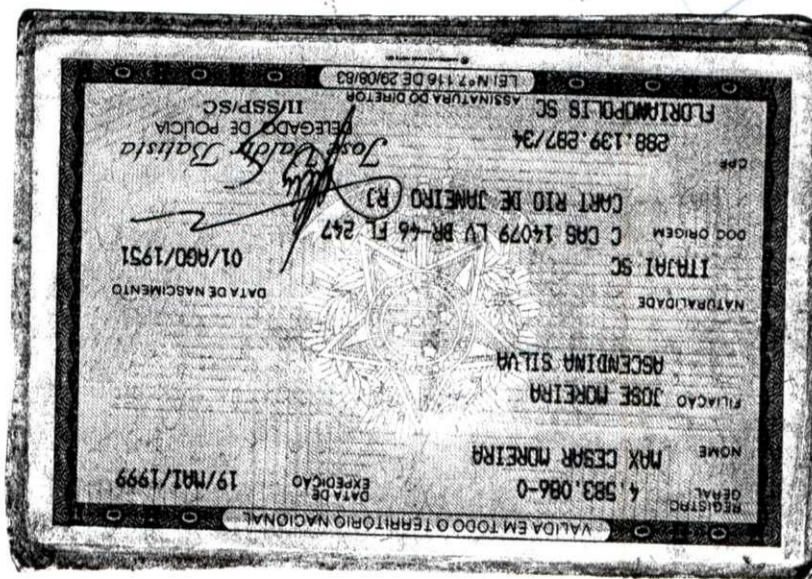
Do que dou fé. Tijucas, 02 de outubro de 2013.

Em test. da verdade.

ADÉLTA DE ANDRADE BAIXO - Escrevente Notarial

Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$ 3,80  
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DFZ09204-2L31  
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas



**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número  
**288.139.287-34**

Nome  
**MAX CESAR MOREIRA**

Nascimento  
**01/08/1951**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE CONTROLE**  
**7FFE.AADD.DBC9.EC75**

A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço

**[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)**

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 14:04:59 do dia 02/10/2013 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00





Fatura de Serviços de Telecomunicações

Oi S.A.

Av. Madre Benvenuta, 2080 - BAIRRO SANTA MONICA  
CEP 88036-500 - Florianópolis - SC  
CNPJ Matriz : 76.535.764/0001-43  
CNPJ: 76.535.764/0322-66 I.E: 25.042.764-8

Página  
0001  
0002  
130  
Rúbrica

MAX CESAR MOREIRA  
R. JOSÉ ROSENDO ANJOS, 00210  
CENTRO  
88200-000 TIJUCAS - SC

Referência

AGOSTO/2013

Telefone

(48) 3263 0333

Vencimento

09/08/2013

Total a Pagar

R\$ 158,20

Resumo da sua Fatura

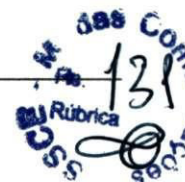
	<b>OI FIXO</b> .....	<b>R\$ 60,09</b>
	OI FIXO	41,09
	PACOTE DE MINUTOS FIXO-FIXO LOCAL	
	PACOTE DE MINUTOS FIXO-FIXO LONGA DISTANCIA 14	
	PACOTE DE MINUTOS FIXO-MOVEL LOCAL	
	SERVICOS DIGITAIS	
	OUTROS PACOTES E SERVICOS MENSAIS	19,00
	<b>OI VELOX</b> .....	<b>R\$ 63,20</b>
	OFERTA VELOX E SERVICOS DE BANDA LARGA	63,20
	ASSINATURA VELOX	
	<b>EXCEDENTES, OUTROS SERVICOS E TAXAS....</b>	<b>R\$ 34,91</b>
	LIGACOES FIXO-FIXO	0,00
	LIGACOES FIXO-MOVEL	6,57
	SERVICOS OUTRAS PRESTADORAS E TERCEIROS	9,90
	OUTROS VALORES	18,44

**TUDO DA SUA CONTA ESTÁ AQUI. MAIS FÁCIL DE ENCONTRAR, ENTENDER E CONFERIR.**

Simplificamos a apresentação dos seus gastos com os serviços Oi pra não deixar dúvidas pra você.

**SUA CONTA ESTÁ EM DÉBITO AUTOMÁTICO?**

Facilite a sua vida e não se preocupe mais com a data de vencimento. Acesse [www.oi.com.br](http://www.oi.com.br) e saiba mais.

**Certidão**

5bd033672b0042eb73da5a4370ddd298



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS**  
**CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, II, da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**MAX CESAR MOREIRA**

OU

contra o CPF:  
**288.139.287/34**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO E ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 18/09/2013 às 05:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 20/09/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 19/09/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 19/09/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 21/09/2013 às 14:40 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **5bd033672b0042eb73da5a4370ddd298**





## Certidão



ea516276c5ff39d48d993b8e5410b182



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do sistema processual do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME  
**MAX CESAR MOREIRA**

OU

contra o CPF:  
**288.139.287/34**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE, incluídos os que tramitam em segredo de justiça, excetuados apenas os processos ou investigações sigilosas

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 20/09/2013 às 02:20**
- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 09:01**

**Certidão emitida em:** 21/09/2013 às 14:41 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **ea516276c5ff39d48d993b8e5410b182**





21/09/2013 0829898

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas



**CERTIDÃO**  
**FINS ELEITORAIS**

**CERTIDÃO Nº: 713239**

**FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 17/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**MAX CESAR MOREIRA, portador do RG: 45830860, CPF: 288.139.287-34, filho de JoseMoreira e Ascendina Silva, nascido aos 01/08/1951. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) certidão é expedida em consonância com a Lei Complementar n.º 64/90, com as alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 135/2010 e artigo 102 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão; e
- d) a presente certidão é isenta de custas, nos termos da legislação vigente.
- e) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, sábado, 21 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº: 0829898**





21/09/2013 0829897

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas



**CERTIDÃO**  
**CRIMINAL**

**CERTIDÃO Nº: 713238**

**FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 17/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**MAX CESAR MOREIRA, portador do RG: 45830860, CPF: 288.139.287-34, filho de Jose Moreira e Ascendina Silva, nascido aos 01/08/1951. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>,
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

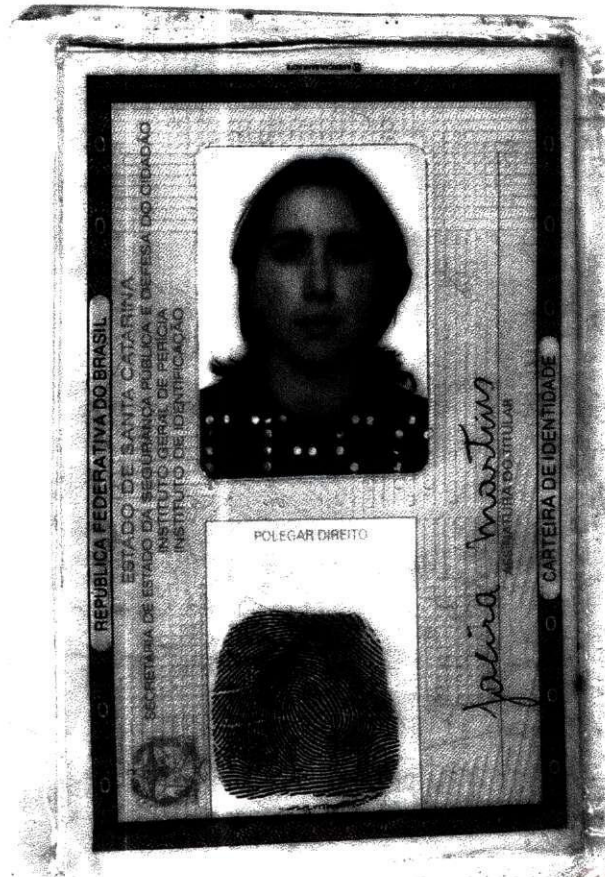
Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, sábado, 21 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:** 0829897

das Co.  
136  
Rúbrica  
500



TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO  
DE TÍTULOS DE TIJUCAS

ROSINA DUARTE MENDONÇA DEKE  
TABELIA  
RUA MARCHEL DECOUR, 170 - CENTRO  
TEL: 48 3265-7500  
tabela@tabelionatodetijucas.com.br  
CEP 88200-000 - TIJUCAS - SANTA CATARINA

**AUTENTICAÇÃO 058193**  
Autentico a presente fotocópia por ser reprodução  
fidel do original que me foi apresentado.  
Do que dou fé, Tijucas, 02 de outubro de 2013.  
Em test. *Adélia* da verdade.



**ADÉLIA DE ANDRADE BAIXO** - Escrivente Notarial  
Emolumentos: R\$ 2,45 + selo: R\$ 1,35 -- Total: R\$ 3,80  
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DFZ09203-Y941  
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

Qualquer emenda ou rasura será considerado indicio de adulteração ou falsificação de título.







MINISTÉRIO DA FAZENDA  
**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número  
**006.162.649-09**

Nome  
**JACIRA MARTINS**

Nascimento  
**03/10/1980**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE CONTROLE**  
**DA21.CE76.3653.0194**

A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço

**[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)**

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 14:58:39 do dia 02/10/2013 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00

Mes/Ano - Fatura **09/2013** No. Unidade Consumidora **44408880**

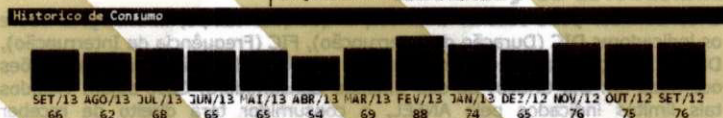
088 Comunicações  
139  
RUBENS

**Dados do Consumidor**  
JACIRA MARTINS  
R GOVERNADOR, 1315 - AL 103 BL 02 RES CRE GUEVARA  
88.000000 TIJUCAS - CENTRO-TIJUCAS SC  
Ced. Fiscal de Operação: 5.258 Tipo do Disjuntor: 50 FS [1.7.32.0]  
CPF: 00616264909

**Descrição de Consumo**  
Medidor: A01907307 Consumo Med/Fat: 66/66 Unidade de Medida: kWh  
Leit. Atual: 7814 Número de Dias Faturado: 29 Origem da Leitura: LIDA  
Leit. Anter: 7748 Consumo Médio Diário (kWh): 2,28 Fator de Potência: 1,00  
Fator de Multiplicação: 1,00

**Datas Importantes**  
Leit. Anterior: 05/08/2013  
Leit. Atual: 03/09/2013  
Emissão/Atualização: 03/09/2013  
Prox. Leitura: 03/10/2013

**Indicadores de Continuidade**  
Meta Mensal: 6,15  
Meta Trimestral: 12,30  
Meta Anual Realizado: 24,60  
DÍC: 3,67  
FIC: 7,35  
DÍC: 3,63  
Conj.ANEEL: TIJUCAS O (R\$): 7,31



**Discriminação do Faturamento**

Item	Quant.	Tarifa TE	Valor TE(R\$)	Tarifa TU	Valor TU(R\$)	Total(R\$)
CONSUMO TE	66		13,32			13,32
CONSUMO TUSD	66		9,08			9,08
Subtotal 1						22,40

COSIP	2,98
CORRECAO MONETARIA POR ATRASO 07/2013	0,04
MULTA CONTA ANTERIOR 07/2013	0,41
JUROS CONTA ANTERIOR 07/2013	0,12
Subtotal 2	3,55

**Composicao do Preço (Art. 31 Resolucao 166/2005)**

Item	Valor (R\$)
ENERGIA	11,60
TRANSMISSAO	0,79
ENC. SETORIAIS	1,43
SOMA DE MONSTRATIVO	22,40

Acrescimo a qualquer titulo  
Total - (Multas + Juros + Correcao Monetaria) 0,57

**Tributos (Incluidos no Total a Pagar)**

Item	Base de Calculo (R\$)	Aliquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	22,40	12	2,67
PIS/PASEP			0,14
COFINS			0,63

Mensagem:  
DEBITOS: 09/2011 R\$ 27,75

**PAGAMENTO EM ATRASO**

Data de Vencimento	Valor Total a Pagar
21/09/2013	R\$ 25,95

Reservado ao Fisco Período Fiscal: 05/09/2013

35BB.7A89.AF2C.E33A.FBF5.3D30.87BC.DA75



**Certidão**

2fb48f71f749da702083a70c746851bf



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS**  
**CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, II, da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**JACIRA MARTINS**

OU

contra o CPF:  
**006.162.649/09**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAIIS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO E ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 02:00**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 18/09/2013 às 05:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 20/09/2013 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 19/09/2013 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 19/09/2013 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 21/09/2013 às 15:11 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **2fb48f71f749da702083a70c746851bf**



**Certidão**

565fe741228d5b8077875f48e89e14bd



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos do sistema processual do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME fornecido; b) pelo CPF fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME com o CPF. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 3º da Resolução nº 41/2010 do TRF4, certificamos que,

contra o NOME  
**JACIRA MARTINS**

OU

contra o CPF:  
**006.162.649/09**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição de processos mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES PENAIS, AÇÕES DE CRIMES AMBIENTAIS, AÇÕES CÍVEIS PÚBLICAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AÇÕES POPULARES originárias do Tribunal, APELAÇÕES CRIMINAIS e EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE, incluídos os que tramitam em segredo de justiça, excetuados apenas os processos ou investigações sigilosas

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 20/09/2013 às 02:20**
- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 20/09/2013 às 09:01**

**Certidão emitida em:** 21/09/2013 às 15:11 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **565fe741228d5b8077875f48e89e14bd**







21/09/2013

0829912



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas

**CERTIDÃO**  
**FINS ELEITORAIS**

**CERTIDÃO Nº: 713248****FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 17/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**JACIRA MARTINS, portador do RG: 4489823, CPF: 006.162.649-09, filha de Alvani Oldato Martins e Maria do Carmo Martins, nascida aos 03/10/1980.** \*\*\*\*\*

**OBSERVAÇÕES:**

- a) certidão é expedida em consonância com a Lei Complementar n.º 64/90, com as alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 135/2010 e artigo 102 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão; e
- d) a presente certidão é isenta de custas, nos termos da legislação vigente.
- e) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, sábado, 21 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:**

**0829912**



21/09/2013 0829911

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Tijucas



**CERTIDÃO**  
**CRIMINAL**

**CERTIDÃO Nº: 713247**

**FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Tijucas, anteriores a data de 17/09/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**JACIRA MARTINS, portador do RG: 4489823, CPF: 006.162.649-09, filha de MARIA DO CARMO MARTINS e ALVANI OLDATO MARTINS, nascida aos 03/10/1980. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- c) não tem validade para fins eleitorais;
- d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>,
- f) a certidão da Comarca da Capital inclui os feitos em tramitação perante a Vara da Justiça Militar Foro Des. Eduardo Luz;
- g) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tijucas, sábado, 21 de setembro de 2013.

**PEDIDO Nº:** 0829911



## DECLARAÇÃO

A Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas – SC - ACCRT, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, inscrita no CNPJ sob o n. 02.585.767/0001-55, com sede na Rua Atílio Campos Filho, n. 123, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, CEP 88.200-000, por seu Presidente Jonnhy Max Moreira, portador do CPF nº. 785.026.599-87, declara que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

Tijucas, 13 de Setembro de 2013.



\_\_\_\_\_

Jonnhy Max Moreira



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSC CULT COMUNIT E RADIODIFUSAO DE TIJUCAS SC BAIRROS JOAIA XV DE**  
**NOVEMBRO CENTRO AREIAS E PRACA**  
**CNPJ: 02.585.767/0001-55**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 10:45:22 do dia 01/10/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/03/2014.

Código de controle da certidão: **A758.EA3D.DCBF.486D**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS**

**Nome (razão social):** ASSC CULT COMUNIT E RADIODIFUSAO DE  
TIJUCAS SC BAIRROS JOAIA XV DE  
NOVEMBRO CENTRO AREIAS E PRAÇA.  
**CNPJ/CPF:** 02.585.767/0001-55  
(Solicitante sem inscrição no Cadastro de Contribuintes  
do ICMS/SC)

**Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo  
solicitante, que não consta da base de dados da Secretaria de Estado  
da Fazenda.**

**O nome e o CPF ou CNPJ informados pelo solicitante devem ser  
conferidos com a documentação pessoal do portador.**

**Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as  
dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam,  
na presente data, pendências em nome do contribuinte acima  
identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos  
administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.**

<b>Dispositivo Legal:</b>	Lei nº 3938/66, Art. 154
<b>Número da certidão:</b>	130140238452614
<b>Data Emissão:</b>	16-09-2013 14:38:19
<b>Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.):</b>	15-11-2013 14:38:19

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de  
Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>**

**Imprimir**



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

Associação Cult Comunitária e Radiodifusão de Tijucas - SC CNPJ: 02.585.767/0001-55

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos às inscrições abaixo caracterizadas.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

DCA1EFGGPS017181

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.  
<http://www.tijucas.sc.gov.br>

Tijucas (SC), 01 de Outubro de 2013



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 02585767/0001-55  
**Razão Social:** ASSC CULT COMUNIT RADIODIFUSAO DE TIJUCAS SC  
BAIRROS JO  
**Nome Fantasia:** ACCRT  
**Endereço:** RUA GUILHERME VARELA 350 / CENTRO / TIJUCAS / SC /  
88200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 17/09/2013 a 16/10/2013

**Certificação Número:** 2013091710294325256095

Informação obtida em 01/10/2013, às 11:45:36.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES**  
**PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS**

Nº 001972013-20001767

Nome: ASSC CULT COMUNIT E RADIODIFUSAO DE TIJUCAS SC  
BAIRROS

CNPJ: 02.585.767/0001-55

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que constam em seu nome, nesta data, débitos com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em Dívida Ativa da União (DAU), não abrangendo os demais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada, cisão total ou parcial, fusão, incorporação, ou transformação de entidade ou de sociedade empresária ou simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço < <http://www.receita.fazenda.gov.br> >.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de Janeiro de 2010.

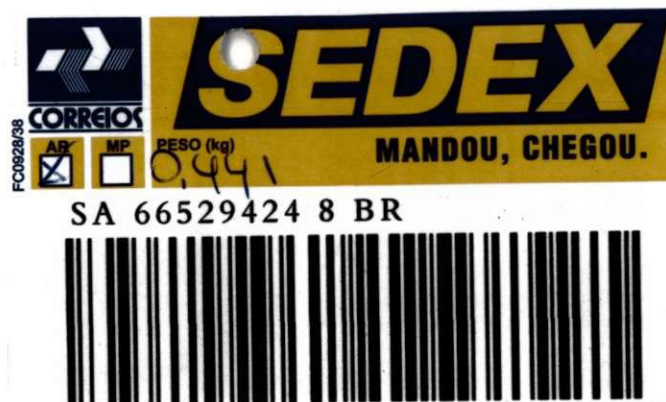
Emitida em 10/10/2013.  
Válida até 08/04/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.







MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral da Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 –  
Brasília – DF





## TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

São Paulo, 13 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 13/08/2014, às 11:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0083109** e o código CRC **9FA6B8D4**.

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

## NOTA TÉCNICA Nº 9862/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.041034/2013-43**

Processo de Outorga nº: 53820.000525/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijuca-SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Tijucas/SC**.

### ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos itens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação ao disposto no item 8.3, alínea "d", da Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

*8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:*

*(...)*

*d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;*

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

III. Prova de que seus diretores ELMO ANTONIO COELHO e FERNANDA FARIA LAUS são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o item 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em



atenção às restrições dispostas nos itens 8.4.1 e 8.4.2;

IV. Cópia autenticada do ato que estabeleceu a **composição do Conselho Comunitário**, conforme os itens 21.4 e 21.4.2 da Norma nº 01/2011;

V. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, assinado **pelos conselheiros comunitários**.

## CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 25/09/2014, às 17:20, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.  
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Tec Administrativo**, em 26/09/2014, às 08:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0125308** e o código CRC **5C19C8EA**.



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo  
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.  
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 10617/2014/SEI-MC

São Paulo, 08 de setembro de 2014

Ao Senhor

JONNHY MAX MOREIRA

Representante Legal da ASS. CULT., COMUNIT. E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC, BAIRROS JOAIA, XV DE NOVEMBRO, CENTRO, AREIAS E PRAÇA

Rua Atílio Campos Filho, nº 123

88.200-000 / Tijucas – SC

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.041034/2013-43.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 9862/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 25/09/2014, às 17:21, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.  
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0125365** e o código CRC **F53ADD7A**.



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Ofício nº 10617/2014/SEI-MC

São Paulo, 08 de setembro de 2014

Ao Senhor

JONNHY MAX MOREIRA

Representante Legal da ASS. CULT. COMUNIT. E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC,  
BAIRROS JOAIA, XV DE NOVENBRO, CENTRO, AREIAS E PRAÇA

Rua Atílio Campos Filho, nº 123

88.200-000 / Tijucas - SC

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº  
53000.041034/2013-43.

UF PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

*Kizito Leite*

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

03/10/14

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE

TENTATIVES DE LIVRAISON

JH 88050024 8 BR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

NO ESTADO DE SÃO PAULO

RUA MERGENTHALER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA

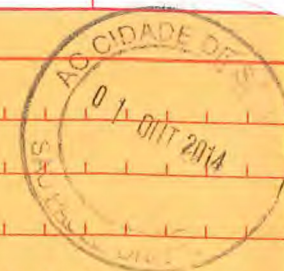
FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-0680

CIDADE / LOCALITÉ CEP: 05.311-900 - SÃO PAULO-SP

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR







## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **JONNHY MAX MOREIRA (Título Eleitoral: 026506830914 )** é **MEMBRO DO CONSELHO FISCAL (exercício 01/01/2014 a 31/12/2017)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PT - 13 PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Órgão Partidário: **Diretório**  
Abrangência: **MUNICIPAL - TIJUCAS/SC**  
Vigência: **Início: 01/01/2014 Final: 31/12/2017**  
Código: **AUJC.XHLW.IGTI.9YUW.**  
Certidão emitida às: **12/01/2015 15:09:33**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **ROBERTO CARLOS VAILATI (Título Eleitoral: 013881500973 )** é **MEMBRO (exercício 01/01/2014 a 31/12/2017)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PT - 13 PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Órgão Partidário: **Diretório**  
Abrangência: **MUNICIPAL - TIJUCAS/SC**  
Vigência: **Início: 01/01/2014 Final: 31/12/2017**  
Código: **W+FN.QKLQ.\$9UG.QRZN.**  
Certidão emitida às: **12/01/2015 15:10:18**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.

- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**

- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



**NOTA TÉCNICA Nº 620/2015/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53000.041034/2013-43**

Processo de Outorga nº: 53820.000525/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

---

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijuca-SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Tijucas/SC**

**ANÁLISE**

---

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos itens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Conforme dispõe o **art. 11 da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998**, é vedado às entidades executantes do Serviço de Radiodifusão Comunitária a manutenção de vínculos que as subordinem ou as sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante, dentre outros, compromissos ou relações **político-partidárias**. Dessa forma, a entidade deverá se manifestar quanto ao fato de que seu Presidente JONNHY MAX MOREIRA e seu Vice-Tesoureiro ROBERTO CARLOS VAILATI são membros do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores de Tijucas/SC (Anexo 01-NT620/15), em respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

**CONCLUSÃO**

---

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **esclarecer** as questões acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do art. 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 26/01/2015, às 08:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Tec Administrativo**, em 26/01/2015, às 12:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0319095** e o código CRC **D6B65CE5**.

## Minutas e Anexos

Anexo 01-NT620/15 (0319043) - Certidões de Composição Partidária expedidas pela Justiça Eleitoral.





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo  
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.  
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 791/2015/SEI-MC

São Paulo, 12 de janeiro de 2015

Ao Senhor

JONNHY MAX MOREIRA

Representante Legal da ASS. CULT., COMUNIT. E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC, BAIRROS JOAIA, XV DE NOVEMBRO, CENTRO, AREIAS E PRAÇA

Rua Atílio Campos Filho, nº 123

88.200-000 / Tijucas – SC

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.041034/2013-43.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **620/2015/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 26/01/2015, às 08:57, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.  
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0319261** e o código  
CRC **C082BDE8**.

---



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ofício nº 791/2015/SEI-MC

São Paulo, 12 de janeiro de 2015

Ao Senhor

JONNHY MAX MOREIRA

Representante Legal da ASS. CULT. COMUNIT. E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC.

BAIRROS JOAIA, XV DE NOVENBRO, CENTRO, AREIAS E PRAÇA

Rua Atilio Campos Filho, nº 123

88.200-000 / Tijucas - SC

UF

PAÍS / PAYS

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.041034/2013-43.

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALLEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Kezia Atilio Ribeiro

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

04/02/15

ACTIL  
CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

04 FEV 2015

SC

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO AGENTE  
SIGNATURE DE L'AGENT

Roberto Caetano  
Agente de Campos - Centro  
AC - Tijucas/SC

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOURNERS LE VERS

75240203-0

F020463 / 10

114 x 186 mm


**CORREIOS  
BRÉSIL**

**AVISO DE  
RECEBIMENTO**  
**AVIS CN07**

**AR**

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)  
**JH 22343229 6 BR**

DATA DE POSTAGEM / DATE OF DEPÔT  
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DEPÔT



**TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**


PREENCHER COM LETRA DE FORMA  
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR  
**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
UNIDADE REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE  
**NO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**RUA ARGENTHALER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA**  
**FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-9680**  
**CEP: 05311-900 - SÃO PAULO-SP**  
CIDADE / LOCALITÉ  
UF **BRASIL**

ENDERECO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo  
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina  
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP  
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 33901/2015/SEI-MC

São Paulo, 14 de outubro de 2015

Ao Senhor

JONNHY MAX MOREIRA

Representante Legal da ASS. CULT., COMUNIT. E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC, BAIRROS  
JOAIA, XV DE NOVEMBRO, CENTRO, AREIAS E PRAÇA

Rua Atílio Campos Filho, nº 123

88.200-000 / Tijucas – SC

Assunto: **Concessão de prazo para regularização de diretoria - referente processo nº  
53000.041034/2013-43.**

Senhor Representante Legal,

1. Em atenção ao requerimento protocolizado por essa entidade em resposta às exigências da Nota Técnica nº **620/2015/SEI-MC** (cópias em anexo), salientamos que configuram impedimento à renovação da outorga quaisquer das situações elencadas pelo artigo 11 da Lei 9612/98 c/c os artigos "7º-III"; "25-III", "25-§2º-I e II" e "132-III" da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC:

Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998

*"Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais."*

Portaria nº 4334/2015/SEI-MC

*"Art. 7º Para os fins desta Portaria, considera-se: (...)*

*III - Vínculo: a manutenção ou o estabelecimento de qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, em especial mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; (...)*

*Art. 25. São hipóteses de inabilitação: (...)*

*III - o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza; (...)*

*§2º Considera-se vinculada, em infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, a entidade que, enquanto perdurar a relação jurídica com o Ministério das Comunicações, se enquadre no descrito*

*no art. 7º, inciso III, notadamente:*

*I - quando membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado:*

- a) exerce mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal;*
- b) exerce cargo ou função em órgão de direção de partido político, a nível municipal, estadual, distrital ou federal;*
- c) exerce cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independentemente da denominação que recebem;*
- d) é dirigente de entidade outorgada ou de outra interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou Comercial; ou*
- e) exerce cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio.*

*II - quando a diretoria da entidade for composta majoritariamente por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos os cônjuge ou companheiro.*

*Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que: (...)*

*III - constatada a existência de vínculo."*

2. Dessa forma, atendendo a vossa solicitação, fica concedido o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento do presente ofício, para que a entidade providencie a regularização, de forma que seu corpo diretivo esteja isento a toda e qualquer espécie de vínculo proibido pela legislação, sob pena da **extinção da outorga**, nos termos do artigo 132-III, da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (acima transcrito).
3. Caso resulte alteração na composição da diretoria, deverão ser apresentados os documentos listados abaixo:
  - a. Ata de Eleição referente à nova composição da diretoria, devidamente acompanhada do comprovante de seu registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
  - b. Cópia da cédula de identidade (ou de algum dos documentos elencados pelo art. 22, §3º, da Portaria nº 4334/2015-SEI-MC) dos novos dirigentes, para fins de comprovação de nacionalidade e maioria. **NÃO** será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no §4º do artigo 22.

*Art. 22. São documentos habilitantes:(...)*

*§3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:*

- I - certidão de nascimento ou casamento;*
- II - certificado de reservista;*
- III - cédula de identidade;*
- IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;*
- V - carteira profissional;*
- VI - carteira de Trabalho e Previdência social (CTPS); ou*
- VII - passaporte.*

*§4º A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) não será aceita para comprovar a nacionalidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) não servirá para comprovar a maioria ou nacionalidade."*

Atenciosamente,





Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 16/10/2015, às 15:29, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1217060

---

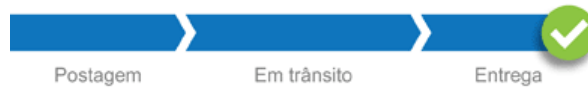


A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0767874** e o código CRC **BF7556DA**.

---

## JO019663620BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



**Objeto entregue ao destinatário**  
21/10/2015 16:54 TIJUCAS / SC

21/10/2015 16:54 TIJUCAS / SC	<b>Objeto entregue ao destinatário</b>
21/10/2015 09:52 TIJUCAS / SC	<b>Objeto saiu para entrega ao destinatário</b>
19/10/2015 16:19 Sao Paulo / SP	<b>Objeto postado</b>






PREENCHER COM LETRA DE FORMA		AR	
DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
Ofício nº 33901/2015/SEI-MC		LE DU DESTINATAIRE	
<p>São Paulo, 14 de outubro de 2015</p> <p>Ao Senhor  <b>JONNHY MAX MOREIRA</b>  Representante Legal da ASS. CULT., COMUNIT. E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC,  BAIRROS JOAIA, XV DE NOVEMBRO, CENTRO, AREIAS E PRAÇA  Rua Atilio Campos Filho, nº 123  88.200-000 / Tijucas – SC</p>			
Assunto: Concessão de prazo para regularização de diretoria - referente processo nº 53000.041034/2013-43.		<p>UF PAÍS / PAYS</p>	
		<p>NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI</p> <p><input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE</p> <p><input type="checkbox"/> EMS</p> <p><input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ</p>	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
<p><i>Kezia Bultrab</i></p>		<p>21/10/15</p>	<p>CDOTIJUCAS</p> <p>21 OUT 2015</p> <p>SC</p>
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	<p>RUBRICA E MAT. DO EXPEDIDOR / SIGNATURE DE L'ÉMETTEUR</p> <p>Jonas P. Ag. de Correios Dist/Coleta  Matric.: 81241.996-0  CDOTIJUCAS</p>		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

 <b>CORREIOS</b> <b>BRÉSIL</b>	<b>AVISO DE RECEBIMENTO</b> <b>AVIS CN07</b>	<b>AR</b>	<b>JO 01966362 0 BR</b> <small>(CÓDIGO DE BARRAS DO N.º DE ENCOMENDA)</small>		
	<small>DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT</small> <div></div>		<small>TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON</small> <div></div>		
<small>UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT</small> <div></div>		<div></div>			<div></div>
<small>PREENCHER COM LETRA DE FORMA</small>					
<b>ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO</b> <b>RETOUR</b>	<small>NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR</small> <b>SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL</b> <b>MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES</b> <b>DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES</b> <small>No Estado de São Paulo</small>				
	<small>ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE</small> <b>RUA MERGENTHALER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA</b>				
	<b>FOFES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8680</b>				
	<small>CIDADE / LOCALITE</small> <b>CEP: 05.311-900 - SÃO PAULO-SP</b>				
	<small>UF</small> <b>BRASIL</b>				
<div></div>					



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 420, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA MONTES CLAROS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 475, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Montes Claros a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 421, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS - SC - ACCRT, Bairros Joáia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 484, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas - SC - ACCRT, Bairros Joáia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Imprensa Nacional**

<http://www.in.gov.br> e-mail: [in@in.gov.br](mailto:in@in.gov.br)  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF  
CNPJ: 04196645/0001-00  
Fone: 0800-619900

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Presidente da República

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA  
Diretor-Geral

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**  
**SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

ANTONIO FÚCIO DE MENDONÇA NETO  
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 422, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE SÃO PEDRO DA UNIÃO (ACASPU) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro da União, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 713, de 26 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de São Pedro da União (ACASPU) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro da União, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 423, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO DE LAGES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 746, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária do Bairro de Lages a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 424, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO LIBERMANN FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiabeira, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 341, de 28 de junho de 2001, que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Libermann FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiabeira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 425, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE ARARIPE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araripe, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 552, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Araripe a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araripe, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 426, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, ESPORTIVA E TURÍSTICA DE IGARATÁ - A.C.E.T.I. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaratá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 20, de 8 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Cultural, Esportiva e Turística de Igaratá - A.C.E.T.I. a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaratá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 427, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL PORTUENSE DE RÁDIO E TV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 601, de 24 de outubro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Cultural Portuense de Rádio e TV a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 428, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESPORTIVA E CULTURAL DOS AMIGOS DE SÃO VICENTE DE FÉRRER-MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente de Férrer, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 543, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Esportiva e Cultural dos Amigos de São Vicente de Férrer-MA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente de Férrer, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo  
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina  
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP  
Tel.: (11) 3101-0123

Memorando nº 4306/2015/SEI-MC

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação da Outorga.**

1. Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijuca-SC, Bairros Joia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça** (CNPJ 02.585.767/0001-55), autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Tijucas/SC**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 27/11/2015, às 15:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0852595** e o código CRC **B8D3FA44**.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:



I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:



29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

## Assessor do Consultor Jurídico

## RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Parecer Jurídico Referência: 47475262580898175EI 5395EI 5304060201542018-43 / pg. 197

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

---

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.





**Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

---



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

---

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

## Identificação do Pedido RADCOM

UF: SC  
Município: Tijucas  
Canal: 252  
Fase: 3

Distrito:  
Sub Distrito:  
Local Especifico:

## Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC-ACCRT, BAIRROS JOÁIA,XV DE NOVENBRO, CENTRO AREIAS E PRAÇA  
Nome Fantasia: PRIMEIRA FM  
Logradouro: RUA ATÍLIO CAMPOS FILHO  
Telefone: (61) 0000000000  
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 02.585.767/0001-55  
Bairro: CENTRO  
Número: 123  
Fax: Não Informado

## Dados da Outorga

## Dados da Entidade

CNPJ: 02585767000155

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC-ACCRT, BAIRROS JOÁIA,XV DE NOVENBRO, CENTRO AREIAS E PRAÇA

Tipo de Usuário: Integral

## Endereço Sede

País: Brasil  
Número do CEP: 88200000  
Número: 123  
Município: Tijucas  
Telefone: 61 0000000000  
Logradouro: RUA ATÍLIO CAMPOS FILHO  
Complemento:  
Distrito:  
Bairro: CENTRO  
SubDistrito:  
Estado: SC  
Fax:

## Endereço de Correspondência

País: Brasil  
Número do CEP: 88200000  
Número: 123  
Município: Tijucas  
Telefone: 48 32637575  
Logradouro: RUA ATILIO CAMPOS FILHO  
Complemento:  
Distrito:  
Bairro: CENTRO  
SubDistrito:  
Estado: SC  
Fax:  
E-mail:

## Dados da Outorga

Data Publicação  
Contrato/Convênio: 07/08/2003

Data Limite Instalação: 02/04/2020

Número do Processo: 538200005251998

Fistel: 50011449810

Caixa:

Sequência:

## Documentos Emitidos

## Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	484		Portaria	MC	22/08/2001	31/08/2001	Autoriza Executar Serviço	Jur.
	36350		ATO	SCM	26/05/2003	28/05/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	421		Decreto Legislativo	CN	06/08/2003	07/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	16		Despacho	MC	29/05/2007		Advertência	Jur.
	4546		ATO	CMPRL	06/08/2009	07/08/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.

**+ Característica da Estação Instalada****- Dados do Licenciamento****Dados da Estação**

**Entidade:** ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC-ACCRT,  
BAIRROS JOÁIA,XV DE NOVENBRO, CENTRO AREIAS E PRAÇA - CNPJ/CPF  
(02.585.767/0001-55)

**Situação:** [Entidade não possui débitos](#)

**Município/UF:** TIJUCAS/SC

**Canal:** 252

**Indicativo:** ZYM548

**Dia Início**

**Dia Fim**

**Hora Início**

**Hora Fim**

**X**

Domingo ▼

Sábado ▼

00:00 ▼

24:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

**DESPACHO**

À Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo - DRMC/SP

Processo nº: **53000.041034/2013-43**Interessado(a): **ASSOC. CULT. COMUNIT. E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS SC BAIRROS JOÁIA, XV DE NOVEMBRO CENTRO AREIAS E PRAÇA (ACCRT)**

Em atenção ao Memorando nº 4306/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53000.041037/2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em trâmite;</li><li>• Processo aguardando análise de recurso;</li><li>• Irregularidade apurada: art. 40 inciso VI do Decreto 2.615/98.</li></ul>
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.038928/2006	<ul style="list-style-type: none"><li>• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (0921426);</li><li>• Despacho nº 16, de 29/05/2007 - ADVERTÊNCIA;</li><li>• Irregularidades apuradas: arts. 32 e 40 incisos XII e XV do Decreto 2.615/98.</li><li>• Infração: (data de ocorrência: 21/02/2006).</li></ul>

\* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 14/01/2016, às 17:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0921427** e o código CRC **EDCD270C**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**NOTA TÉCNICA Nº 26587/2015/SEI-MC**

Processo nº: **53000.041034/2013-43**

Assunto: **Renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da **Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas-SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Tijucas/SC**, por meio da Portaria nº **484**, publicada no DOU de 31/08/2001, e Decreto Legislativo nº **421**, publicado no DOU de 07/08/2003.

**ANÁLISE**

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 07/08/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou, tempestivamente, seu pedido de renovação de outorga em 02/07/2013 (envelope de postagem: página 73 do evento SEI 0082872), subscrito por seu representante legal (requerimento: página 02 do evento SEI 0082872), nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011 (então vigente).

REQUERENTE
<b>Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas-SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça</b>



---

QUADRO DIRETIVO

JONNHY MAX MOREIRA - Presidente;  
PAULO ROBERTO TAMASIA - Vice-Presidente;  
ELMO ANTÔNIO COELHO - Tesoureiro;  
ROBERTO CARLOS VAILATI - Vice-Tesoureiro;  
FERNANDA FARIA LAUS - Secretária;  
FRANCISCO HENRIQUE FARIA LAUS - Vice-Secretário.

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011 e da Portaria nº 4334, de 17 de setembro de 2015.	Ok, páginas 02 a 16 do evento SEI 0226092 do documento nº 53900.027289/2014-31
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 19 a 22 do evento SEI 0226092 do documento nº 53900.027289/2014-31

		31
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 82, 83, 89, 90, 97, 103, 104, 111, 117 e 118 do evento SEI 0082872  e páginas 17 e 18 do evento SEI 0226092 do documento nº 53900.027289/2014-31
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 06 do evento SEI 0082872
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, página 07 do evento SEI 0082872
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 09 do evento SEI 0082872

7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011 (então vigente), versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 24 e 25 do evento SEI 0226092 do documento nº 53900.027289/2014-31
----	--	--

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI 0921427.

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Tec Administrativo**, em 15/01/2016, às 12:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 15/01/2016, às 13:25, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/02/2016, às 10:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 25/02/2016, às 17:43, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1260001





Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 03/03/2016, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0852574** e o código CRC **F5B5132E**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA

**EM Nº XX/20xx/SEI-MC**

**de XX de xxxxxxxx de 20XX**

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.041034/2013-43**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **07/08/2013**, a autorização outorgada à **Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas-SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Tijucas/SC**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.041034/2013-43 e nº 53820.000525/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas-SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tijucas/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:



I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:



20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### ANEXO

#### PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.					
1.1.		O requerimento é tempestivo?				

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

---

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.





**Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

---



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

---

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.

**DESPACHO**

Processo n.: 53000.041034/2013-43

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, Evento SEI 0924925), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	X		página 02 do evento SEI 0082872
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		página 73 do evento SEI 0082872
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	X		página 06 do evento SEI 0082872
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	X		página 07 do evento SEI 0082872
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	X		página 09 do evento SEI 0082872
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	X		páginas 02 a 16 do evento SEI 0226092 do documento nº 53900.027289/2014-31
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	X		páginas 19 a 22 do evento SEI 0226092 do documento nº 53900.027289/2014-31
7	Comprovante de nacionalidade e maioridade dos dirigentes.	X		páginas 82, 83, 89, 90, 97, 103, 104, 111, 117 e 118 do evento SEI 0082872 e páginas 17 e 18 do evento SEI 0226092 do documento nº 53900.027289/2014-31
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	X		páginas 24 e 25 do evento SEI 0226092 do documento nº 53900.027289/2014-31



9	Relatório de apuração de infrações	X		Evento SEI 0921427
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		X	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		X	



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/02/2016, às 10:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0924930** e o código CRC **4E4FDB9B**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

## PORTARIA Nº 857/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.041034/2013-43 e nº 53820.000525/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tijucas/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ FIGUEIREDO**  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1001336** e o código CRC **E72B5CB9**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.041034/2013-43, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Tijucas/SC.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**ANDRÉ FIGUEIREDO**  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1001378** e o código CRC **C49C3653**.





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 16719/2016/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)

**REPRESENTANTE LEGAL**

Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas - SC - Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça (ACCRT)  
Rua Atílio Campos Filho, nº 123  
88.200-000 / Tijucas – SC  
CNPJ nº 02.585.767/0001-55

Assunto: **Pagamento de taxa de publicação.**

Referência: **Processo nº 53000.041034/2013-43.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO do pedido de renovação de outorga apresentado por essa entidade, contido no processo em referência, nos termos da Portaria nº 857, de 09 de maio de 2016.
2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação da Portaria de Renovação no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 37 do Decreto nº 2.615/1998.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 12/05/2016, às 16:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1130104** e o código CRC **80961C66**.





001-9

00198.41808 50000.000005 03931.872216 9 68120000018222

Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>			Código do Cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>	Nosso número <b>00000000003931872</b>
Número do documento <b>4</b>	CPF/CNPJ <b>04.196.645/0001-00</b>		Vencimento <b>01/06/2016</b>		Valor documento <b>182,22</b>	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado

Sacado

192285 - Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, CNPJ: 00.394.437/0004-08

null, CEP: null

ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Chefe de ServiÃ§o

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 3931872 enviado em 12/05/2016

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 03931.872216 9 68120000018222

Local de pagamento <b>Pagável em qualquer Banco até o vencimento</b>					Vencimento <b>01/06/2016</b>
Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>					Agência/Código cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>
Data do documento <b>12/05/2016</b>	Nº documento <b>4</b>	Espécie doc. <b>ND</b>	Aceite <b>N</b>	Data process. <b>12/05/2016</b>	Nosso número <b>00000000003931872</b>
Uso do banco / Convênio <b>33804/841805</b>	Carteira <b>18 / 124</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>	Valor Documento <b>182,22</b>	(=) Valor documento <b>182,22</b>

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 3931872 enviado em 12/05/2016

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+ ) Mora / Multa

(+ ) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

192285 - Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, CNPJ: 00.394.437/0004-08

null, CEP: null

ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Chefe de ServiÃ§o

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SCE/CGRC

Of. nº 16719/2016/SEI-MC, 12/05/2016

53000.0 41034/2013-43

Assoc. Cult. Comut. e Radiod. De Tij.-SC- Bairros Joia XV

De Novembro

Rua. Atilio Campos Filho nº123

88.200-000 Tijucas - SC

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE



EMS



SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Reza Liberat

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRAISON

23/05/16

CARIMBO DE ENTREGA

UNIDADE DE DESTINO

BUREAU DE DESTINATION

CDD TIJUCAS

23 MAI 2016

SC

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMITEnte  
SIGNATURE DE L'AGENTCláudio Antônio dos Anjos  
Ag. de Correios Dist/Coleta  
Matr.: 8.710 411-3  
CDD TIJUCAS

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



**AVISO DE  
RECEBIMENTO**

**AVIS EN07**

**AR**

JO 39170573 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

**AGENCIA MINICOM**

**TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**

: h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE IMPRIMAÇÃO

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das C

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Secretaria de S

Departamento de

Esplanada dos

70014-900

CIDADE / LOCALITE

Brasília

DF

UF

**BRASIL  
BRÉSIL**

**ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR**





## Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 412, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.061497/2013-21 e nº 53830.002065/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL E SOCIAL DE TUPI PAULISTA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tupi Paulista / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 520, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.007754/2014-17 e nº 53710.001350/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIODIFUSÃO SINTONIA CARMO DE MINAS FM, Zelia Coli Junqueira, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Carmo de Minas / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 542, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058111/2011-32 e nº 53710.000206/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santa Rita do Sapucaí / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 727, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058103/2011-96 e nº 53790.001073/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA E CULTURAL CONSTANTINA - RADIO FM., para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Constantina/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 755, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.068877/2013-97 e nº 53720.000399/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO-RADIO PRINCESA DO ATLÂNTICO FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Maracanã/PA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 768, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.000576/2014-11 e nº 53710.000305/2000, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ENGENHEIRO CALDAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Engenheiro Caldas / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 770, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056624/2011-17 e nº 53670.000474/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06/04/2010, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO VALE DO ARAGUAIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO/CULTURAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Miguel do Araguaia/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 775, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53630.000404/1998 e nº 53900.017747/2014-23, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL EDUCACIONAL E AMBIENTAL DE COARI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Coari/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 783, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53630.000295/1998 e nº 53000.070013/2013-35, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Carauri/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 857, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.041034/2013-43 e nº 53820.000525/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tijucas/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 899, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000339/2001 e nº 53900.041862/2015-08, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA ROSÁRIO FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Moema/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 912, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.027758/2012-01 e nº 53670.000117/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de setembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURAL DE TROMBAS - ACCTRM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Trombas / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 1.003, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056621/2011-75 e nº 53640.001254/98, resolve:



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.041034/2013-43**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS SC**  
**BAIRROS JOAIA, XV DE NOVEMBRO, CENTRO, AREIAS E PRAÇA (A C C R T)**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Tendo em vista a mudança de pasta ministerial, objeto da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, de 12 de maio de 2016, publicada na Edição Extra da Seção 1 do Diário Oficial da União de mesma data, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/06/2016, às 14:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1195278** e o código CRC **9BADF22C**.

## **Minutas e Anexos**

Excelentíssimo Senhor Presidente Interino da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.041034/2013-43, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à **Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas-SC, Bairros Joaia, xv de novembro, Centro, Areias e Praça**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Tijucas/SC.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA]**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.041034/2013-43**

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 26587/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**, **Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1244952** e o código CRC **597E18F9**.

**Minutas e Anexos**

**MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.041034/2013-43, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas-SC, Bairros Joaia, xv de novembro, Centro, Areias e Praça, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Tijucas/SC.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**DESPACHO**

Processo nº: **53000.041034/2013-43**

Entidade: **Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas - SC - Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 17/03/2017, às 12:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1735367** e o código CRC **46542164**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.041034/2013-43

SEI nº 1735367

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**DESPACHO**

Processo nº: **53000.041034/2013-43**

Entidade: **Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas - SC - Bairros Joia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 17/03/2017, às 14:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1735371** e o código CRC **F80A3792**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.041034/2013-43

SEI nº 1735371

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
DESPACHO

Processo nº: **53000.041034/2013-43**

Entidade: **Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas - SC - Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 26587/2015 (Evento SEI 0852574) e do Parecer Conjur nº 475/2015 (Evento SEI 0924925), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**, **Secretária de Radiodifusão**, em 20/03/2017, às 12:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1735377** e o código CRC **692941F4**.

## Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.041034/2013-43, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **07 de agosto de 2013**, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Tijucas/SC.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da



Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

---

**Referência:** Processo nº 53000.041034/2013-43

SEI nº 1735377

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.041034/2013-43, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 07 de agosto de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Tijucas/SC.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 22:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1747380** e o código CRC **E76C0C7C**.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):**

**CGGM\_RÁDIO**

**DEMANDA:**

Encaminhar a Presidência da República

**OBSERVAÇÃO:**

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1883312** e o código CRC **680DA17E**.



Brasília, 16 de agosto de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.041034/2013-43, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 07 de agosto de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Tijucas/SC.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab*